

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM SAÚDE
ESCOLA POLITÉCNICA JOAQUIM VENÂNCIO
FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Mercia Maria dos Santos

A FORMAÇÃO PARA O TRABALHO EM SAÚDE: Uma análise a partir da qualificação
em saúde do programa Projovem Trabalhador no Município do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2012

Mercia Maria dos Santos

FORMAÇÃO PARA O TRABALHO EM SAÚDE: Uma análise a partir da qualificação em saúde no Programa Projovem Trabalhador no Município do Rio de Janeiro

Dissertação apresentada à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional em Saúde.

Orientador: Profa. Dra. Neise Deluiz

Rio de Janeiro
2012

S237f

Santos, Mercia Maria dos

A formação para o trabalho em saúde: uma análise a partir da qualificação em saúde do programa projovem trabalhador no município do Rio de Janeiro. / Mercia Maria dos Santos. - 2012.

135 f. : il. ; graf.

Orientador: Neise Deluiz

Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional em Saúde) - Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio - Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2012.

1. Educação Profissional. 2. Política Educacional. 3. Política para Juventude. I. Deluiz, Neise. II. Título

CDD 370.113

Mercia Maria dos Santos

Dissertação apresentada à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional em Saúde.

Aprovado em 29/03/2012

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª Dr^ª Neise Deluiz. Escola Politécnica Joaquim Venâncio-Fiocruz

Prof^ª Dr^ª Ana Margarida de Mello Barreto Campello. Escola Politécnica Joaquim Venâncio
Fiocruz

Profa Dra Eliane Ribeiro Andrade. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Dedico este trabalho à minha família, aos
trabalhadores da saúde, aos jovens
trabalhadores, e a todos pesquisadores que se
preocupam em discutir a Educação Profissional
dos trabalhadores.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente professora Neise Deluiz que me orientou na realização desse trabalho com muita dedicação, paciência e apoio nos momentos difíceis que atravessei na construção dessa dissertação.

Não poderia deixar de agradecer as professoras Beatriz Arruda Pinheiro e Cláudia Miranda que me prepararam na graduação para percorrer esse caminho em busca do conhecimento e dos meus objetivos profissionais.

Aos professores da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Júlio Lima, Mônica Vieira, Gustavo Matta, Marise Ramos, Ana Margarida Campello, Carlos Batistella, Lúcia Neves, Francisco Lobo e Cristina Morel pela disponibilidade e apoio nos momentos de dúvidas durante a pesquisa.

As professoras Bianca Antunes Cortes e Eliane Ribeiro e Ana Margarida Campello que participaram da minha banca de qualificação e defesa trazendo importantes contribuições.

Aos alunos e egressos, professores e coordenadores do Programa Projovem Trabalhador que me permitiram realizar esse trabalho entrando no cotidiano da sala de aula.

Aos meus amigos Vítor Manfrenatti, Micheli Freitas e Carmen Lúcia de Paula que muito me apoiaram para chegar à conclusão desse trabalho.

Aos meus colegas de trabalho do Laboratório de Vigilância em Saúde (LAVSA) pelo incentivo, principalmente a Grácia Gondim e Mauro Gomes que acreditaram na minha capacidade profissional não só para concluir esse trabalho, como para iniciar outros.

A dialética é o pensamento crítico que se propõe a compreender a coisa em si e se preocupa em perguntar como é possível chegar à compreensão da realidade”
(Karel Kosik).

RESUMO

Essa pesquisa teve como objetivo analisar a concepção de saúde e de qualificação em saúde desenvolvida no Programa Projovem Trabalhador no Rio de Janeiro e suas implicações na vida profissional, sócio-econômica e política a partir da percepção dos alunos e egressos. Para alcançar esse objetivo foram realizadas entrevistas abertas e fechadas com alunos e egressos participantes do programa. Utilizamos o método dialético, por acreditar que o método permite conhecer e caminhar pela realidade dos sujeitos envolvidos, suas relações sociais, políticas, econômicas, ao mesmo tempo em que possibilita um olhar crítico sobre a realidade ainda que a transformação da mesma nos pareça utópica.

O caminho percorrido possibilitou o entendimento de uma Política para Jovens que se preocupa em orientá-los para o mercado de trabalho sem considerar a saúde e suas especificidades. Para analisar a formação e a concepção de saúde do programa, buscamos na Política de Educação Profissional em Saúde seus fundamentos históricos na luta pela formação dos profissionais que atuam no setor e os fundamentos teóricos que nos esclarecem como as políticas educacionais são influenciadas pelos conceitos de empregabilidade, formação para o trabalho e competência. Finalmente concluímos que na visão dos alunos e egressos, o curso não aprofundou conhecimentos de saúde, não ofereceu aulas práticas para os alunos e os professores tinham pouca qualificação. Na opinião dos alunos, eles não se sentiam qualificados o suficiente para enfrentar o mercado de trabalho.

Sabendo que essa investigação não se esgota aqui, esse foi apenas um movimento curioso de buscar entender a política para os jovens e levantar alguns questionamentos em relação ao que de fato significa formar profissionais para atuar no setor saúde.

Palavras – Chave: Educação profissional em Saúde; Política Educacional; Política para Juventude.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the concept of health and health qualification developed in Projovem Worker Program in Rio de Janeiro and its implications for jobs, socio-economic and policy from the perspective of students and graduates. To achieve this goal were open and closed interviews with students and graduates and participants of Programa. Utilizamos the dialectical method, believing that the method allows to know and walk in the reality of the subjects involved, their social, political, economic, while it allows a critical look at the reality even though the transformation of it will seem utopian. The path has enabled the understanding of a policy that cares for young people to advise them for the labor market without regard to health and their specificities. To analyze the formation and development of health program, we sought in Policy Health Professional Education in its historical foundations in the fight for the training of professionals working in the sector and the theoretical foundations that we clarify how educational policies are influenced by the concepts of employability job training and competence. Finally we conclude that in view of students and graduates, the course did not deepen knowledge of health, did not offer practical lessons for students and teachers had little qualificação. Na opinião of the students, they did not feel qualified enough to face the labor market. Knowing that this investigation does end here, this was just a curious movement of seeking to understand the policy for Young people and raise some questions about what it really means to train professionals to work in the health sector.

Key - Word: Health Professional Education, Educational Policy, Youth Policy.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1	Participação da população jovem no Projovem em relação ao gênero	32
GRÁFICO 2	População jovem que participa do Projovem por faixa etária	33
GRÁFICO 3	Perfil dos Jovens (dados da pesquisa).....	80
GRÁFICO 4	Faixa Etária dos Jovens(dados da pesquisa)	81
GRÁFICO 5	Escolaridades dos jovens(dados da pesquisa).....	81
GRÁFICO 6	Frequência Escolar(dados da pesquisa)	82
GRÁFICO 7	Jovens que Trabalham(dados da pesquisa)	83
GRÁFICO 8	Situação de Trabalho(dados da pesquisa)	83
GRÁFICO 9	Participação na Renda Familiar(dados da pesquisa).....	84
GRÁFICO 10	Mora com quem?(dados da pesquisa)	85
GRÁFICO 11	É chefe de família?(dados da pesquisa)	85
GRÁFICO 12	Renda Mensal(dados pesquisa).....	86

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 Distribuição da População jovem segundo faixa etária e escolaridade-Brasil-2006	30
TABELA 2 Distribuição da população jovem,segundo a situação de trabalho e estudo Por faixa etária.....	38
TABELA 3 População que trabalha em emprego formal e informal	39
TABELA 4 Distribuição da população jovem que só trabalha, segundo a posição na ocupação, por sexo e faixa etária.....	40

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2. JUVENTUDE, TRABALHO E CIDADANIA	26
2.1 Concepção de Juventude	26
2.2 O Jovem como Sujeito Social.....	28
2.3 O Jovem e a Escolarização	29
2.4 O Jovem e o Mercado de Trabalho.....	34
2.5 O Jovem e a Cidadania	41
3. ESTADO E SOCIEDADE CIVIL	44
3.1 Conceito de Sociedade de Civil.....	44
3.2 Políticas Sociais e Programas para Juventude.....	52
3.3 Projovem Trabalhador	59
4. SAÚDE E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM SAÚDE	62
4.1 Conceito de Saúde	62
4.2 Formação para o Trabalho em Saúde	65
4.3 Saúde e Educação Profissional em Saúde	69
5. O PROJovem TRABALHADOR NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO	80
5.1 O Perfil sócio-econômico e educacional dos alunos participantes do programa Projovem trabalhador e suas expectativas em relação ao curso.....	80
5.2 A Concepção de saúde e de formação para o trabalho em saúde desenvolvida. nos cursos do Programa Projovem Trabalhador.....	87
5.3 A Avaliação dos alunos em relação ao curso, ao conteúdo, ao material didático,.....	95
a metodologia adotada, a atuação dos professores e da instituição que ofereceu o curso.	
5.4 As mudanças que a qualificação gerou na vida profissional e sócio-política dos egressos do Programa Projovem Trabalhador.....	99
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
REFERÊNCIAS	106
APÊNDICE A Roteiro entrevista individual aluno	112

APÊNDICE B Roteiro Questionário grupo Focal alunos.....	113
APÊNDICE C Roteiro Questionário Egressos.....	114
ANEXO A Termo de Consentimento do aluno.....	117
ANEXO B Termo de Referência do Programa Projovem Trabalhador.....	118

1 – INTRODUÇÃO

Essa pesquisa faz parte de uma pesquisa maior, intitulada “Juventude, Trabalho, Saúde e Educação Profissional: o Projovem Trabalhador no Rio de Janeiro”, desenvolvida e coordenada pela professora Neise Deluiz, que investiga as ações de qualificação no arco ocupacional saúde no Projovem Trabalhador, no município do Rio de Janeiro, a partir da perspectiva de alunos, egressos. Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego¹ (2008), no caso do Rio de Janeiro, o arco ocupacional saúde oferece cursos de qualificação profissional no programa Projovem Trabalhador nas ocupações de auxiliar de administração em hospitais e clínicas, recepcionista de consultório médico e dentário, atendente de laboratório de análises clínicas e atendente de farmácia, a serem ministrados em comunidades de baixa renda. O objetivo do programa é preparar o jovem para o mercado de trabalho.

A pesquisa teve início no ano de 2010 e foram entrevistados 58 alunos que estavam os cursos de qualificação profissional no arco ocupacional saúde nos pólos de Bento Ribeiro, Campo Grande, Realengo e Ricardo de Albuquerque no município do Rio de Janeiro. A ONG Centro de Cidadania Cidade Maravilhosa² foi contratada pela Secretaria Municipal de Trabalho do Rio de Janeiro para ministrar os cursos de qualificação em saúde.

Após seis meses do término do curso procuramos esses alunos para realizar entrevistas com egressos e avaliar os resultados da formação na vida profissional desses alunos e saber que avaliação os alunos faziam do curso e quais os resultados na sua vida profissional.

Como toda pesquisa parte de uma inquietação, um questionamento ou um incômodo, como pedagoga com atuação na área de formação e qualificação de profissionais na área de saúde, me interessei por investigar essa proposta de qualificação em saúde para jovens que acontece em seis meses. De certa forma, o convite que a

¹ Cada um dos Arcos pode abranger as esferas da **produção** e da **circulação** (indústria, comércio, prestação de serviços), garantindo assim uma formação mais ampla, de forma a aumentar as possibilidades de inserção ocupacional do/a jovem trabalhador/a, seja como assalariado, auto-emprego ou economia solidária. Embora um Arco possa apresentar um número maior de ocupações, a presente proposta trabalha com no mínimo quatro e no máximo cinco ocupações por Arco, limitação determinada a partir da carga horária disponível. Fonte: <http://portal.mte.gov.br/legislacao/portaria-n-615-de-13-12-2007-1.htm>.

² <http://www.cidademaravilhosa.org.br>

professora Neise me fez para participar dessa pesquisa vem ao encontro das minhas questões sobre a formação dos profissionais de saúde.

Nos tempos atuais, o discurso do atual governo Dilma Rousseff ressalta a importância da qualificação e da formação profissional, em particular a formação dos jovens para o mercado de trabalho³. E percebo que minhas inquietações precisam continuar latentes para que eu possa, através desse trabalho, levantar reflexões importantes sobre o que significa uma qualificação rápida para o mercado de trabalho, principalmente quando se trata do setor saúde.

Porém, para entendermos o Projovem Trabalhador como uma Política Pública destinada aos jovens, e sua relação com o trabalho, a educação e a saúde, torna-se necessário retomar o contexto histórico que traz as políticas sociais para o centro das discussões governamentais, assim como o momento de sua formulação e implementação. É importante observar que as políticas sociais não devem ser vistas de forma separada das mudanças e transformações ocorridas com o capitalismo nos últimos tempos, e das suas influências, tanto no mercado de trabalho, quanto na educação.

A segunda metade dos anos 1970 representou no contexto internacional o momento em que a economia mundial organizava estratégias para enfrentar a crise do capitalismo e atingir um novo tipo de acumulação do capital chamada por Chesnais (apud LIMA, 2010, p. 256) de “mundialização do capital”. Segundo o autor:

Muda o sentido e o conteúdo da acumulação de capital, o estilo de acumulação é dado pelas novas formas de centralização de gigantescos capitais financeiros (os fundos mútuos e fundos de pensão), cuja função é frutificar principalmente no interior da esfera financeira”. (CHESNAIS apud LIMA, 2010, p. 256).

O período de 1970 a 1980 na visão de Harvey (1992, p.140), foi de “reestruturação econômica e reajuste social e político” é, portanto, nesse espaço social criado por todas as oscilações e incertezas que surgem novas experiências em relação às organizações industriais, à vida social e à política, representando os primeiros sinais de passagem para o regime de acumulação associado a um sistema de regulamentação política e social bem distintos.

Como consequência, temos o que Montaño (2002, p.16) vai chamar de “combate ao trabalho”, a reestruturação produtiva e a reforma do Estado. A reestruturação das bases da hegemonia burguesa atinge não só as lutas sociais e de classe, mas principalmente o trabalho.

³ Reflexões sobre a Política Nacional da Juventude. Secretaria Geral da Presidência da República. Secretaria Geral da Juventude. Conselho Nacional da Juventude. Março 2011, p.45.

Nos anos 1990, segundo Deluiz (2011, p. 3) também houve mudanças significativas no plano econômico e político-ideológico, gerando transformações nas políticas sociais e econômicas. No dizer da autora,

A partir da década de 1990, as mudanças nos planos econômico e político-ideológico ocorridas no país levaram a que as políticas sociais sofressem uma série de transformações. No plano econômico, a implementação das políticas é determinada pela crise econômica e pelos impactos negativos no mercado de trabalho ocasionados pelo processo de reestruturação produtiva em curso no país. As várias demandas geradas pelo desemprego são endereçadas a programas sociais que não estão preparados para atendê-las. As conseqüências traduzem-se na perda de eficácia dos programas, no enfraquecimento do sistema de direitos e na redução da complementaridade entre programas e áreas. No plano político-ideológico, esses novos condicionamentos do sistema de proteção social dizem respeito tanto à redução das funções sociais do Estado, quanto ao estabelecimento de uma nova relação Estado/mercado, fruto da hegemonia do ideário neoliberal nos planos governamentais e das diretrizes impostas pelos organismos internacionais de financiamento (DELUIZ 2011 p.3).

São essas transformações econômicas e políticas que vão gerar a redefinição do Estado, a reorganização da sociedade civil e onde as políticas sociais ganham destaque”. As políticas sociais assumem assim, novo sentido: “constituem parte da estratégia de construção de uma nova hegemonia cujos princípios baseiam-se na lógica do livre mercado, na competitividade e na produtividade, tendo em vista a maximização do lucro. Objetivam amenizar os impactos negativos das políticas de ajuste estrutural desemprego, pobreza e exclusão social”. (DELUIZ 2011, p. 3)

A reorganização da sociedade civil passa a envolver vários elementos, entre eles, a redefinição da relação entre sociedade política e sociedade civil, alterando assim a estrutura da aparelhagem estatal e a própria dinâmica da sociedade civil, que segundo Neves e Pronko:

Juntas são responsáveis pela redefinição do processo brasileiro de ocidentalização: de tipo europeu para o tipo americano); a repolitização da organização da classe trabalhadora; e o redirecionamento do foco da luta política. Nesse contexto, no discurso neoliberal, o Estado deixa de ser responsável pelas políticas sociais, o que justifica a defesa do “Estado mínimo”, que passa a delegar a sua responsabilidade para “outros”, através de parcerias. (NEVES E PRONKO 2005, p.122)

Poulantzas (1980, p.162) ressalta que esse processo de reorganização do Estado é parte constitutiva do estabelecimento de relações de produção capitalistas, é um processo histórico específico que constitui as classes em luta. Nesse sentido, o Estado deve ser entendido como uma relação, uma “condensação material de uma relação de forças entre classes e frações de classe, tal como ele se expressa”. O autor explica que o Estado defende os interesses das classes dominantes, organiza os interesses políticos do bloco de poder, mas

ele também está, “no centro conflituoso das relações de poder entre classes dominadas e classes dominantes. Como afirma o autor:

O Estado condensa não apenas a relação de forças entre as frações do bloco no poder, mas também a relação de forças entre as classes dominantes e as classes dominadas. Assim, os aparelhos de Estado organizam-unificam o bloco no poder ao desorganizar e dividir continuamente as classes dominadas, polarizando-as para o bloco no poder e ao curto-circuitar suas organizações políticas específicas. (POULANTZAS apud NEVES e PRONKO, 2010, p.98)

O mesmo autor (1980,p.163), faz críticas às concepções que entendem o Estado como separado das relações entre o político, e o econômico. Para Poulantzas (1980,p.23) “o político e o econômico estiveram sempre presente nas relações de produção e reprodução da existência e a idéia de separação dos mesmos é maneira que o capitalismo encontrou para encobrir a presença do político nas relações de produção”. Portanto, a intervenção do político nas relações de produção e reprodução como diz o autor, não vem de fora, como tenta passar o discurso da doutrina liberal de Estado, trata-se de relações específicas de dominação e subordinação, relações de produção política-ideológica que, sob a égide do capitalismo, fazem parte da estrutura estatal.

O Estado capitalista, como enfatizam Neves e Pronko (2010, p.105), “se constitui com suas leis e políticas coercitivas ou de consenso, expressando a presença subordinada das classes dominadas”. Portanto, através de suas práticas e aparelhos específicos o Estado assume o papel de “educador” desenvolvendo atividades de “pedagogia da hegemonia” que visam à desorganização das classes em luta, ao mesmo tempo em que educam para o “consenso”. Na visão das autoras o pensamento de Poulantzas em relação à luta de classes e à presença das classes dominadas na materialidade do Estado permite novas determinações para compreensão de suas relações, possibilitando a compreensão da forma como ele se apresenta atualmente, com suas redefinições instauradas a partir do neoliberalismo e suas políticas sociais.

Em função dessas redefinições e reconfigurações influenciadas pelas políticas neoliberais, o Estado assume o papel de gestor das políticas sociais em parcerias público-privado, como estratégias que visam à ampliação de força de trabalho na acumulação do capital. Para Poulantzas (apud NEVES E PRONKO, 2010, p.105), a “privatização das políticas sociais não se configura na desobrigação do Estado pela questão social”, isto representa o novo papel do Estado capitalista neoliberal”.

É esse Estado mínimo tão defendido na proposta neoliberal que irá permitir as parcerias em projetos sociais com determinados grupos da sociedade civil que representam a classe dominante enfatizando o discurso da “**justiça social**” realizam ações que se

constituem em oportunidades de emprego para jovens excluídos do mercado de trabalho ou em busca do primeiro emprego no mercado de trabalho. Como nos ajuda a entender os autores Melo e Falleiros (apud NEVES 2005, p.175)

para a visão social-liberal de mundo ou para o neoliberalismo da Terceira Via, o Estado é o lugar da política, o mercado é o da economia, e a sociedade civil ou terceiro setor, o espaço do social”, das relações sociais baseadas na solidariedade e no altruísmo, que promoveria a participação da ‘comunidade’ “. A democracia é entendida como ‘regime de governo’ (democracia formal) combinado com formas de ‘participação’ popular (democracia dialógica), que deve buscar conciliar os inconciliáveis interesses históricos das classes para consolidar a legitimação social. Ela pressupõe a mobilização e o alargamento da confiança entre os indivíduos, um maior intercâmbio de emoções, ideias e reflexões, ao mesmo tempo em que ressignifica as formas de participação e o sentido histórico da política e das lutas sociais (MELO e FALLEIROS apud NEVES 2005, p. 175).

Neste contexto, a sociedade civil sempre é cenário de disputas ideológicas, de concepções de mundo e projetos de sociedades. Para Deluiz (2010, p.21), “a sociedade civil é entendida como o espaço propício para a produção e difusão das representações ideológicas e o cenário legítimo da confrontação de aspirações, desejos, objetivos, imagens, crenças e projetos que expressam a diversidade constituinte do social”. A habilidade do grupo que detém o poder não reside em tentar impedir as manifestações dessa diversidade, e sim em cooptá-las para seu projeto global de construção da trama social. Em Gramsci,

a sociedade civil é “o conjunto de organismos designados vulgarmente como ‘privados’ (...)” (Gramsci, 2001b:20), formada pelas organizações responsáveis tanto pela elaboração quanto pela difusão das ideologias, compreendendo assim o sistema escolar, as igrejas, os sindicatos, os partidos políticos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (que se dá pelos jornais, revistas, editoras, meios de comunicação de massa), etc. Em suma, os ditos “aparelhos privados de hegemonia” – organismos sociais coletivos voluntários e relativamente autônomos em face da sociedade política. (GRAMSCI CC 2004, p.20-21)

Na opinião de Deluiz “a compreensão da dinâmica da sociedade civil brasileira não pode ser feita de forma desvinculada das reformas do aparelho do Estado, é a partir dos anos de 1990 que se inicia a discussão sobre novas relações Estado-sociedade civil” mudanças essas que ocorrem com a implantação das políticas neoliberais. (DELUIZ, 2009, p. 61)

Segundo Lima (2010, p. 364) a sociedade civil pode ser entendida como um “espaço de ajuda mútua, da solidariedade, da colaboração e da harmonização social”,

por meio de novos organismos sociais como as ONGs e instituições nacionais e internacionais. Como se fosse uma esfera autônoma do mercado e do Estado, cabe a esse último dirigir a sociedade civil a partir de certas diretrizes, tais como desenvolver ações em parceria; incentivar a auto-organização por grupo de interesses; potencializar as comunidades na resolução dos seus problemas; e promover um pacto social para a solução pacífica dos conflitos. Tal formulação está na base da elaboração do conceito de público não-estatal, que vai naturalizando a privatização das políticas públicas nesse período”. (LIMA 2010, p.364),

Na atualidade o que vemos nas relações entre Estado e sociedade civil, são instituições não governamentais (ONGs) prestando serviços de qualificação para o trabalho, em defesa da empregabilidade sem qualidade pedagógica e muito menos de formação profissional em saúde. Segundo Deluiz (2009, p.64) “na relação entre Estado -sociedade, passa a ser construído um espaço ocupado por uma série de instituições entre o mercado e o Estado, denominado de esfera pública não-estatal, que abarca um conjunto de organizações da sociedade civil”. Desta forma, é nesse novo espaço da sociedade civil que estão sendo desenvolvidos projetos sociais voltados para formação profissional e para prestação de serviços assistenciais, para minimizar os impactos da economia nas classes populares.

O Relatório do Banco Mundial⁴ (2007, p. 2) intitulado “O Desenvolvimento e a Próxima Geração”, ressalta que é preciso promover o desenvolvimento econômico ampliando as oportunidades para os jovens em relação a educação e ao emprego,

a situação dos jovens de hoje oferece ao mundo uma oportunidade sem precedente de acelerar o crescimento e reduzir a pobreza (Capítulo 1 do relatório). Em primeiro lugar, graças aos avanços relacionados ao desenvolvimento das décadas anteriores, mais jovens estão concluindo a educação básica e sobrevivendo às doenças da infância. Entretanto, para obter êxito na economia competitiva global de hoje, eles precisam estar equipados com aptidões avançadas que vão além da alfabetização; para continuarem saudáveis, precisam enfrentar novas cargas de doenças, tais como as doenças sexualmente transmissíveis e a obesidade. Segundo, as reduzidas taxas de fertilidade em muitos países significam que os jovens de hoje ingressarão na força de trabalho com menos dependentes que não trabalham e, portanto, menos pessoas para sustentar. Porém, se permanecerem desempregados por longos períodos, podem representar um dreno na economia. (BANCO MUNDIAL, 2007, p.2)

A partir dos anos de 1990 as ONGs passam a oferecer cada vez mais cursos de capacitação profissional, para os jovens que estão fora do mercado de trabalho, principalmente através de recursos públicos. Deluiz (2009) esclarece que a legitimação da participação das ONGs no setor educacional, executando projetos de qualificação profissional e de educação profissional para o mercado de trabalho,

ocorreu com a elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9394/96, em plena consonância com o ideário neoliberal. A referida legislação veio ao encontro das recomendações das agências financiadoras internacionais de que é fundamental o engajamento das organizações da sociedade civil nos programas de governo, segundo Oliveira e Haddad apud Deluiz, 2009, p.65). A partir de então, cada vez mais as organizações da sociedade civil foram sendo convocadas a executar ações educacionais, entre as quais, a qualificação profissional dos jovens. (DELUIZ 2009, P. 65)

⁴ Disponível em : <http://siteresources.worldbank.org/INTWDR2007/Resources/1489782-1158107976655/overview-po.pdf>

Nesta conjuntura político-econômica e de orientações educacionais voltadas para o mercado de trabalho o Programa Projovem Trabalhador ganha destaque no governo Lula da Silva, coordenado pelo Ministério do Trabalho e Emprego(MTE) em parceria com ONGs e Secretarias Municipais e Estaduais de Trabalho. O Programa tem como objetivo gerar oportunidades de trabalho e emprego para os jovens que ainda não conseguiram sua inserção no mercado de trabalho ou estão desempregados, através de cursos de qualificação com vistas à inserção imediata dos mesmos no mundo do trabalho.

Como informa o Termo de Referência⁵ (MTE, 2008), documento organizado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem foi concebido em 2005 pelo Governo Federal, com o objetivo de ampliar o atendimento aos jovens excluídos da escola e da formação profissional. O programa objetiva que os jovens sejam reintegrados ao processo educacional, recebam qualificação profissional e tenham acesso a ações de cidadania, inserção no mundo do trabalho, esporte, cultura e lazer.

Em 2008, foram unificados seis programas já existentes voltados para a juventude – Agente Jovem, Projovem, Saberes da Terra, Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (Consórcio Social da Juventude e Juventude Cidadã) e Escola de Fábrica – em um único Programa, nos termos da Medida Provisória nº 411, de 28 de dezembro de 2007, convertida na Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, cuja regulamentação consta do Decreto nº 6.629, de 4 de novembro de 2008. A gestão do Projovem é compartilhada entre a Secretaria-Geral da Presidência da República, por meio da Secretaria Nacional de Juventude e os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Educação e do Trabalho e Emprego. O Programa tem quatro modalidades: Projovem Urbano, Projovem Campo Saberes da Terra, Projovem Trabalhador e Projovem Adolescente. Como informa o mesmo documento, cabe ao Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, por intermédio da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego – SPPE/MTE, a coordenação e a execução da modalidade Projovem Trabalhador que é composta pelas seguintes submodalidades: Juventude Cidadã, Consórcio Social da Juventude, Empreendedorismo e Escola de Fábrica.

O objetivo principal exposto no Termo de Referência do Programa é : Promover a criação de oportunidades de trabalho, emprego e renda para os jovens em situação de maior vulnerabilidade frente ao mundo do trabalho, por meio da qualificação sócio-profissional com vistas à inserção na atividade produtiva. Em relação aos demais objetivos temos:

⁵ **MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO.** Termo de Referência Projovem Trabalhador. n. 991. Disponível em : www.mte.gov.br/2008. Acesso em 23 maio 2011.

promover ações que contribuam para o reconhecimento e valorização dos direitos humanos da cidadania com a redução das desigualdades e preparar e inserir os jovens no mundo do trabalho, em ocupações com vínculo empregatício ou em outras atividades produtivas legais geradoras de renda.

O Projovem Trabalhador – Juventude Cidadã beneficiará jovens de 18 a 29 anos que estejam em situação de desemprego e sejam membros de famílias com renda mensal per capita de até um salário mínimo, que, em virtude de suas condições sócio-econômicas, têm maior dificuldade de inserção na atividade produtiva, ou seja, de maior vulnerabilidade frente ao mundo do trabalho.

Os cursos são oferecidos aos jovens de 18 a 29 anos que estão fora do mercado de trabalho e aqueles que ainda não conseguiram o primeiro emprego e que tenham concluído o ensino fundamental ou estejam cursando o ensino médio. Com a duração de seis meses, e carga horária de 350 horas, com uma bolsa de R\$ 100,00 oferecida pela Prefeitura, as qualificações oferecidas no denominado “Arco Saúde” são: auxiliar de laboratório, auxiliar de farmácia, auxiliar consultório dentário e recepcionista hospitalar, os cursos têm duração de seis meses, sendo os dois primeiros meses para aulas de cidadania, ética, português e matemática, e os outros quatro meses para as referidas qualificações em saúde.

É justamente por ser o primeiro Arco criado para qualificar para o trabalho em saúde, e longe de considerar qualquer ocupação em saúde de forma “naturalizada”, que nos propomos a refletir sobre a importância da formação para o trabalho em saúde que teve seu início nas Conferências Nacionais de Recursos Humanos em saúde.

A discussão sobre o tema “recursos humanos para saúde” ou formação profissional dos trabalhadores da saúde, como nos lembra Pereira (2005,p.118), “sempre esteve presente nas várias Conferências Nacionais de Saúde”, demonstrando como as CNS privilegiavam em suas discussões, as concepções de saúde pública, individual, coletiva e o perfil dos trabalhadores da saúde e suas propostas de qualificação e formação profissional.

Para Lima (2010, p. 19) a noção de recursos humanos em saúde nasce profundamente influenciada pela divulgação, no plano internacional da Teoria do Capital Humano para designar a mão-de-obra engajada no setor, apontando que:

Marco internacional para adoção da concepção de capital humano foi a Carta de Punta del Este, em 1961, que no Brasil, foi ratificada pelo setor saúde em 1967, durante a 4ª Conferência Nacional de Saúde, convocada pelo então ministro da Saúde, Leonel Miranda, cujo tema central foi “Recursos Humanos para as Atividades de Saúde”.(LIMA 2010,p.19)

Desta forma, a formação para o trabalho em saúde tem dois eixos norteadores, o primeiro está relacionado à Reforma Sanitária que dentre outros objetivos, defende a formação profissional dos trabalhadores da saúde para que se possa oferecer um atendimento de qualidade para os usuários desse setor. E o segundo eixo norteador é o próprio Sistema Único de Saúde (SUS), onde a formação do trabalhador é uma proposta voltada para a promoção, atenção e humanização do atendimento em saúde. Portanto, a especificidade do processo de trabalho em saúde pode ser pensada, segundo Pires (1989) como um

processo que tem como finalidade uma ação terapêutica visando atender necessidades de saúde, tendo como objeto indivíduo doente ou indivíduo/grupos sadios ou expostos a risco que necessitam de medidas preventivas ou curativas para preservar a saúde ou com o objetivo de reabilitação e, como instrumento de trabalho, os instrumentos e as condutas que representam o nível técnico do conhecimento. O produto final que é a própria prestação da assistência de saúde que é produzida no mesmo momento em que é consumida (apud LIMA, 2010, p. 20).

Por ser complexo, específico, e ao mesmo tempo, diversificado o trabalho em saúde exige uma formação que possibilite uma compreensão ampliada do conceito de saúde, conhecimentos gerais, técnicos e específicos das ocupações. Peduzzi (apud Deluiz 2001, p.11) chama atenção para importância que as inovações tecnológicas têm implicado no aumento da produtividade do trabalho em saúde e favorecido a busca de maior qualificação da força de trabalho.

Para Pereira (2005, p.141), “a historicidade da formação do trabalhador de nível médio e fundamental em saúde demonstra, a realização de ações naturalizadas e desqualificadas, e essa desqualificação do trabalho produz uma falsa realidade sobre a necessidade de qualificação profissional”, desta forma, a formação para o trabalho em saúde precisa ser organizada com objetivo de superar as “ações naturalizadas, mecanicistas e principalmente desqualificadas”.

A educação profissional em saúde surge no bojo dessas discussões sobre a formação de recursos humanos para saúde, com o propósito de atender à demanda das propostas de promoção da saúde presente na reforma sanitária. Neste sentido, a educação profissional em saúde segundo Lima (2009, p.183) “materializa-se na década de 1970, com a Lei 5.692/71, que reformula o ensino médio de 1º e 2º graus no país, implantando compulsoriamente a terminalidade profissional atrelada a este último grau de ensino”. Com isso, difunde-se a idéia da formação de técnicos da saúde de nível médio em função das necessidades do mercado de trabalho para esses profissionais.

Com o Decreto 5.154/2004, a educação profissional em saúde passa a ser compreendida em três níveis de ensino, o primeiro diz respeito à formação inicial ou

continuada, podendo ser executada em qualquer instituição de ensino, a segunda é a formação técnica que compreende as forma de ensino integrado, podendo ser concomitante ou subsequente ao ensino médio, e finalmente a formação tecnológica de nível superior tecnológica. (LIMA 2010, p.189)

Na atualidade podemos observar que o setor saúde com a introdução de novas tecnologias, cada vez mais oferece oportunidade de trabalho pela sua diversidade de ocupações, por isso, tornou-se alvo de projetos como nos lembra Deluiz (2010, 21) “conformadores que têm como finalidade formar para atender às demandas por produtividade e empregabilidade, mais recentemente converteu-se em programas compensatórios de alívio a pobreza, diante da exclusão, e das desigualdades sociais, e para inclusão de jovens no mercado de trabalho”. Apesar de ter como preocupação a inserção dos jovens no mercado de trabalho, no caso do Programa Projovem Trabalhador, a estrutura curricular do programa parece não levar em consideração justamente às especificidades do trabalho em saúde, mesmo sendo cursos para “atendentes ou balconistas” em saúde, não podemos “naturalizar” qualquer atividade ou ocupação relacionada à saúde, o que fomenta mais discussões ainda se levarmos em conta a falta de legitimidade e reconhecimento dessa categoria no mercado de trabalho em saúde.

Neste contexto, o presente trabalho tem como principal objetivo analisar a concepção de saúde e de qualificação em saúde desenvolvida no Programa Projovem Trabalhador e suas implicações na vida profissional, sócio-econômica e política a partir da percepção dos alunos e egressos. Como questões norteadoras desse estudo temos: a) Qual o perfil sócio-econômico e educacional dos alunos do arco ocupacional saúde do Programa Projovem Trabalhador no Município do Rio de Janeiro e suas expectativas em relação ao curso? b) Que concepção de saúde e de formação para o trabalho em saúde foram desenvolvidas no curso? c) Que avaliação os alunos fazem sobre o curso realizado em termos de qualidade pedagógica, do material didático, da atuação dos professores e da instituição que ofereceu o curso? d) Quais as mudanças geradas na vida profissional e sócio-política dos egressos do curso?

O setor saúde segundo Machado et al (apud PEREIRA, 2007, p.169) tem grande “importância, não só pelos serviços prestados, mas pelo volume de empregos que são gerados”. Desta forma, a preocupação com a qualificação inicial ou continuada dos profissionais envolvidos nas “ações de saúde exige uma concepção de formação onde não seja uma adaptação ao existente, com informações fragmentadas e distorcidas da realidade do serviço”. É a naturalização do trabalho desses profissionais que leva realizações de meros

treinamentos para que os trabalhadores desempenhem suas funções. Refletir criticamente sobre os “espaços de qualificação profissional” principalmente em saúde, para Pereira (2007, p.163), é “pensar no particular e no universal do mundo do trabalho em saúde”, na formação do trabalhador que vai realizar ações que exigem um saber diferenciado, quer seja na prevenção, na assistência, na promoção ou na prestação de serviços em saúde.

A investigação se justifica, porque entendemos que independente de ser uma ocupação diretamente ligada à assistência, à promoção ou ao atendimento em instituições de saúde, as atividades desenvolvidas no setor saúde exige uma compreensão do conceito ampliado de saúde, do próprio processo saúde-doença e das subjetividades que envolvem os sujeitos doentes. Desse modo, as especificidades da saúde precisam ser consideradas quando se pensa em qualificar profissionais para atuar em qualquer ocupação ou profissão que tenha na saúde seu eixo norteador.

A metodologia adotada para atingirmos os objetivos dessa investigação foi o materialismo histórico dialético por entendermos que este nos possibilitará uma melhor interpretação da realidade dos sujeitos envolvidos em sua totalidade, historicidade e contradição. Optou-se por este caminho por entender a dialética materialista como um método de transformação do conhecimento real através da análise crítica do concreto, ou seja, uma análise concreta do objeto real, dos fatos reais. Como nos lembra Kosik:

A dialética trata da “coisa em si”. Mas a “coisa em si” não se manifesta imediatamente ao homem. **Para chegar à sua compreensão, é necessário fazer não só certo esforço, mas também um détour.** Por este motivo o pensamento dialético distingue entre a representação e conceito da coisa, com isso não pretendemos distinguir apenas duas formas e dois graus de conhecimento da realidade, mas especialmente e, sobretudo, duas qualidades da práxis humana (KOSIK, 1969, p.9). (grifo meu)

Nessa pesquisa penetramos no ambiente de formação dos sujeitos investigados, participando das particularidades dos grupos com objetivo de captar as contradições e mediações em relação ao processo de construção do conhecimento e apropriação do mesmo, considerando a dinâmica, o movimento e as relações sociais onde os sujeitos estão inseridos e qual é a visão que esses sujeitos têm sobre a totalidade dessa realidade. E evocando Kosik quando diz,

[...] o fenômeno indica algo que não é ele mesmo e vive apenas graças a seu contrário. [...] a essência não se dá imediatamente; é mediata ao fenômeno e, portanto, se manifesta em algo diferente daquilo que é. A essência se manifesta no fenômeno e assim revela seu movimento e demonstra que não é inerte nem passiva. Justamente por isso o fenômeno revela a essência. A manifestação da essência é precisamente a atividade do fenômeno. (KOSIK, 1969, p.11).

O materialismo histórico segundo Kosik (1969, p.169) é o pensamento crítico que se propõe a compreender a “coisa em si” e se perguntar como é possível chegar à compreensão da realidade. Por isso é oposto à sistematização doutrinária ou romantização das representações comuns, porque não considera os produtos fixados, as configurações e os objetos, enfim, todo conjunto de mundo material reificado como algo originário e independente. Portanto a escolha desse método permitirá a compreensão da realidade em sua totalidade e a exposição do caráter sincrônico e diacrônico das relações, dos fatos, do sujeito, do objeto, e da historicidade do objeto investigado.

Deluiz (2009, p.10) explica que quando “privilegiamos na análise, as relações entre os sujeitos históricos e a sociedade, o plano das idéias e a base material, buscamos apreender, de um lado, o dinamismo, a provisoriedade e a transformação presente nos processos produtivos e, de outro, os interesses, as lutas e os projetos dos sujeitos políticos que interagem na sociedade”. Entendemos que existe como afirmou Marx e Engels (apud Deluiz 2009, p10.) uma relação entre a forma material de produção, as estruturas de classe e forma de pensar dos sujeitos. Portanto, a “representação dos sujeitos sociais deve ser tomada como parte de uma totalidade social e não deve ser analisada isoladamente, por isso, buscamos compreender as conexões orgânicas existentes entre as várias instâncias da realidade social e o processo de constituição da totalidade parcial, entendendo, nesta última, as determinações essenciais e as condições e efeitos de sua manifestação”. (DELUIZ, 2010, p.10).

Este trabalho tem como foco de estudo as ações de formação executadas por uma ONG no arco ocupacional saúde no Programa Projovem Trabalhador no município do Rio de Janeiro, onde os sujeitos da investigação são os alunos e egressos do programa. Portanto, como procedimentos metodológicos, optou-se pela combinação do método qualitativo e quantitativo, por entendermos que o qualitativo permite o estudo das representações, das percepções e das opiniões e da interpretação dos sujeitos fazem do modo como vivem, sentem e pensam. Como evidencia Minayo (2009, p. 57) “as abordagens qualitativas se conformam melhor as investigações de grupos e segmentos delimitados e focalizados, de histórias sociais sob a ótica dos atores, de relações e para análises de discursos e documentos”. O método quantitativo fornece instrumentos como indicadores e tendências observáveis ou dados estatísticos sobre a realidade investigada. Acrescenta a autora”,

em síntese, a experiência de trabalho com as abordagens quantitativas e qualitativas mostra que: a) elas não são incompatíveis e podem ser integradas num mesmo projeto de pesquisa; b) uma investigação de cunho quantitativo pode ensejar

questões passíveis de serem respondidas só por meio de estudos qualitativos, trazendo-lhe um acréscimo compreensivo e vice-versa;c) que o arcabouço qualitativo é o que melhor se coaduna a estudos de situações particulares, grupos específicos e universos simbólicos; d) que todo o conhecimento social (por meio qualitativo ou quantitativo) sempre será um recorte, uma redução ou aproximação;e) que em lugar de se oporem, os estudos quantitativos e qualitativos, quando feitos em conjunto, promovem uma mais elaborada e completa construção da realidade, ensejando o desenvolvimento de teorias e de novas técnicas cooperativas.(MINAYO 2008,p.76).

No processo de construção do objeto de pesquisa percorremos três etapas: A primeira refere-se à definição do quadro teórico-conceitual onde foram identificadas as categorias de análise fundamentais no processo de construção do objeto, a partir da discussão e concepções históricas sobre a temática da juventude; dentro deste contexto; as políticas públicas e programas voltados para a formação profissional dos jovens; a relação entre Estado e sociedade civil, e finalmente, saúde e educação profissional em saúde para discutir a formação para o trabalho em saúde .Esse referencial teórico serviu de base para a análise da temática e das questões que nortearam essa pesquisa.

A segunda etapa da pesquisa foi a pesquisa de campo, subdividida em três fases: Na primeira fase realizamos o levantamento das instituições envolvidas na execução do programa e a seleção de documentos emitidos pelos órgãos oficiais do programa como: material didático, termo de referência do programa e cronograma e organização dos cursos. Na segunda fase foram construídos e aplicados instrumentos de coleta de dados, como roteiros de entrevistas qualitativas semi-estruturadas direcionados aos alunos e egressos e grupos focais, também de alunos e egressos. Na terceira fase, realizamos a análise dos dados considerando a diversidade de fontes advindas tanto dos documentos oficiais, dos conteúdos qualitativos, do campo através das entrevistas e grupos focais de alunos e egressos e do referencial teórico adotado.

É o concreto agora pensado que nos permite a compreensão do todo que compõe a realidade e a partir desse momento podemos fazer uma análise crítica da realidade onde os sujeitos estão envolvidos e refletir sobre as possibilidades de contra-hegemonia mesmo diante das contradições impostas pela realidade.

Essa investigação está organizada da seguinte forma: no segundo capítulo abordaremos a juventude e sua concepção em vários momentos históricos, em seguida discutimos o conceito do jovem como sujeito social, e finalmente a relação dos jovens com a escolarização, o mercado de trabalho e com a cidadania. No terceiro capítulo, discutimos o conceito de Estado e sociedade civil e suas transformações e relações nos tempos atuais. O conceito de saúde e a Política de Educação Profissional em Saúde são discutidos no quarto

capítulo. A análise das ações do Programa na visão dos alunos e egressos serão apresentadas no quinto capítulo. No capítulo sexto, concluímos nossas observações sobre o Programa Projovem Trabalhador.

2. JUVENTUDE, TRABALHO E CIDADANIA

2.1 Concepção de juventude

Neste capítulo abordaremos o tema juventude e sua concepção em vários momentos históricos, em seguida pretendemos entender o jovem como sujeito social e sua relação com a escolarização, com o mercado de trabalho e finalmente com a cidadania.

Muitos autores já escreveram sobre a definição de juventude, tanto na sua dimensão histórica quanto cultural. Abordaremos a dimensão da diversidade que envolve esse tema, uma diversidade que está relacionada às condições sociais, culturais, de gênero e às características regionais. Portanto, é importante, como nos propõe Dayrell (2003, p.24), entendê-la como um processo de crescimento em sua totalidade, considerando as experiências e vivências de cada indivíduo no seu contexto social. Desta forma, a juventude é um momento de mudanças físicas, biológicas, psicológicas entre outras, que sofre as influências do meio social na qual está inserida, o que significa que não existe um modo único de ser jovem. É nesse sentido que Dayrell (2003, p.24) vai enfatizar a noção de “juventudes” para lembrar que existem vários modos de ser jovem.

Em Abramo (1997, p.26), podemos retomar a diversidade em torno do tema juventude em seu contexto histórico. A autora nos permite compreender que a juventude sempre foi vista como uma categoria onde deveriam ser tomadas atitudes voltadas para contenção, intervenção, e até mesmo a salvação, é o que podemos observar quanto retomamos o tema juventude em cada época.

Nos anos 1950, segundo Abramo (1997, p.30), a juventude era compreendida como predisposta à transgressão e à delinquência, o que exigia por parte dos adultos o cuidado de assegurar aos jovens um lugar seguro, para que eles pudessem ser integrados à sociedade de forma normal e sadia. Já nos anos de 1960 e parte de 1970, os jovens eram vistos como ameaçadores da ordem social no sentido político, cultural e moral. Era a atitude crítica dessa juventude através dos movimentos estudantis de oposição ao regime autoritário da época, a contra-ditadura e o movimento hippie que causavam preocupação. Segundo a autora

No Brasil, é particularmente neste momento que a questão da juventude ganha maior visibilidade, exatamente pelo engajamento de jovens de classe média, do ensino secundário e universitário, na luta contra o regime autoritário, através de mobilizações de entidades estudantis e do engajamento nos partidos de esquerda; mas também pelos movimentos culturais que questionavam os padrões de

comportamento — sexuais, morais, na relação com a propriedade e o consumo. (ABRAMO 1997, P. 31)

Os anos de 1980 como ressalta autora, a juventude parecia sofrer de alguma “patologia” pela forma totalmente oposta com que se apresentava em relação à geração dos “anos 60”.Essa geração era individualista, consumista, conservadora e indiferente aos assuntos políticos.Uma geração, como lembra a autora,

Que se recusava a assumir o papel de inovação cultural que agora, depois da reelaboração feita sobre os anos 60, passava a ser atributo da juventude como categoria social. O problema relativo à juventude passa então a ser a sua incapacidade de resistir ou oferecer alternativas às tendências inscritas no sistema social: o individualismo, o conservadorismo moral, o pragmatismo, a falta de idealismo e de compromisso político são vistos como problemas para a possibilidade de mudar ou mesmo de corrigir as tendências negativas do sistema (ABRAMO 1997, p.31).

Nos anos de 1990, a juventude sai da apatia dos anos de 1980 e os jovens estão nas ruas envolvidos em ações individuais e coletivas de violências, desregramentos e desvios. É o momento das gangues, dos arrastões, as galeras e os atos de vandalismos.A juventude retoma as características dos anos de 1950, no sentido comportamental, ou seja, são os problemas comportamentais que dificultam a inserção do jovem no meio social.

Entre desvios, criminalidade, e comportamentos anti-sociais, a juventude passa a ser vista como nos diz Abramo (1997, p.32), como “vítimas e promotoras da dissolução do social, e os jovens se tornam depositários desse medo social.Em função desse medo é que a sociedade não permite que os jovens sejam vistos e ouvidos como sujeitos de suas questões”, e essa visão de juventude prevaleceu até os anos de 1990, levantando várias discussões em torno do tema pela opinião pública, provocando no Estado e na sociedade civil a criação de ações voltadas para juventude.Segundo Krauskopf (apud DELUIZ, 2009, p.41) “o conceito de juventude foi passando por transformações nas últimas décadas de acordo com as políticas públicas destinadas a essa categoria. Este autor defende quatro concepções diferentes de juventude. Na visão de Krauskopf:

A primeira compreende o período preparatório, espaço de tempo entre a infância e a idade adulta, onde as propostas escolares são destinadas à utilização do tempo livre, ao lazer e ao esporte”. a juventude é vista como um momento problemático, conflituoso, e as políticas são compensatórias, baseadas na contenção, no medo dos riscos, nas transgressões, presente nos anos de 1980 a 1990. **A segunda** concepção relaciona a juventude a uma etapa problemática, onde o jovem é considerado a partir da manifestação de alguma deficiência em seu desenvolvimento ou dos problemas que ocasiona e que ameaçam a ordem social. **A terceira** concepção vê o jovem como “ator estratégico de desenvolvimento”, cujo objetivo é a formação do capital humano e social para superar a exclusão social trazida com a modernização da sociedade e as novas exigências do mercado de trabalho.(KRAUSKOPF apud DELUIZ, 2009, p. 41).

Na quarta e última concepção, o autor, considera a juventude como sujeito de direito pessoal e social, deixando de ser vistos e definidos pelos seus desvios e transgressões e essa nova concepção segundo Abramo (apud DELUIZ 2009, p.42), supera visão negativa de antes, possibilitando o entendimento dos jovens como sujeitos sociais e dinâmicos da sociedade,

Com potencialidades para responder aos desafios colocados pelas inovações tecnológicas e transformações produtivas. Traz, assim, a possibilidade de incorporar os jovens em situação de exclusão não pela ótica do risco e da vulnerabilidade, mas numa perspectiva includente, centrada principalmente na incorporação à formação educacional e de competências no mundo do trabalho, mas também na aposta da contribuição dos jovens para a resolução dos problemas de suas comunidades e sociedades, através do seu engajamento em projetos de ação social, voluntariado etc. (ABRAMO, apud DELUIZ, 2009, p.42).

Dessa forma, percebemos que a concepção de juventude passou por vários momentos históricos onde cada um representava a maneira como se entendia a juventude. Mas, foram essas transformações históricas que permitiram ao jovem ser visto como “sujeito social e de direitos” no contexto atual.

2.2 O jovem como sujeito social

O sujeito definido por Charlot (apud DAYRELL 2003), é um ser humano histórico que possui desejos, é movido por esses desejos e se relaciona com outros seres humanos. Desse modo, o sujeito é um ser social que tem uma origem familiar e ocupa um lugar na sociedade, e está inserido nas relações sociais. Este autor entende o sujeito como um ser singular, possuidor de uma historicidade que lhe permite interpretar e dar sentido ao mundo. Ele age no e sobre o mundo, e através de suas ações o sujeito produz e é produzido nas relações sociais onde está inserido.

Podemos dizer que em Charlot (apud DAYRELL 2003, p.43) a noção de sujeito está relacionada com as características antropológicas referente à construção do ser humano, onde essa construção humana é um processo, e o ser se constitui como sujeito da mesma forma que se constitui como humano, no desenvolvimento das potencialidades que o caracterizam como espécie. Nesse contexto, ressalta o autor, a essência humana é antes de tudo social, e o homem se constitui nas relações sociais com o outro. Essa perspectiva demonstra que o ser humano está no limite entre a natureza e a cultura, e a dimensão biológica e social são influenciadas mutuamente no processo da produção humana.

Entendemos então, que a qualidade do desenvolvimento das potencialidades características dos seres humanos vai depender da qualidade das relações sociais estabelecidas no meio social onde estão inseridos. Se para Charlot (apud DAYRELL, 2003), todo ser humano é sujeito, Dayrell (2003, p.43) nos chama atenção para as especificidades, quando diz que é preciso considerar as várias formas do ser humano se constituir como sujeito, principalmente se levarmos em conta os contextos onde o ser humano não tem espaço para se desenvolver plenamente em suas potencialidades e apoderar-se da sua condição humana. De acordo com o autor, esses sujeitos se constroem nas suas especificidades e com os recursos que dispõem na sua realidade de vida. Porém, quando consideramos o jovem como sujeito, estamos lhe permitindo refletir, criticar e agir sobre a realidade em que ele vive.

Diante do exposto, “todo ser humano é sujeito” e suas potencialidades características dependem do meio onde ele está inserido, das relações e suas especificidades. Portanto, o processo de escolarização do jovem que participa do Programa Projovem Trabalhador também tem suas particularidades. E para compreender qual o perfil desses alunos, iremos analisar o jovem e sua relação com a escolarização, como demonstra o tema a seguir.

2.3 O Jovem e a Escolarização

Segundo Pesquisa realizada por Corrochano⁶ et al (2008, p.15), a expansão do acesso à escola pública possibilitou o aumento relativo do número de alunos que freqüentaram a escola e os que concluíram o ensino médio. A pesquisa demonstra que 12,3% desses jovens com idades entre 18 e 29 frequentaram ou concluíram o ensino superior, e entre os de 18 a 21 14%, e os 22 a 24 18% também concluíram o ensino superior. Mesmo assim, a quantidade de jovens que interrompem estudos antes de terminar o ensino básico ou que nunca freqüentaram a escola, ainda é bastante significativa nos dados da pesquisa. Corrochano ressalta que a faixa etária que vai dos 25 a 29 quando comparada com a faixa dos 18 a 21 e 22 a 24, é a que apresenta maior número de jovens que chegaram a concluir o ensino fundamental. Como podemos observar na **tabela 1** a seguir:

⁶ Jovens e trabalho no Brasil: desigualdades e desafios para as políticas públicas. Maria Carla Corrochano et al. São Paulo: Ação Educativa, Instituto Ibi, 2008.

Tabela 1 – Distribuição da População Jovem segundo faixa etária e escolaridade – Brasil 2006.

Escolaridade	Faixa etária (em anos)					
	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	14-29
Freqüentam/freqüentaram escola	99,5	99,5	99,0	98,6	98,0	98,8
Fundamental incompleto	77,2	39,2	25,5	25,8	31,8	35,9
Fundamental completo	0,5	2,6	6,1	6,9	7,7	5,5
Médio incompleto	22,2	55,3	25,4	12,5	9,2	21,8
Médio completo	0,0	1,6	26,6	34,3	31,7	22,8
Superior incompleto	0,0	0,6	13,7	14,4	8,7	8,9
Superior completo	0,0	0,0	0,3	4,3	8,6	3,4
Demais cursos	0,1	0,6	2,5	1,8	2,4	1,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Nunca freqüentaram escola	0,5	0,5	1,0	1,4	2,0	1,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total geral (em 1.000 pessoas)¹	6.902,9	6.979,5	13.972,4	10.312,8	15.821,3	53.988,8

Fonte: **IBGE/PNAD** (apud Corrochano, 2009, p.15).

Na opinião de Castro e Aquino (2008, p.106) a situação educacional que o jovem vive hoje, principalmente os da “baixa renda” é fruto do acesso restrito a educação infantil e à baixa qualidade do ensino fundamental, que faz com o jovem cheguem na juventude com “defasagem educacional”. Para Andrade (2009, p.78) os dados da pesquisa do Projovem, mostram que os alunos passaram pela educação infantil e assim mesmo não terminaram o ensino fundamental. Como dizem os autores Castro e Aquino:

A situação educacional dos jovens brasileiros decorre, em grande medida, do acesso restrito à educação infantil e da baixa efetividade no ensino fundamental, evidenciadas pela elevada distorção idade – série e pelos incipientes índices de conclusão deste nível de ensino. Desse modo, parcela considerável das crianças ingressa na juventude com elevada defasagem educacional, tanto do ponto de vista quantitativo (anos de estudo) quanto em termos qualitativos (capacidades e habilidades desenvolvidas). Estas defasagens são agravadas pelas precárias condições socioeconômicas, que concorrem para manter baixo o rendimento dos estudantes e, não raro, ampliar as taxas de abandono escolar. (CASTRO E AQUINO 2008, p. 106)

Para os autores essa defasagem escolar acaba se transformando na realidade de muitos. E acrescentam:

[...] o acesso ao ensino superior é ainda mais restrito, com apenas 12,7% dos jovens de 18 a 24 anos freqüentando esse nível de ensino. A proporção de jovens fora da escola, por sua vez, é crescente conforme a faixa etária: 17% na faixa de 15 a 17 anos, 66% na de 18 a 24 anos, e 83% na faixa de 25 a 29 anos, sendo que muitos destes jovens desistiram de estudar sem ter completado sequer o ensino fundamental. Tal situação é ainda mais grave no caso da expressiva proporção de jovens de 18 a 29 anos nessa condição, pois o incentivo para o retorno à escola para completar o ensino obrigatório tende a ser menor do que entre os que ainda estão

na faixa de 15 a 17anos. Contudo, é significativo o fato de que, vencida a barreira do ensino fundamental, boa parcela dos que têm mais de 18 anos conseguiu completar o ensino médio (cerca de 30%), embora sem buscar a continuidade de estudos no ensino superior.(CASTRO E AQUINO, 2008, p.21)

Quando observamos a questão do gênero temos diferenças significativas, por que o número de mulheres que freqüentam a escola é maior se comparado aos homens. Segundo os dados da pesquisa se Castro e Aquino (2008, p.38), a taxa líquida de freqüência das mulheres nesse segmento de ensino é de 52,4%, “ o que equivale a 10 pontos percentuais a cima da taxa média entre os homens”. Castro e Aquino fazem as seguintes observações:

Se no passado o sexo feminino evidenciava defasagens educacionais em relação ao masculino, atualmente se verifica o contrário. Aumentar a escolaridade dos homens demandará ações de política que extrapolam a esfera educacional, na medida em que envolve temas como violência, mercado de trabalho e renda. (CASTRO E AQUINO 2008, p. 38)

Outra questão que envolve a situação educação dos jovens é a relação trabalho e estudo, para Corrochano (2008, p.20), a maioria dos jovens entre 14 e 29 anos trabalha, o que significa que dos 30,6 milhões de trabalhadores 57% desses trabalhadores são jovens e trabalham, apenas 15,4% desse grupo trabalha e estuda, e a maioria é de 41,3% da população jovem só trabalha.

Tendo em vista que os jovens se tornaram o foco das políticas educacionais, no sentido da “ampliação e equalização do acesso”, Castro e Aquino (2008, p. 39) enfatizam a importância não só dos investimento em educação, mas a melhoria nos processos de gestão e coordenação das diversas ações implementadas.

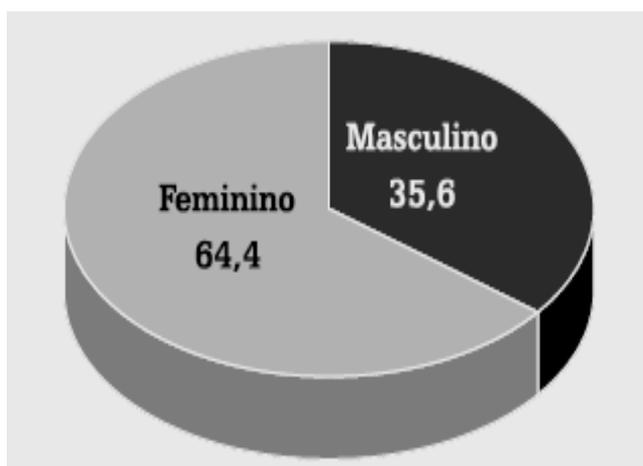
A partir de 2005 a juventude passa a ser tema de discussões, principalmente no que refere à educação desses jovens que tem o processo de escolarização interrompido e precisam entrar no mercado de trabalho. Dessas discussões envolvendo o poder público, ministérios, e organizações não-governamentais, resulta a criação de Políticas emergenciais para Juventude visando atender a essa demanda da população jovem, numa tentativa de possibilitar a conclusão do ensino fundamental e a preparação do jovem para o mercado de trabalho. Desse modo, o Projovem foi criado como uma Política para Juventude que além de possibilitar a conclusão do ensino fundamental dos jovens como é caso do Projovem Urbano, e Projovem Trabalhador que oferece cursos de qualificação para inserção no mercado de trabalho, para os jovens que tenham concluído o ensino fundamental. Para os autores Castro e Aquino:

No limite, essa mobilização política resultou na demanda pela formulação de políticas específicas para a juventude, com espaços para a participação e influência direta dos jovens. Do diálogo desses grupos com os poderes públicos, os movimentos sociais, os partidos políticos, as organizações não-governamentais (ONGs) e outros atores estratégicos configurou-se uma agenda que busca ir além

das ações tradicionais. Conceitualmente, essas “políticas de juventude” associam os aspectos de proteção social com os de promoção de oportunidades de desenvolvimento: de um lado, visam à garantia de cobertura em relação às várias situações de vulnerabilidade e risco social que se apresentam para os jovens; de outro, buscam oferecer oportunidades de experimentação e inserção social múltiplas, que favoreçam a integração social dos jovens nas várias esferas da vida social. (CASTRO E AQUINO, 2008,p.29).

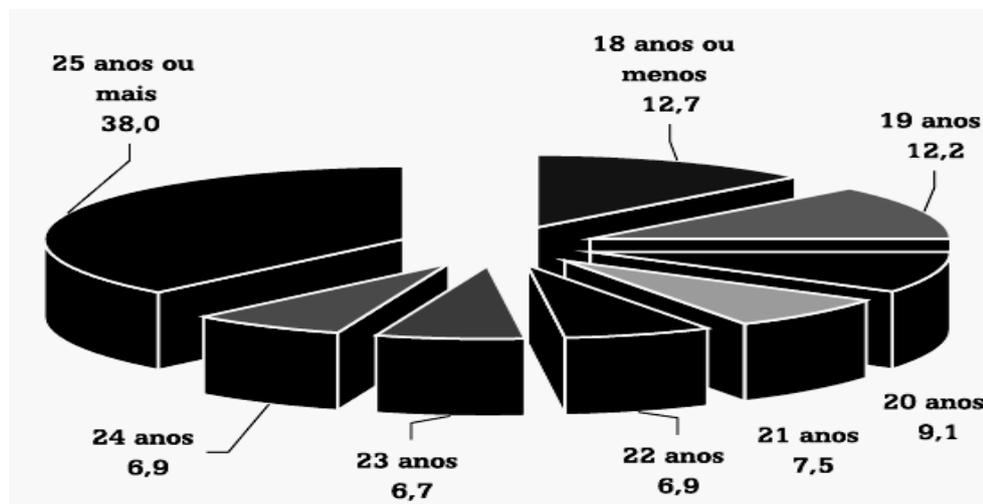
À o analisar a estrutura curricular do Projovem Urbano oferecidos para os jovens que ainda não concluíram o ensino fundamental, Andrade (2009, p.76) relata que a estrutura do Programa Projovem se aproxima da estrutura curricular da educação de jovens e adultos. A pesquisa também demonstra o perfil dos jovens que participam do Programa e nos fornece dados importantes para analisarmos quem são os jovens que participam do Programa Projovem trabalhador em relação ao gênero e a faixa etária O **gráfico 1** mostra que a maioria dos alunos são do sexo feminino.

Gráfico 1. Participação da população jovem no Projovem Urbano em relação ao gênero.



Fonte: Andrade et al (2009,p.76)

Em relação à participação no programa por faixa etária o **gráfico 2** abaixo, demonstra que de fato a maioria dos jovens que participam do programa estão na faixa etária dos 19 a 24 anos, justamente aqueles que abandonam a escola precocemente pela necessidade de trabalhar.

Gráfico 2. População jovem que participa do Projovem Urbano por faixa-etária

Fonte: Andrade, et al, (2009,p.77)

Para Corrochano (2008,p.16) muitos dos jovens nessa faixa etária não conseguiu completar o ensino fundamental e faz a seguinte observação:

A autora chama atenção para os problemas de “eficiência interna” do sistema de educação básica no país. Por um lado, a recente expansão do acesso à escola perpetua problemas de distorção série-idade; por outro, pessoas mais velhas, que não compunham público-alvo das reformas educacionais, ficaram alijadas da possibilidade de prosseguir seus estudos.(CORROCHANO 2008, P. 16)

Na opinião de Sposito e Corrochano (2005, p.141), o abandono escolar na maioria das vezes acontece por questões internas do próprio sistema escolar que tem dificuldade para acolher os jovens em condição de maior “vulnerabilidade”, com distorção idade série são excluídos do sistema escolar por inúmeros fatores. Para Dayrell (apud DUARTE 2009, p.79) a experiência desses alunos com a escola pouco contribuiu para sua condição juvenil e acrescenta:

Para grande parte da juventude brasileira, aquela que de alguma forma foi excluída antes de concluir o ensino básico, parece que a experiência escolar pouco contribuiu na construção da sua condição juvenil, a não ser pelas lembranças negativas ou, o que é também comum, pela sensação de incapacidade, atribuindo a si mesmos a culpa pelo fracasso escolar, com um sentimento que vai minando a auto-estima. Esses já vivem sua juventude marcada pelo signo de uma inclusão social subalterna, enfrentando as dificuldades de quem está no mercado de trabalho sem as certificações exigidas.(DAYRELL apud DUARTE 2009, p. 79)

A escolarização dos jovens é inadequada à realidade contemporânea como afirma Duarte (2009, p. 79), e as propostas de inserção dos jovens nos processos escolares se dá com baixa qualidade de ensino e inadequada ao perfil da juventude e da demanda social. Dessa forma, para a autora o processo de que chama de “adulteração acelerada” dos jovens gera mais “vulnerabilidades” e grandes desafios. Mas, apesar da falta de habilidade e

qualidade das escolas para acolher os jovens diante um futuro que cada vez mais parece incerto, na opinião dos autores Sposito e Galvão (apud DUARTE,2009, p.82) ‘a escola ainda motiva os jovens, nela eles ainda depositam as perspectivas de um futuro melhor, o que acontece é uma “inadequação da instituição escolar às demandas e aspirações da juventude’. Neste sentido, existe uma contradição entre o que a instituição escolar oferece e o que os alunos esperam dela, os jovens acreditam que estar na escola é ter a oportunidade de conseguir um emprego, melhorar de vida.

Concluimos que a questão da escolarização da juventude envolve contradições, incertezas, indefinições sobre a formação, expectativas, acesso à escola, ensino de qualidade, e políticas públicas que respeitem as condições e necessidade da juventude. Como lembra Andrade et al (2009 p.86):

A trajetória escolar demonstra que esses jovens são sujeitos marcados pelas desigualdades, discriminações, e disparidades econômicas que juntam produzem diferentes graus de vulnerabilidades cujos efeitos culminam na recorrência de situações de entrada e saída das redes de ensino, repetência, abandono precoce, desinteresse pelos estudos etc..que, em última instância, denunciam o quanto à escola se afasta e se exclui tão precocemente da vida desses jovens. (ANDRADE et al ,2009, P.86).

Depois de analisarmos qual o perfil dos jovens que participam do Programa Projovem Trabalhador e sua relação com escolarização, partiremos para analisar em que momento esses jovens de uma forma geral entram no mercado de trabalho.

2.4 O jovem e o mercado de trabalho

A pesquisa realizada em 2010 pela OIT (Organização Internacional do Trabalho), o documento revela a tendência mundial do desemprego juvenil, aponta que de 620 milhões de jovens economicamente ativos com idades entre 15 e 24 anos, 81 milhões estavam desempregados em 2009, o que é um número muito elevado, e a taxa de desemprego dos jovens aumentou 11,9 para 13,0 por cento no mesmo ano. A pesquisa revela, ainda que as conseqüências são muitas para as gerações futuras, aumentando assim a fila do desemprego. O documento chama a atenção para o risco do que define como “a crise da geração perdida” que será composta pelos jovens que estarão fora do mercado de trabalho e que perderam a esperança de trabalhar. O estudo também demonstrou que o desemprego juvenil foi mais sensível à crise econômica de 2008 em relação às taxas de adultos entre homens e mulheres. Segundo o documento:

As projeções apontam para uma recuperação mais lenta para os jovens em comparação com os adultos. Os números de desemprego dos jovens e as taxas deverão diminuir somente em 2011. A OIT prevê um aumento contínuo do desemprego juvenil global para uma alta histórica de 81,2 milhões e uma taxa de 13,1 por cento em 2010. No ano seguinte, a expectativa é de que ocorra uma diminuição para 78,5 milhões com uma taxa de 12,7 por cento. Enquanto isso, em relação aos adultos é esperado um pico em 2009 de 4,9 por cento e, em seguida, declínio de 0,1 ponto percentuais entre 2010 e 2011(OIT 2010,).

A OIT (2005) tem apoiado o Brasil e outros parceiros no que diz respeito ao desemprego juvenil através do Ministério do Trabalho e Emprego, como revela o site da própria instituição, com objetivo de implantar programas de promoção de emprego para os jovens. A OIT também atua através da Secretária Executiva da Rede de Empregos de Jovens⁷ ou Youth Employment Networ (YEN) uma iniciativa do Secretário Geral das Nações Unidas, do Presidente do Banco Mundial e do Diretor-Geral da OIT, criada no contexto da Declaração do Milênio. Através da criação dessa Rede, a OIT junto com o Secretariado das Nações Unidas, o Banco Mundial e outras agências especializadas, auxiliam e apóiam os esforços dos governos na elaboração e revisão de planos de ação nacionais.

Neste sentido, a Rede é catalisadora das ações nacionais e faz intervenções políticas, econômicas e técnicas, e participa na elaboração dos planos recomendando aos países a prioridade em relação a empregabilidade, igualdade de oportunidades, empreendedorismo e criação de empregos. Na última reunião realizada em 2003, foram definidos os cinco passos a serem realizados para promover o emprego juvenil. No Brasil, a reunião ocorreu em setembro de 2003 em Salvador, onde o país tornou pública sua intenção em “se tornar um país líder da YEN”, o que envolveria o compromisso na formulação de planos de ações para promoção de emprego para os jovens e no cumprimento das recomendações da REDE. Em 2004, aconteceu a II mesa redonda para discutir a questão de empregos para os jovens, onde participaram representantes do governo, organizações de empregadores e de trabalhadores, e de movimentos e organizações da juventude. No encontro, foram decididas três estratégias para implementação da Rede no Brasil: A primeira seria o desenvolvimento de um banco de dados e uma página web da YEN no Brasil, a segunda o treinamento de gestores públicos e líderes jovens para participar ativamente na formulação e negociação de planos locais para a promoção do emprego de jovens e a terceira e última, a assistência técnica para o estabelecimento de planos locais levando em consideração as recomendações da YEN.

“O desemprego dos jovens aumentou nos últimos 15 anos muitos mais que o desemprego dos adultos, mas essa não é uma situação exclusiva do Brasil, o desemprego dos

⁷ <http://www.oitbrasil.org.br/content/trabalho-decente-para-jovens>.

jovens é um “fenômeno Global”, é o que dizem os autores Castro e Aquino (In: IPEA 2008,p.47). muito embora a OIT junto com os organismos internacionais como YEN e UNESCO defendam que as diretrizes de oferta de emprego para os jovens implantadas nos países com ajuda desses organismos, tenham como resultado a diminuição do desemprego nos países.

A Declaração do Milênio⁸(200,p. 9) é documento histórico criado em setembro de 2000 pelos chefes de Estados e governos que participaram da maior reunião que envolveu 191 países e seus dirigentes e segundo o documento, a preocupação é com os resultados das estratégias de desenvolvimento, onde foram definidos os passos para eliminar a pobreza dos povos e atingir os objetivos para alcançar o desenvolvimento. Em relação aos jovens, o documento no seu inciso nº 20 se propõe a formular e aplicar estratégias que proporcionem aos jovens de todo o mundo a possibilidade real de encontrar um trabalho digno e produtivo.

Considerando os dados da pesquisa PNAD/IBGE⁹ (2009) de 35.940.374 da população jovem entre 14 a 29 anos, somente 66% estão no mundo do trabalho ou em busca de trabalho e os que estudam estão em menor quantidade de 11.212.957 (21%). E há 6.835.259 (13%) que não estudam, não trabalham e nem procuram trabalho, esses dados nos revelam a importância que o trabalho tem para os jovens no contexto atual. Entre os jovens de 18 a 24 anos de idade, 14,7% declararam somente estudar, 15,6% conciliavam trabalho e estudo, 46,7% somente trabalhavam, 17,8% informaram realizar afazeres domésticos e 5,2% não realizavam nenhuma atividade. No grupo de 16 a 24 anos, 22,2% recebiam até ½ salário mínimo no mercado de trabalho.

No Nordeste, esse percentual dobrava (43,5%). Além disso, 26,5% das pessoas nessa faixa etária trabalhavam mais de 45 horas semanais. A pesquisa ressalta que as maiorias dos jovens entre 18 e 24 anos só trabalham, o que na maioria das vezes significa a necessidade de trabalho do próprio jovem e a da família que precisa contar com a renda dele também para sobreviver.Os 14,7% que somente estudam são aqueles que não contribuem com a renda familiar já os 15,6% que trabalham e estudam tentam conciliar a necessidade de contribuir na renda familiar, com os estudos.

Spósito faz uma analogia à frase de Tenti Fanfani (apud DUARTE 2009, p.86) quando diz: “que não é a escolarização que faz a juventude, mas o trabalho também faz a juventude, e se torna complexa a construção sócio-cultural da juventude sem a sua mediação efetiva e simbólica”.

⁸Declaração do Milênio. <http://www.unric.org/html/portuguese/uninfo/DecdoMil.pdf>.

⁹ Pesquisa PND/IBGE.http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?.2009

Corrochano (2008, p. 24) em sua análise sobre a relação trabalho e estudo com a faixa etária diversificada demonstra que dos 14 aos 15 anos, a grande maioria dos jovens (72,4%) se dedica exclusivamente aos estudos, enquanto uma parcela pequena, mas não desprezível (16%), conjuga o estudo com o trabalho. E um grupo bem reduzido (3,4%) alia o estudo à condição de desemprego. Na faixa seguinte, dos 16 aos 17 anos, menos da metade dos jovens (45,7%) mantém-se na situação de estudantes apenas, enquanto parcela importante alia os estudos ao trabalho (24,5%) ou à situação de desemprego (8,1%).

De todo modo, a maioria dos jovens dessa faixa etária estuda (78,3%). Entre os jovens de 18 a 21 anos, é bem inferior a porcentagem dos que estudam (39,4%). Ou seja, os 18 anos parecem ser um marco importante para o afastamento da escola.

No que diz respeito ao trabalho, também se observa uma significativa alteração nas faixas etárias. Como mostra a Tabela 2, o número de jovens que trabalha e não estuda é bem maior na faixa etária entre 25 a 29 anos, enquanto aquele que trabalha e estuda é menor justamente na faixa etária dos 25 a 29 anos.

Em relação aos desempregados que não estão estudando observamos que: na faixa dos 18 a 21 anos são 8,3%, dos 22 a 24 anos 8,1% e dos 25 a 29 anos são 6,7%. Os que estão trabalhando, não estudam e nem estão procurando emprego temos uma pequena diferença de: 14,1% na faixa de 18 a 21 anos, 15,2% de 22 a 24 anos e de 15% para faixa de 25 a 29 anos. Entre os que apenas estão estudando, verificamos que a maioria são os mais jovens, na faixa etária que nos interessa são 15% dos jovens de 18 a 21 anos. Como observamos na tabela 2.

Tabela 2 Distribuição da população jovem, segundo a situação de trabalho e estudo por faixa etária.

Situação	Faixa etária (em anos)					14 a 29
	14 a 15	16 a 17	18 a 21	22 a 24	25 a 29	
Trabalha e não estuda	3,0	10,1	38,3	55,3	65,4	41,3
Trabalha e estuda	16,0	24,5	18,8	13,5	9,5	15,4
Desempregado e estuda	3,4	8,1	5,6	2,4	1,2	3,7
Desempregado e não estuda	0,6	2,7	8,3	8,1	6,7	6,1
Apenas estuda	72,4	45,7	15,0	5,6	2,3	20,8
Não trabalha, não procura trabalho e não estuda	4,5	8,9	14,1	15,2	15,0	12,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE/ PNAD, (apud Corrochano .M. C. In: Ação educativa 2008,p.19.)

A porcentagem de jovens que já estão na atividade (empregados ou desempregados) salta de 45,4% (16 a 17 anos) para 71% (18 a 21 anos). No entanto, antes mesmo disso, já na passagem da faixa de 14 a 15 para a faixa de 16 a 17 anos, observa-se um grande incremento do número de jovens inseridos no mercado de trabalho (empregados ou desempregados), de 23% para 45,4%.

Neste cenário, Deluiz (2009, p.49) em pesquisa realizada anteriormente, nos lembra que os jovens são precocemente afastados da escola e grande parte desses jovens entre 18 e 24 anos, conforme dados do PNAD 2005 (apud Deluiz), não estavam inseridos no mercado de trabalho formal. Desses jovens, 14 milhões (60%) desenvolviam algum tipo de ocupação. A autora ressalta, que a passagem do jovem da escola para o mundo do trabalho é determinada pelas dificuldades da sobrevivência da família, que está relacionada com renda familiar baixa tendo o jovem necessidade de trabalhar para elevar essa renda.

Em relação à população ocupada, Corrochano (2008, p.24) chama a atenção para análise das ocupações dos jovens no mercado de trabalho, pois essa análise pode revelar a qualidade das formas de inserção dos jovens, onde algumas posições demonstram a precariedade em relação a outras. Como exemplifica a autora, a população jovem que trabalha e estuda, 64,6% (ou seja, aproximadamente 5,4 milhões de jovens) estão empregados, enquanto (16%) trabalha sem remuneração, o que já revela uma situação de precariedade. Há também uma parcela de 7,5% de jovens que trabalha por conta própria (7,5%), ou seja, trabalhando em seu próprio empreendimento, sozinhos ou com sócios, sem ter empregados, neste caso não existem elementos que informem com precisão se existe precariedade.

Existem, portanto, diferentes posições em relação à ocupação, como explica a autora, o trabalhador não-remunerado é um exemplo de posição com grande possibilidade de ser precário pela falta de remuneração, já o trabalho para o autoconsumo ou autoconstrução, o indivíduo produz bens para seu próprio sustento ou trabalha em benfeitorias de seu domicílio. Nestas duas posições, o indivíduo não efetua um trabalho regular. Como empregado o indivíduo exerce atividades regulares para um empregador e recebe remuneração por isso. Em relação ao emprego, ele pode ser formal (com registro na Carteira de Trabalho) ou informal (sem registro), e o emprego sem registro aponta para uma situação mais precária de trabalho, porque o trabalhador não está protegido pelos seus benefícios sociais. Como mostra a **tabela 3** de posição na ocupação.

Tabela 3. População que trabalha em emprego formal e informal.

Posição na ocupação	Faixa etária (em anos)					
	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	14-29
Empregado	42,7	56,8	73,6	71,9	68,1	69,8
Com carteira	0,0	10,5	40,5	45,3	44,9	42,4
Sem carteira	42,7	46,3	30,7	24,3	19,3	24,4
Funcionário público	0,0	0,0	2,4	2,3	3,87	2,97
Trabalhador doméstico	10,4	10,5	6,4	6,5	6,9	6,8
Com carteira	0,0	0,2	0,7	1,4	1,9	1,4
Sem carteira	10,4	10,3	5,6	5,1	5,0	5,4
Conta própria	10,6	9,9	9,0	12,1	16,0	13,1
Empregador	0,0	0,0	0,6	1,5	2,8	1,8
Trabalhador no autoconsumo ou autoconstrução	7,5	6,4	2,6	2,5	2,4	2,6
Não-remunerado	28,9	16,4	7,9	5,5	3,8	5,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE/Quad. Estatístico. Dinâm.

Fonte: Corrochano.M. C. In: Ação educativa 2008,p.26.

Os jovens com idade de 14 a 17 anos, são os que estão mais sujeitos ao trabalho precário, segundo Corrochano (2008, p.26), porque é nessa faixa etária onde ocorre o trabalho doméstico sem carteira assinada, e os trabalhos para o autoconsumo, ou seja, s jovens trabalham por conta própria. Entre 18 e 21 anos, a proporção de empregados com registro em carteira é semelhante para ambos os sexos: 40,8% das moças e 40,2% dos rapazes (excluindo-se o trabalho doméstico com registro), a proporção, contudo, aumenta para os rapazes e diminui para as moças, com o passar da idade, de modo que, no grupo de moças com idade entre 25 e 29 anos, o trabalho com carteira registrada corresponde a 39,5% das posições ocupadas. Para os rapazes, essa porcentagem é de 48,7%. O fato dos homens entrarem no mercado de trabalho mais cedo pela necessidade de contribuir com renda familiar e muitas pela própria questão cultural que concebe ao homem como primeira responsabilidade contribuir com as despesas da família e também para o auto consumo. Como podemos observar na **tabela 4**.

Tabela 4 - Distribuição da população jovem que só trabalha, segundo a posição na ocupação, por sexo e faixa etária.

Posição na ocupação	Homens					Mulheres						
	Faixa etária (em anos)					Faixa etária (em anos)						
	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	14-29	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	14-29
Empregado	50.2	67.8	79.8	77.6	74.3	76	24.1	31.2	63.8	63.5	59.4	60.5
Com carteira	0	11	40.2	47.2	48.7	44.3	0	9.2	40.8	42.5	39.5	39.6
Sem carteira	50.2	56.8	36.1	28.3	22.3	28.8	24.1	22	22.2	18.4	15.1	17.8
Funcionário público	0	0	3.5	2.1	3.2	2.9	0	0	0.8	2.6	4.8	3.2
Trabalhador doméstico	1.8	0.8	0.6	0.7	0.6	0.6	31.7	33.1	15.5	15.2	15.8	16.1
Com carteira	0	0.1	0.2	0.2	0.3	0.2	0	0.5	1.6	3.1	4.1	3.2
Sem carteira	1.8	0.6	0.4	0.5	0.3	0.4	31.7	32.6	13.9	12.1	11.7	12.9
Conta própria	10.8	9.9	9.8	13.9	18.3	14.7	10.1	9.9	7.9	9.5	12.8	10.8
Empregador	0	0	0.6	1.9	3.5	2.2	0	0	0.5	0.9	1.9	1.2
Trabalhador no autoconsumo ou autoconstrução	3.5	4.3	1.3	1.3	0.9	1.3	17.1	11.3	4.5	4.3	4.5	4.7
Não-remunerado	33.7	17.3	7.9	4.8	2.5	5.3	17	14.5	7.8	6.6	5.7	6.7
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: IBGE/Pnad. Elaboração: Dieese.

Fonte: Corrochano.M. C. In: Ação educativa 2008,p.26.

Os dados da pesquisa realizada por Corrochano em 2008 demonstram a centralidade do trabalho na vida dos jovens, e maioria deles está no mercado de trabalho precário ou não, ou ainda em busca do primeiro emprego. Autora defende a entrada tardia desses jovens no mercado de trabalho, haja vista, que nos países desenvolvidos o número de jovens no mercado de trabalho é bem menor comparado ao Brasil. Ao entrar mais tarde no mercado se ampliaria o tempo de escolarização dos mesmos.

Os jovens ingressam no mundo do trabalho em atividades que exigem pouca qualificação e experiência, geralmente as atividades são manuais, favorecendo a precariedade das ocupações como relata a autora, que também chama atenção para as desigualdades na inserção no mercado, onde é preciso levar em consideração as questões ligadas ao sexo, cor e raça. Da mesma forma, podemos dizer em relação ao desemprego, que ele não atinge os jovens da mesma maneira, precisamos considerar a faixa etária, a renda familiar, o sexo, cor raça e escolaridade.

Pochmann (2008, p.3) entende que as dificuldades dos jovens com relação ao mercado de trabalho pode ser superados através da mobilização social e política das organizações da sociedade civil, e com a estruturação de políticas públicas gerais e

específicas, de natureza e origem diversas que se articulem e se integrem ,possibilitando a inserção dos jovens na sociedade.

Percebemos então, que os jovens excluídos, de baixa renda, entram no mercado de trabalho mais cedo o que afeta o tempo de escolarização e geralmente estão inseridos em trabalhos precários, enquanto aqueles que entram no mercado mais tarde ampliam a escolaridade e tem mais oportunidades em trabalhos melhores.

Além de se preocupar em preparar os jovens para o mercado de trabalho o discurso das autoridades envolvidas com a questão da juventude exaltam as ações governamentais que têm como objetivo preparar o jovem para exercer a sua cidadania.

2.5 O Jovem e a Cidadania

O Relatório do Banco Mundial sobre o Desenvolvimento Mundial de 2007 – Desenvolvimento e a Próxima Geração¹⁰ destaca a importância de se desenvolver nos jovens a questão cívica para que possa atuar como cidadão no local onde vive. Segundo Deluiz (2010, p.20), o Relatório enfatiza a importância do jovem desenvolver sua capacidade de “participação cívica” na comunidade onde vive possibilita ao mesmo exercer seus direitos e deveres na própria comunidade, e ao mesmo tempo, participa na resolução dos problemas que envolve a comunidade.

Abramo (1997, p.28), chama atenção para a utilização do tema cidadania e seu destaque nos últimos tempos, haja vista que a cidadania refere-se à questão dos direitos, deveres e participação nos contextos sociais. Mas, o que a autora ressalta é o modo como os formuladores ou as instituições envolvidas em ações voltadas para juventude se referem a essa categoria. A juventude é sempre considerada como momento de transição focado nos conflitos, desvios, privações, transgressões, ou seja, o jovem é visto como “problema”. Os jovens não são vistos como sujeitos de direito, e sim como sujeitos onde seus direitos estão ausentes pela sua incapacidade de exercê-los e não nos termos a que se refere à cidadania, como lembra autora, “onde os sujeitos são capazes de participar dos processos de definição, invenção e negociação de direitos”.

No entanto, o documento da Política Nacional da Juventude, elaborado pelo Conselho Nacional da Juventude (2006, p.5), entende o jovem como sujeito de direitos coletivos onde sua autonomia deve ser respeitada, assim como suas identidades, formas de

¹⁰ Relatório Banco Mundial 2007. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/INTWDR2007/Resources/1489782-1158107976655/overview-po.pdf>.

agir, viver e se expressar valorizadas. Para o CNJ os desafios no reconhecimento dos direitos dos jovens são muitos, porque são resultados da própria contradição da representação social juvenil presente na sociedade contemporânea. Segundo o documento, ser jovem no contexto da cidadania, na participação dos processos decisórios ou na esfera política é sinal de imaturidade, impulsividade e rebeldia exagerada, “aquele que ainda não é”. Dessa forma, o Conselho declara que os estereótipos que constroem um imaginário social de valorização da juventude são os mesmos que impedem sua participação como sujeitos sociais.

O jovem cidadão no Brasil se insere na faixa etária entre 15 a 29 anos a qual, segundo o CNJ funciona como parâmetro social e referencial para elaboração de políticas públicas. Portanto, ser jovem no Brasil como reconhece o documento “é estar imerso por opção ou por origem em uma multiplicidade de identidades, posições e vivências. Reconhecer a existências de “diversas juventudes” para um país é entender a necessidade de promover direitos aos jovens em sua diversidade. O que implica na superação, como afirma o documento, de pré-conceitos por parte da opinião pública. Cabe, então, aos formuladores das políticas para juventude conscientizar a sociedade de que os jovens são sujeitos de direitos, promotores e destinatários de políticas públicas.

Na visão de Fleury (apud DUARTE 2009, p.133), é a divisão dos jovens em classes que “limita o exercício a cidadania” em sua plenitude, a exclusão dos mais pobres em espaços culturais devido às questões financeiras por exemplo, também é uma forma de limite à cidadania como afirma a autora. Portanto, a exclusão é a negação do direito político, civil e social da cidadania.

Os autores Aquino, Acevedo e Nucci (apud DUARTE 2009, p.133) defendem que o momento mais importante para a formação social, política e a cidadania é na juventude. Assim, na opinião desses autores. “a cidadania constitui um conjunto de direitos, obrigações e autopercepção do ator social”.

Belluzzo e Victorino (apud DUARTE, 2009, p.134) analisaram o Programa “Jovem Cidadão” do governo de São Paulo e chegaram à seguinte conclusão sobre o mesmo: o programa tem como principal objetivo resgatar a cidadania, mas não desenvolve ações nesse sentido. Contudo, a cidadania é aprendida como “compromisso social”, uma forma de fazer conhecidos os direitos básicos de cidadania e as necessidades dos jovens envolvidos. E concluem, afirmando que o Programa não contribui para romper com a visão de cidadania presente na sociedade e sim contribui para “segregação da pobreza”.

Minayo e Boghossian (apud DUARTE 2009, p.135) em pesquisa realizada sobre levantamento de literatura concluem que muito se fala nos tempos atuais sobre ações dos

jovens como expressão de cidadania. Os termos intervenção social, participação e ação solidária são tratados como sinônimos na visão dessas autoras, e acrescentam que essas ações acabam tendo significados diferentes do que realmente entendemos como cidadania, ou seja, o direito de votar e a participação política nos movimentos.

O documento do Conselho Nacional de Juventude (2006, p.10) enfatiza que a classificação da juventude não consegue abarcar a diversidade que é a juventude. Duarte (2009, p.135) ressalta que justamente por isso, os programas governamentais precisam atender à diversidade juvenil e acrescenta que o documento diz que o objetivo do Projovem é valorizar a singularidade do jovem, reconhecê-los como sujeitos de direitos e proporcionar sua participação ativa no processo de aprendizagem. Segundo este documento o jovem é cidadão e a cidadania é desenvolvida na disciplina intitulada “Ação Comunitária”, onde os jovens são preparados para o trabalho e para atuarem socialmente.

De acordo com Abramo (1997, p.28) o primeiro passo para o reconhecimento dos jovens como sujeito é superar a visão de “problemas e conflitos”, e reconhecê-los como sujeitos capazes de formular questões críticas, participar ativamente nos processos decisórios que envolvem ações e programas para juventude de forma dialógica, contribuindo e participando nas soluções de problemas e questões sociais como sujeitos de fato e de direito.

Depois de discutir a juventude e todas as questões que envolvem o jovem em relação à sua escolarização, mercado de trabalho, cidadania e como sujeito social, cabe questionar sobre o papel do Estado e da sociedade civil nas ações que se dizem preocupadas em resolver os problemas dos jovens em situação desfavorecida socialmente. Para tanto, é preciso compreender o conceito de sociedade civil e de Estado e qual a relação entre os dois.

3. ESTADO E SOCIEDADE CIVIL

3.1 Conceito de Sociedade Civil

Segundo Nogueira (2003, p.216), o conceito de sociedade civil se difundiu com base em quatro vertentes. A primeira diz respeito à diversificação e mercantilização das sociedades onde predominava o individualismo e a desagregação gerada pelo desenvolvimento capitalista. Desta forma, as sociedades se transformaram em ambientes competitivos, tensos, com pouco diálogo e fechados em si mesmo. Para este autor, nessa sociedade capitalista os sujeitos históricos não eram valorizados, o que impossibilitava a unificação social. Nesta sociedade, foram projetados “novos sujeitos” sociais.

A segunda vertente refere-se à constituição de um mundo interligado e integrado economicamente e socialmente, articulado com as redes de comunicação, de informação, com as dinâmicas estruturais e com o poder dos estados nacionais. Neste sentido, o social ganha transparência e mais autonomia frente ao político. As sociedades passam a se relacionar mais com outras e, conseqüentemente, com suas culturas e padrões, ameaçando a autonomia e a originalidade das culturas nacionais como afirma o autor. Para Nogueira (2003, p.217), essas articulações não tornaram o mundo mais igual, muito pelo contrário, aumentaram as distâncias que separavam os ricos e pobres, as desigualdades, a separação entre protegidos e desprotegidos, e entre trabalhadores e proprietários.

Na terceira vertente, temos a expansão da cultura democrática e das culturas participativas, que passaram a ganhar força através do ativismo comunitário e dos movimentos sociais, acompanhados das determinações econômicas e políticas. Nogueira (2003, p.217), evidencia o momento histórico dos anos de 1980, onde houve o esgotamento e a crise terminal dos regimes ditatoriais na América do Sul, a derrota do sistema socialista do Leste europeu, e o movimento pela democratização que veio acompanhado da expansão e do fortalecimento das sociedades civis nacionais. Nesses movimentos, a democratização caminhou junto com o fortalecimento e expansão das sociedades civis nacionais em paralelo ao abandono do Estado, como explica o autor,

Registrado antes, iria se contrapor O movimento pela democratização fez-se junto com a expansão e o fortalecimento das respectivas sociedades civis nacionais. Paradoxalmente, em ambos os casos, a democratização se combinou com uma atitude de abandono do Estado, quer dizer, ou com a recusa da política

institucionalizada, ou com o elogio unilateral de uma sociedade civil que conteria toda a virtude e todo o dinamismo social, e se contraporiam assim ao momento autoritário, repressivo e burocrático do fenômeno estatal. Ao reconhecido excesso de Estado uma postura tendencialmente hostil a qualquer Estado. (NOGUEIRA 2003, p.217).

Nesse contexto, a sociedade civil segundo Nogueira (2003, p.218) foi sendo incorporada ao contemporâneo como sinônimo de hostilidade ao Estado e a política, além da incorporação do conceito com a linguagem do planejamento e da gestão, que passou a valorizar a “ideia de participação” levando a uma nova redefinição conceitual. Mais uma vez, o conceito de sociedade civil sofre uma “transformação” passando da “organização de novas hegemonias” para “espaço de cooperação, gerenciamento da crise e implementação de políticas”.

A última vertente apresentada por Nogueira (2003, p.217), refere-se ao momento em que o conceito se difunde impulsionado pela crise da democracia representativa e pelas transformações registradas na institucionalidade política, onde a política se torna um espetáculo. Desta forma, o autor entende que o protagonismo das organizações e os movimentos sociais que, na maioria das vezes são autônomos em relação às esferas políticas, “congestionaram” a sociedade civil e se confundiram com ela. Neste sentido, a sociedade civil passou de espaço político voltado para os interesses de classes e discussões de projetos hegemônicos, no dizer do autor, para “acampamento de movimentos”, porque apesar do aumento na organização dos interesses e da mobilização democrática, o que se perdeu na opinião deste autor foi justamente à unidade política. E conclui,

hoje, vivemos em sociedades bem mais complexas e diversificadas, nas quais a organização dos interesses se reforçou enormemente, o associativismo ganhou mais espaço e o Estado recuou. Há uma pluralidade de movimentos, ações e organismos que se enraízam em terrenos não propriamente regulamentados em termos estatais: que escapam a lógica operacional e dos controles do Estado quanto de suas fronteiras. (NOGUEIRA In: COUTINHO 2003, p.217).

Para Acanda (2006, p.166) o conceito de sociedade civil surgiu com a ideologia burguesa e como expressão de interesses de classe, cujo objetivo era limitar o poder Estatal em relação à sua esfera de ação legitimada. Mas é a partir de 1848 que a posição da burguesia muda de forma radical na trama social. Com a revolução Inglesa no século XVII que continuou até o século XVIII junto com a Revolução das Treze Colônias e a Revolução Francesa em 1848, que resultou na eliminação das estruturas políticas feudais da Europa, se consolidou o poder político da burguesia, e os objetivos do pensamento político de classe

também mudou. A preocupação não era mais limitar o poder do Estado, e sim em como dividir o poder entre as classes, expressando os interesses de diferentes grupos da burguesia.

Com os movimentos revolucionários de 1848, surge um “novo ator social”, que segundo este autor, é a própria classe operária se apresentando como forte adversário do poder. Por isto, um dos objetivos desse novo pensamento político era estruturar um sistema político que impedisse o acesso desse “novo ator social”, o proletariado, às liberdades políticas da burguesia. Conforme afirma o autor,

O tema principal das lutas políticas no século XIX e de grande parte do século XX e do pensamento político da época, será o da ampliação dos “direitos de cidadania”, principalmente o direito ao voto, que esteve restrito por muito tempo aos proprietários de determinada riqueza. (ACANDA 2006, p.167).

Em Hegel (apud FONTES 2010, p.130) conceito de sociedade civil tinha um sentido burguês, uma localização histórica e social, conservando a expressão dos interesses particulares e mantinha uma relação tensa com o Estado, mesmo sendo parte dele. A sua universalidade estava inconclusa, porque a sociedade civil ainda não tinha sido por ele compreendida em sua totalidade. Essa era a crítica de Marx e Engels em relação a Hegel.

Para Coutinho (apud DELUIZ, 2009, p.57), o Estado em Hegel é o organizador da economia e da sociedade civil, desta forma, a sociedade civil se constituiria no momento intermediário entre a família e o Estado. Portanto, a sociedade civil em Hegel é a esfera das relações econômicas e suas regulamentações externas. O Estado é ético e civilizatório, que garante à sociedade civil liberdade e vida. Neste contexto, a possibilidade de universalidade do Estado, “só seria possível a partir do surgimento de uma nova classe e de uma” “esfera inteiramente nova”.

Marx e Engels (apud FONTES, 2010, p.130) transformaram a definição de Estado apresentada por Hegel. Para esses autores o Estado de Hegel tinha uma concepção filosófica, enquanto em Marx e Engels a possibilidade de universalidade se daria no mundo da produção. Na visão de Fontes (2010, p.130), em Hegel havia um “horizonte prospectivo e ético, cujo pólo seria o Estado”, em Marx havia uma base ética, histórica e ontológica, onde poderia emergir a universalidade que passa a ser o mundo da produção da existência, da atividade dos homens, ou seja, o mundo do trabalho e das relações sociais. Como ressalta a autora:

Ambos conservam, a clareza de que a associação plena e consciente de todos os trabalhadores seria a condição e o objetivo de uma humanidade não mais cindida em classes. Entretanto, para Marx e Engels, atingir uma plena associatividade humana exigiria superar o Estado. (FONTES 2010, p.130).

Marx não aceitava o caráter universal e determinante do Estado, pois sua origem estaria justamente na divisão da sociedade em classes. Neste sentido, como afirma Coutinho (apud DELUIZ, 2009, p.57) ele existe enquanto existisse a divisão de classes, e sua função é conservar a divisão para garantir que os interesses particulares de uma determinada classe possam se impor como interesses universais da sociedade. Desta forma, a sociedade civil e o Estado são igualmente particularistas e se estruturam a partir dos interesses da burguesia.

Em Gramsci o conceito de sociedade civil é recriado a partir das questões centrais do autor que são apresentadas aqui por Fontes (2010, p.132): primeiro como se organiza e exerce a dominação de classes nos países capitalistas desenvolvidos? Segundo sob que condições os setores subalternos empreendem suas lutas de forma a direcioná-las para a superação do capitalismo? E como se organiza o Estado nas suas formas de organização social, num projeto político que almeja uma eticidade? Com esses questionamentos Gramsci inicia suas reflexões sobre o conceito. Para este autor a sociedade civil é definida como:

O conjunto de organismos designados vulgarmente como privados e o da sociedade política ou Estado, planos que correspondem, respectivamente, a função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de “domínio direto” ou de comando, que se expressa no Estado e no governo “jurídico”. (GRAMSCI 2004, CC 2 p.20-21).

Neste sentido, segundo o autor a sociedade civil estaria situada entre a estrutura econômica e o próprio Estado que teria a função de adequá-la à sua estrutura econômica, para isto, é preciso que o Estado “queira” fazer isso,

Isto é, que o Estado seja dirigido pelos representantes da modificação ocorrida na estrutura, econômica. Esperar que, através da propaganda e da persuasão, a sociedade civil se adapte à nova estrutura, que o velho homo economicus desapareça ser sepultado com todas as honras que merece, é uma nova forma de retórica econômica, uma nova forma de moralismo econômico vazio e inseqüente (GRAMSCI CC 1 2004, p.324).

A relação entre a sociedade civil e o Estado é dialética e recíproca, onde Estado e sociedade são dois “momentos distintos que se identificam e constituem em conjunto, o” “Estado ampliado”, como ressalta Liguori (2003, p. 183). Estado e sociedade civil são atravessados pelas lutas de classe, e o Estado é ao mesmo tempo instrumento de uma classe, lugar de luta pela hegemonia e processo de unificação das classes dirigentes.

Em Gramsci a sociedade não pode estar separada da noção de totalidade, de luta entre as classes sociais, pois seu conceito está ligado às relações sociais de produção, as formas sociais de produção da vontade e da consciência em relação ao papel que o Estado exerce, como ressalta Coutinho (apud Fontes 2010, p.132).

Na opinião de Acanda (2006, p.174), a obra de Gramsci tem uma importância histórica para o pensamento político social no século XX, porque fornece elementos para se pensar as bases para elaboração de uma nova idéia de política e para se pensar sobre o conceito de sociedade civil que esteve no centro de suas reflexões teóricas. Neste sentido, o conceito de sociedade civil “ é uma noção política e não um instrumento neutro”. Como afirma o autor para entender a sociedade civil na perspectiva teórico-crítica, é preciso antes entender o que é o Estado, a política, a autonomia e a democracia.

O conceito gramsciano de sociedade civil na explicação de Fontes (2010, p.133) ‘buscou dar conta dos fundamentos da produção social, da organização das vontades coletivas e de sua conversão em aceitação da dominação, através do Estado. Enquanto o conceito de “aparelhos privados de hegemonia” remete à produção coletiva, às visões de mundo, à consciência social e as formas de adequação dos interesses do mundo hegemônico e burguês’.

Fontes (2010, p.136), evidencia que em Gramsci, as lutas de classe atravessam o conjunto da vida social difundida pelos aparelhos privados de hegemonia presente na sociedade civil. “Esses aparelhos privados se constituem como associações, clubes, partidos, jornais, sindicatos, e igrejas, ou seja, são as diversas entidades que compõem a sociedade civil”, e que normalmente se apresentam como se fossem separados da organização econômica e política da vida social, cujos objetivos são a defesa dos interesses corporativos. Deste modo, a autora conclui que a “sociedade civil é um espaço de lutas intra e entre classes”.

Para Coutinho (2007, p.127) no pensamento gramsciano, “a sociedade civil passa a ser entendida a partir de outro momento do processo histórico, ou seja, é uma visão de outro momento histórico com bases históricas diferente daquelas observadas por Hegel, Marx e Engels”. Portanto na visão de Gramsci o Estado é ampliado porque a superestrutura passa a compor tanto a sociedade civil quanto a política. Neste sentido, afirma Gramsci:

Do conceito de Estado, que habitualmente é entendido como sociedade política (ou ditadura, ou aparelho coercitivo para adequar a massa popular a um tipo de produção e à economia e um dado momento); e não como equilíbrio entre sociedade política e sociedade civil (ou hegemonia de um grupo social sobre a inteira sociedade nacional, exercida através de organizações ditas privadas, como a igreja, os sindicatos, as escolas, (GRAMSCI apud COUTINHO, 2007, p.127).

Na visão de Nogueira (2003, p.224), na sociedade civil que Gramsci defendia, ocorre uma hegemonia política e cultural de um determinado grupo social em relação a toda sociedade, ou seja, era lugar de promoção, de articulação e de unificação dos interesses, cujos os atores estavam no próprio campo estatal, e o Estado nessa sociedade é

amplo, democrático, e participativo. Portanto a concepção de sociedade civil se apresenta como lugar de construção de projetos globais de sociedade onde são articuladas as capacidades de direção ético-política e onde acontece as disputas pelo poder e dominação.

Neste contexto, o autor entende que a ideia de sociedade civil nos tempos atuais não é hegemônica e nem tem poder para dirigir. Para contrapor o conceito gramsciano de sociedade civil hoje, Nogueira defende três ideias de sociedade civil como proposta de uma leitura atual do conceito. A primeira é a sociedade civil de Gramsci que o autor intitula de sociedade civil democrático-radical, uma concepção de sociedade políticas que comanda as lutas sociais e institucionais e articula-se como uma estratégia de poder e hegemonia, e nela o Estado compõe a sociedade civil e a sociedade política resultando na hegemonia.

A segunda refere-se à sociedade civil liberal onde o mercado comanda a luta social, é competitiva e privada, não ocorre interferências do Estado e sua fórmula é oposta à ideia de Gramsci, ou seja, o Estado pode aparecer do lado do mercado e da sociedade civil através de alianças e combinações entre os mesmos. Nessa sociedade civil não existe hegemonia, e sim “como os atores envolvidos podem obter vantagens ou extrair mais lucro para si”. É um espaço que segundo Nogueira (2003, p.224) pode ser considerado como “saque” aos fundos públicos ou privados para aumentar os interesses particulares. Quanto ao Estado, não existem ações voltadas para conquista dele, mas contra ele, por isto ele é um “Estado mínimo”, cujas funções como afirma o autor, são reduzidas à guarda da lei e da segurança. E a sociedade civil é um espaço fora do Estado que procura “compatibilizar” a lógica das burocracias públicas e do mercado com o associativismo sociocultural. Segundo o autor, neste espaço pode existir oposição e não contestação. Os atores nessa sociedade são aqueles que se organizam de forma restrita, egoística e desinstitucionalizadas em ações como o voluntariado e o assistencialismo.

A terceira concepção é denominada pelo autor como sociedade civil social, onde a política tem destaque, mas isso não significa que tenha poder de comando, as lutas sociais se chocam com as lutas institucionais, o que de certa forma dificulta as estratégias de poder e hegemonia. Para Nogueira (2003, p.225), essa sociedade se coloca como espaço alternativo para os demais âmbitos. Na expressão do autor a sociedade está “de costas para o Estado, e longe do Parlamento”, ela tem lugar para hegemonia e sua grande virtude é a autonomia. Seus atores são aqueles que operam entre o Estado e o mercado. Portanto, as ações estão voltadas para reforma do social, mas, se utiliza o Estado para atingir esse objetivo, que nessa sociedade é um Estado cosmopolita; dito de outra forma, um estado territorialmente desenraizado e voltado para a proteção dos direitos de cidadania, mas, que também pode

limitar e restringir o mercado. É uma sociedade, como relata o autor, que opera em rede e através dos movimentos sociais ou “cibermilitância”, tendo como objetivo a constituição de uma sociedade civil mundial.

Na visão de Nogueira (2003 ,p.225),nessa sociedade civil social existe o que ele chama de “terceiro reino”, um espaço paralelo à esfera política e econômica, uma sociedade que pode intervir nos excessos do Estado e do mercado, e que ao mesmo tempo tem uma função mediadora entre o sistema e os grupos sociais.O autor conclui que essa sociedade civil exclui os interesses e as classes, ela “despoja” o político e está separada do Estado, mas, existe nela uma política transformada em valores éticos, que não se coloca como poder, hegemonia ou Estado. É uma sociedade com uma concepção que apresenta de um lado o universalismo, a ética, o diálogo e no outro lado o político, onde tem o particularismo, a força, e a corrupção.Como afirma o autor é uma concepção para além da sociedade política, do Estado e do mercado.Ela se “contrapõe ao poder e ao sistema, mas não pretende articular direção ético-política ou a criação de novos Estados”.

O autor conclui suas reflexões afirmando que as três concepções de sociedade apresentadas estão presente e “espelham” nossa realidade contemporânea, e que essas idéias de alguma forma direcionam projetos políticos e idéias de Estado.Portanto, “vivemos sob os efeitos e reflexos dessas idéias”.Nogueira chama atenção para as ações ou movimentos que envolvem atualmente o chamado “Terceiro Setor”, que na sua diversidade e pluralidade circulam sem “tensões” nas três concepções de sociedade civil.Neste contexto, quanto mais as ações sociais se apresentam como ético-políticas mais elas circulam entre a sociedade democrático-radical e a civil social, e se ações estão mais na linha do voluntariado e assistencialismo elas tendem a se firmar na sociedade civil liberal.Assim, como diz o autor, “essas concepções estão legitimadas no mundo contemporâneo”.(NOGUEIRA, 2003,P.225)

Na discussão entre o Estado e a sociedade civil e suas ações, Deluiz (2009, p.61) nos diz que na relação do Estado e da sociedade existe um espaço que passa a ser ocupado pela esfera pública não estatal, é nesse espaço que estão as organizações da sociedade civil, que atualmente desenvolvem projetos cujo foco é a prestação de serviços sociais voltados para as organizações populares de defesa dos direitos.Estas ações como esclarece a autora, representam a desregulamentação no papel do Estado na economia e na sociedade, essa nova esfera traz a marca do assistencialismo como estratégia para amenizar as políticas de ajuste econômico nas camadas populares.

Na concepção de Poulantzas a questão atual sobre o social se insere entre as novas funções econômicas e político-ideológico assumidas pelo Estado capitalista na sua fase

monopolista. Para ele em cada estágio do capitalismo, as ações estatais independentemente se social, ideológica ou repressiva, se relacionam com as funções econômicas. Como nos diz o autor:

A análise do Estado (e do poder) capitalista não pode então se resumir, em suas relações constitutivas à economia, ao seu relacionamento com as relações de produção e com a divisão social capitalista do trabalho no sentido geral. Elas se traduzem, em sua reprodução, conforme as fases e estágios do capitalismo, como funções econômicas deste Estado: o conjunto de sua ação quer se trate da violência repressiva, da inculcação ideológica, da normalização disciplinar, da organização do espaço e do tempo ou da criação do consentimento, está relação com essas funções econômicas, desta vez no sentido mais preciso do termo. (POULANTZAS 1980, p.187).

Em síntese, entendemos que a “concepção de Hegel sobre a sociedade civil acontece num contexto de regulamentação das relações econômicas em Estado ético e civilizado que garante a liberdade dessa sociedade. Para Marx e Engels o problema estava no poder do determinismo regulatório presente nesse Estado que se apresentava com uma sociedade dividida em classes. Nesse contexto, a sociedade e o Estado estavam estruturados para atender os interesses da classe burguesa”. (FONTES, 2010, p.138)

A grande contribuição de Gramsci teve como ponto de partida suas inquietações em relação à organização do Estado e da sociedade civil. Para ele a sociedade civil seria um espaço dentro da estrutura do Estado, desta forma, a sociedade civil não poderia estar de fora do Estado e da noção de totalidade, nem das lutas entre as classes. A partir dessa conclusão é que Gramsci traz o conceito de Estado ampliado, onde entende que a sociedade civil e a sociedade política têm relações de equilíbrio dentro da estrutura que compõe o próprio Estado, e as lutas de classes se dão nos aparelhos privados de hegemonia, e essa luta tem como objetivo a obtenção do consenso. Portanto, a sociedade civil e a sociedade política (Estado estrito, coerção) formariam o que ele definiu como estrutura e superestrutura. Entretanto, tanto Coutinho (2003, p.128) como Fontes (2010, p. 135) nos chamam atenção para o “contexto histórico que envolvia cada autor, ou seja, cada um fez reflexões que suscitaram em contribuições importantes para as discussões do conceito de sociedade civil, porque eram momentos históricos diferentes”. Neste sentido, de Hegel a Marx e Engels e Gramsci, ao conceito de sociedade foram sendo incorporadas observações e conceitos que se revelavam na realidade vivida e percebida por cada um deles naquele momento.

Pelo exposto, percebemos que o conceito sociedade civil passou por muitas transformações e esses movimentos gerou novas redefinições e reconfigurações que também estão presente no Estado que passa a exercer o papel de gestor de políticas sociais onde em parcerias públicas e privadas justamente com as novas representações da sociedade

civil. Nessa perspectiva, as novas relações entre o Estado e a sociedade civil ficam bem explícitas quando avaliamos as políticas sociais e os programas sociais oferecidos para juventude, é o que pretendemos fazer a seguir.

3.2 Políticas Sociais e Programas para Juventude

A crise na economia mundial anunciada em 2008 e gerada pela falência do banco Lehmann Brothes, atingiu as economias centrais capitalistas. Segundo Ribeiro (2011,p.09), a principal causa da falência foi a desregulamentação do mercado de hipotecas do banco nos Estados Unidos, que atingiu as instituições bancárias dentro e fora do país. Como medida de reação à crise destacamos: o “afrouxamento da política monetária, e a queda nas taxas básicas de juros” em vários países, como EUA, União Européia e Reino Unido, cujos os bancos diminuiram espantosamente suas taxas de juros entre setembro de 2008 a maio de 2009.

Em relação ao Brasil, diferente dos outros países, este vivia um momento de acelerado crescimento econômico, com taxas do PIB superior a 6%, como relembram Prates e Farhi (apud RIBEIRO, 2011, p. 14)

Ao contrário dos países centrais, o ano de 2008 no Brasil foi marcado pela rápida sucessão entre dois cenários econômicos distintos. Observou-se a aceleração do ritmo do crescimento econômico, com taxas de juros de crescimento do PIB superiores a 6%. Simultaneamente, ainda elevada taxa de juros real brasileira, aliada à obtenção da classificação do grau de investimento junto a importantes agências de rating, contribuiu para um fôlego adicionada atração de capitais, postergando a interrupção da trajetória de apreciação do real e possibilitando a acumulação adicional de reservas cambiais. Embora a crise dos papéis do subprime tenha se iniciado muito antes da falência do Lehmann Brothers, foi esse o marco do desembarque da crise na economia brasileira, que até então tinha sido pouco afetada.

Como reação à crise foram incentivadas políticas sociais, habitacional e o investimento no Programa de Aceleração do Crescimento, o conhecido PAC. Segundo Pont (apud RIBEIRO, 2011,p.15), essa foi a ênfase apresentada pela professora Maria da Conceição Tavares em seminário realizado em março de 2009, justificando essas medidas com a seguinte fala, como ressalta Pont,

(...) O Brasil está muito bem em relação aos outros países que não tem um BNDES, um Banco do Brasil, e uma Caixa Econômica Federal. Isto é importante para resistir, ao lado do crédito público e do investimento público. (PONT apud RIBEIRO 2011, P.15)

Em relação às políticas sociais Tavares (apud RIBEIRO, 2011, p.15) destaca a importância da estratégia do que ela chamou de “núcleo duro de Estado de Seguridade

Social”, principalmente as políticas públicas de proteção social, que deveriam estar bem estruturadas e ser financiadas “como políticas de Estado”. Desta forma, como ressalta Ribeiro (2011, p.16), para enfrentar a crise no Brasil, foi preciso recuperar instituições e políticas já existentes, manter e incrementar investimentos públicos estimulando a produção. Quanto às políticas intituladas de “cíclicas” do governo Federal, o documento cita a observação dos autores Barbosa e Souza (apud RIBEIRO, 2011, p.16) que dizem que essas medidas podem ser entendidas como Programas anteriores à crise, ou medidas temporárias que assumem uma nova roupagem e se transformam em medidas estruturas durante a crise, mas, que podem ser mantidas e ampliadas. Portanto, como política anticíclica segundo os autores, o governo manteve o compromisso antes firmados por acreditar na flexibilização do financiamento das metas fiscais. Como medidas temporárias, o governo garantiu a liquidez da moeda nacional quanto da estrangeira, abriu linhas de crédito especiais de curto prazo e linha de capital de giro e orientou os bancos públicos a aumentar a concessão de crédito e a expansão dos benefícios sociais como: aumento no valor do salário mínimo, concessão de parcelas extras do seguro desemprego e reajuste dos benefícios.

O enfoque nas políticas sociais como medida de reação à crise internacional segundo Ribeiro (2011, p.22), tem relação com os marcos ou com conquistas anteriores, e a única coisa que o autor afirma ser de fato novidade foi a política habitacional, pois quanto aos outros programas eles já existiam e apenas foram reestruturados. O autor evidencia que a utilização da política social como reação a crise, “favoreceu seu reconhecimento como garantia de direitos, mas e principalmente como fonte de estabilidade econômica e redistribuição de renda”.

Deluiz (2010, p.19) acrescenta que a defesa de políticas sociais voltada para os menos favorecidos em todos os países da América Latina inicia-se nos anos de 1980 através das recomendações dos organismos internacionais principalmente o Banco Mundial. Segundo a autora, tais políticas apresentam algumas características interessantes,

(...) são políticas sociais orientadas para os extremamente pobres pois estes são incapazes de suportar os custos das reformas e de se proteger e destinam-se a garantir um mínimo de serviços de primeira necessidade e de infra-estrutura social. Além disso, as políticas sociais focais são temporárias e tendem a perder seu caráter universal e a se tornar um mero paliativo reservado aos excluídos do mercado. Outra característica deste ideário são as políticas sociais de assistência-beneficência e de privatização, nas quais as organizações não governamentais se transformam em instâncias intermediárias fundamentais, tanto na identificação dos grupos mais desfavorecidos quanto na distribuição de ajudas. Finalmente, a terceira característica das políticas sociais é a descentralização visando maior eficiência e racionalização dos gastos e o recurso à participação popular, com apelo à caridade e ao apoio comunitário, em oposição à lógica dos direitos sociais universais. (DELUIZ, 2010, p.19).

O Relatório do Banco Mundial sobre o Desenvolvimento Mundial 2007 intitulado “O Desenvolvimento e a Próxima Geração” (2007, p.7) traz algumas observações sobre a formação de capital humano para acompanhar o desenvolvimento do país e principalmente com a juventude, das quais podemos destacar a preocupação com a formação dos mesmos com vistas a transformá-lo em trabalhadores e chefes de família, cidadão e líderes comunitários produtivos. Segundo o documento as políticas públicas teriam um papel importante na vida futura dos jovens no que se refere ao alívio da pobreza, e ao desemprego juvenil, e o documento ressalta que as políticas fracassam justamente por não oferecerem melhores opções e financiamento de serviços adequados ao pleno desenvolvimento da juventude. Neste sentido, o documento deixa claro que:

A função da política governamental é corrigir as falhas de informação que podem inibir oportunidades, tais como avaliações incorretas de um possível empregador sobre o potencial de produtividade, aptidões e hábitos de trabalho de um jovem inexperiente. Uma segunda função é garantir que as famílias de baixa renda não sejam obrigadas a fazer que seus filhos comecem a trabalhar muito cedo, antes de adquirirem as aptidões básicas. A terceira é corrigir as consequências de políticas mais amplas, tais como os salários mínimos fixados em níveis tão elevados que reduzem, de forma não intencional, os incentivos à criação de empregos para jovens relativamente inexperientes. (BANCO MUNDIAL 2007, p. 07).

Para entendermos os aspectos que envolvem as políticas públicas para juventude, é preciso retomar as primeiras ações voltadas para essa categoria, e Abramovay (2002, p.5), nos ajuda nessa tarefa quando destaca os momentos e as intenções específicas de cada época. “As primeiras elaborações políticas ocorreram nos anos de 1960 e 1970 no período de ditadura militar, tanto no Brasil quanto na América Latina”. Segundo a autora, as ações para juventude nesse momento tinham o caráter de controle político e ideológico dos “jovens militantes” que atuavam nos movimentos estudantil.

Estudos da CEPAL (apud Abramovay, 2002, p.5), demonstram que entre 1950 a 1980, era o “momento do crescimento econômico e as orientações políticas estavam ligadas ao campo da educação, portanto, tais políticas para juventude defendiam o uso do tempo livre dos jovens”. Nesse contexto, nos anos de 1950 as políticas de profissionalização tinham como objetivo a “ocupação produtiva do tempo livre para atender à lógica desenvolvimentista”. Segundo Abramovay (2000, p.6), o jovem deveria ser preparado para se tornar um adulto produtivo e responsável pelo progresso nacional. Dito de outra forma, o jovem deveria se adequar ao modelo de sociedade vigente.

Nos anos de 1960, O Estado estava preocupado com a segurança nacional, em particular com o controle político das militâncias, a revolução cubana e a efervescência política ampliada no continente, como afirma a autora, “esses movimentos influenciavam os

jovens da classe média, que criticavam o Estado e questionavam o modelo capitalista de sociedade”. E nos anos de 1970 aumentam os movimentos e representações juvenis, como o movimento dos camponeses e os grupos de esquerda, o que levou a reações de controle da parte do Estado.

E nos anos de 1980, surgem movimentos juvenis populares e manifestações urbanas e rurais, mas, para Abramovay (2000, p.7), “não houve nesse momento uma ruptura em relação ao controle dos jovens efetuado pelo Estado, e sim variações na forma de exercer o controle”.No final dessa época a atenção e o controle do Estado se voltava para os jovens das classes populares considerado “marginais organizados”.A autora ressalta, que o “ano 1980 existia uma conjuntura democratizante, que permitiu a participação política da sociedade civil e a descentralização de políticas públicas, onde as orientações dos organismos internacionais, começava a fazer parte das discussões políticas na sociedade brasileira”.Desta forma, no final dos anos de 1980, no Brasil, a questão dos direitos e políticas públicas para o jovem começam a surgir, “influenciada pela Campanha das Diretas Já e pela Constituição de 1988, e em 1990 é promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)”.

Segundo Sposito (2003, p.17), “dos anos 1990 até os tempos atuais, as discussões sobre a juventude são retomadas, gerando novas iniciativas e parcerias com a sociedade civil, em várias instâncias do Poder Executivo, federal, estadual e municipal”.A autora também traz algumas observações que vêm ao encontro às considerações de Abramovay, quando diz que as políticas refletem as representações sobre a juventude e o momento atual da sociedade em que esse jovem está inserido.

De acordo com Deluiz (2010, p.27), “as políticas sociais orientadas pelo Banco Mundial têm como meta principal o crescimento econômico e a superação da pobreza nos países em desenvolvimento. E no Relatório 2007, passa a ter como foco a juventude e a possibilidade de formação de capital humano para uma economia internacionalizada, preocupada em atingir as diretrizes de desenvolvimento estabelecidas pelos organismos internacionais”.Para o Banco Mundial:

a formação de capital humano dos jovens, que incluiria não só a aquisição de aptidões básicas mas também as aptidões técnicas e comportamentais fundamentais na economia internacionalizada, estaria associada à formação de líderes comunitários produtivos, com participação na vida civil e na prestação de serviços, consideradas mais importantes até mesmo que o exercício da cidadania através do voto. A preocupação com este contingente ampliado de jovens nos países de desenvolvimento reside no seu potencial de criação de tensões sociais e conflitos que poderiam afetar o investimento privado, o setor produtivo e a governabilidade.(DELUIZ, 2010, p.27).

Em relação à ONU, segundo Castro e Aquino (2008 p.139), seu compromisso com a juventude teve início em 1965 quando os Estados Membros assinaram a Declaração sobre o Fomento entre a Juventude dos Ideais de Paz, Respeito Mútuo e Compreensão entre os Povos. Mas, foi somente em 1985 que a ONU instituiu o Ano Internacional da Juventude: Participação, Desenvolvimento e Paz, a partir desse momento o tema juventude ganha materialidade e ampla visibilidade. É no ano de 1995, depois de dez anos de celebração do Ano Internacional da Juventude, que a ONU vai propor aos países -membros a criação de uma estratégia internacional para enfrentar os desafios atuais e futuros da juventude. Como ressaltam os autores:

Vários outros mecanismos e acordos internacionais foram firmados, fortalecendo o compromisso dos Estados-Membros com a implementação da Política Nacional de Juventude. Nesta direção, é importante destacar, entre outros esforços de alcance internacional da Agenda da ONU, a realização, em 1998, da primeira Conferência Mundial de Ministros Responsáveis pelos Jovens, que resultou na adoção da Declaração de Lisboa sobre a Juventude, e do Fórum Mundial de Juventude do Sistema das Nações Unidas, o qual deu origem à elaboração do Plano de Ação de Braga. Pela declaração, os países se comprometeram em apoiar o intercâmbio bilateral, sub-regional, regional e internacional das melhores práticas nacionais para subsidiar a elaboração, execução e avaliação das políticas de juventude. O Plano de Braga é tido como um dos mais importantes pontos de convergência de grandes mobilizações e articulações dos principais movimentos de juventude, e nele se encontra expresso o reconhecimento de que os jovens são uma força positiva com grande potencial para contribuir para o desenvolvimento e o progresso social, bem como para a promoção dos direitos humanos (CASTRO; AQUINO, 2008, p.139).

Para Castro e Aquino (2008, p.140), a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990 no Brasil foi muito importante para a questão da juventude, porque este estatuto foi resultado das mobilizações da sociedade e dos movimentos sociais no que se refere à problemática das crianças de rua discutidas na década de 1980. Mesmo estando voltado para essa questão, o estatuto possibilitou a “garantia e proteção dos direitos da criança e adolescentes no país” com idade até os 18 anos.

As primeiras iniciativas voltadas para a juventude no Brasil aconteceram no final dos anos de 1990. Foram ações federais, municipais e estaduais experimentais, como afirma Sposito (apud SILVA e ANDRADE, 2009, p. 50) que não chegou a ser uma estratégia nacional de promoção dos jovens. Os programas eram para os jovens excluídos ou em risco social e foram executados pelas ONGs e fundações empresariais com recursos da União, e ofereciam programas voltados para inclusão social dos jovens através de oficinas de capacitação com curta duração com vista a melhorar a inserção do jovem no mundo do trabalho. É a partir de 2004 no início do governo Lula da Silva que as discussões sobre a juventude ganham maior destaque. Como resalta o documento,

A partir de 2004, inicia-se no Brasil um amplo processo de diálogo, entre governo e movimentos sociais, sobre a necessidade de se instaurar uma política de juventude no país. Este processo concedeu projeção nacional à temática da juventude. Entre as iniciativas mais importantes ocorridas em 2004, destacam-se as seguintes: *i*) realização da Conferência Nacional de Juventude pela Comissão Especial de Juventude da Câmara Federal, que organizou debates (conferências regionais) em todo o país sobre as principais preocupações dos jovens brasileiros e possíveis soluções para seus problemas; *ii*) criação do Grupo Interministerial ligado à Secretaria-Geral da Presidência da República, que realizou um extenso diagnóstico das condições de vida dos jovens do país e dos programas e ações do governo federal voltados total ou parcialmente para a população juvenil; *iii*) realização do Projeto Juventude, do Instituto Cidadania, que também propôs como metodologia debates regionais e temáticos e organizou uma pesquisa nacional para traçar o perfil da juventude; *iv*) encaminhamento da Proposta de Emenda à Constituição (PEC no 394/2005), que inclui a expressão “jovem” na denominação do capítulo VII e dá nova redação ao artigo 227 da Constituição; *v*) encaminhamento de PL propondo a criação do Estatuto de Direitos da Juventude (PL no 27/2007); e *vi*) encaminhamento de PL versando sobre o Plano Nacional de Juventude (PL no 4.530/2004), o qual estabelece os objetivos e metas a serem alcançadas pelos governos para a melhoria das condições de vida dos jovens brasileiros. (SILVA; ANDRADE, 2009, p. 50)

Segundo Silva e Andrade (2009, p.50), em fevereiro de 2005 foi criada a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), órgão executivo ligado à Secretaria-Geral da Presidência da República, com o objetivo de articular os programas federais de juventude existentes em diversos órgãos do governo federal e o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), órgão de articulação entre o governo e a sociedade civil, consultivo e propositivo. Importante esclarecer que a criação da SNJ veio responder às sugestões e orientações contidas no relatório do Grupo Interministerial entregue ao presidente da República. Durante a elaboração da proposta da Política Nacional de Juventude o Grupo Interministerial determinou como principais objetivos da Política:

1. Ampliar o acesso e a permanência na escola de qualidade;
2. Erradicar o analfabetismo entre os jovens;
3. Preparar para o mundo do trabalho;
4. Gerar trabalho e renda;
5. Promover vida saudável;
6. Democratizar o acesso ao esporte, ao lazer, à cultura e à tecnologia da informação;
7. Promover os direitos humanos e as políticas afirmativas.
8. Estimular a cidadania e a participação social;
9. Melhorar a qualidade de vida dos jovens no meio rural e nas comunidades tradicionais.

A segunda orientação feita pelo Grupo Interministerial e seguida pela Presidência da República foi à necessidade de criação de um programa nacional emergencial que atendesse a dívida social do país oferecendo aos jovens excluídos educação, formação profissional e

emprego. Assim em 2005 foi criado o “arcabouço” federal para implementar a política, cabendo à Secretaria Nacional de Juventude as seguintes tarefas:

- Formular, supervisionar, coordenar, integrar e articular políticas públicas para a juventude;
- Articular, promover e executar programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados à implementação de políticas para a juventude;
- Desempenhar as atividades da Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Juventude.

Em relação ao Conselho Nacional da Juventude suas atribuições são:

- Formular e propor diretrizes da ação governamental voltadas à promoção de políticas públicas de juventude;
- Fomentar estudos e pesquisas acerca da realidade socioeconômica juvenil.

Portanto, em resposta à demanda por políticas para juventude recomendadas pelos Organismos Internacionais, como informa Duarte (2009, p.178), principalmente pelo Banco Mundial, foi criado em 2004, o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), organizado pelo Governo federal, e o grupo seria coordenado pela Secretaria Geral da Presidência da República. E no dia 1º de fevereiro de 2005 foi implementada a Política Nacional de Juventude, pela medida provisória de nº238, orientada para as questões educacionais e de inclusão, acompanhada de três ações; primeiro seria necessário construir uma Secretaria Nacional da Juventude, em segundo, implantar o Conselho Nacional de Juventude, e finalmente, implementar O Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem). Segundo Sposito e Corrochano,

O teor e o impacto dessas iniciativas federais e municipais são variados em todo o país e não refletem, necessariamente, mudanças significativas no interior de uma agenda pública que tem a juventude e seus direitos como tema. Sinalizam, no entanto, inflexões importantes que podem constituir novas arenas no âmbito da esfera pública, como lócus de disputa em torno dos modelos normativos que orientam as representações sobre a condição juvenil no país, bem como as expectativas de sua inserção no mundo adulto. (SPOSITO e CORROCHANO 2005, p. 142-143)

Para Sposito (2003, p.17), existem quatro modelos de políticas para juventude; a primeira defende a ampliação da educação e o uso do tempo livre; a segunda está voltada para o controle social de setores juvenis mobilizados; a terceira defende o enfrentamento da pobreza e a prevenção do delito; enquanto a última defende a inserção laboral de jovens excluídos. A autora acrescenta que existem programas que trabalham com todas essas orientações, outros optam por uma direção específica e o que realmente influencia as

direções e decisões são os interesses políticos ou seja há diversidades nas direções dos projetos ou disputa de projeto onde os jovens são os protagonistas. E Deluiz acrescenta,

As políticas não são mero reflexo das normas e orientações ditadas pelos organismos internacionais, mas resultantes de opções e decisões políticas e de um projeto de sociedade onde forças sociais e políticas com diferentes interesses buscam hegemonia. (DELUIZ2010, p.28).

Diante do exposto,, entendemos que existem vários projetos em disputa e o Programa Projovem Trabalhador segue a linha dos projetos voltados para o alívio da pobreza através da inserção do jovem no mercado de trabalho,na discussão sobre as políticas e ações sociais voltadas para o problema da escolarização e a qualificação dos jovens na atualidade partimos para o passo seguinte que é de extrema importância nesse trabalho, analisar o Programa Projovem Trabalhador, que segundo a Secretaria Nacional da Juventude é uma política de inclusão social dos jovens no mercado de trabalho.

3.3 Projovem Trabalhador

O Projovem segundo Deluiz(2010,p.28) tem como eixos norteadores, “a Educação, o Mundo do Trabalho e a Ação Social”. Como destaca a autora:

Sendo elaborado em **parcerias** com o Ministério do Trabalho e Emprego, Estado, Secretaria-Geral da Presidência da República Prefeitura e a da Secretaria Nacional de Juventude e os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e a execução é responsabilidade das parcerias entre Prefeituras e o Governo Federal e Sociedade Civil **representada pelas ONGs**”.O **slogan do programa é: “Conhecimento e oportunidade para todos”**, e seus princípios fundamentais estão baseados na re-inserção dos jovens através da qualificação profissional , como podemos observar no documento intitulado termo de referencia elabora pela instituição.(DELUIZ 2010,28) (grifo nosso)

O primeiro Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem) tinha como objetivos: aceleração de escolaridade, qualificação profissional e execução de ações comunitárias para os jovens e bolsa auxílio financeiro de R\$ 100,00 para os jovens que apresentavam as seguintes características: Tinham entre 18 e 24 anos e haviam concluído a 4a série, mas não a 8a série do ensino fundamental e não tinham vínculo empregatício.Contudo, em 2007 o programa passa por mudanças justamente quando fazia dois anos de sua implementação, porque o governo Federal retomou as discussões no sentido de “redesenhar o programa. Estava ainda em execução neste momento outros programas também emergenciais para juventude. Como ressaltam os autores Silva e Andrade,

Nesse momento, o governo federal ainda executava, por meio de cinco ministérios diferentes, seis programas emergenciais voltados para a juventude excluída do mercado de trabalho e com poucos anos de estudos e reduzida capacitação profissional: ProJovem – Secretaria-Geral da Presidência da República/Secretaria Nacional de Juventude; Consórcio Social da Juventude e Juventude Cidadã – ambos do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE);Agente Jovem – Ministério do

Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); Escola de Fábrica – Ministério da Educação (MEC); e Saberes da Terra – Ministério da Educação e Ministério do Desenvolvimento Agrário. (SILVA:ANDRADE, 2009, p.53)

A Política Nacional de Juventude em 2007 tinha os seguintes desafios: ampliar o potencial de integração entre os programas emergenciais associando as ações consideradas estruturantes em relação às áreas de educação, saúde, esporte e cultura; além de aumentar a escala de atendimento dos programas emergenciais para todo o universo de jovens brasileiros excluídos, considerando a faixa etária entre 15 a 29 anos; e finalmente otimizar recursos e aumentar a eficácia dos programas. Segundo os autores Silva e Andrade (2009, p.53) depois de muitas discussões e avaliações, optou-se pela extinção dos programas anteriores sendo integradas suas ações ao ProJovem que passou a se chamar: ProJovem Integrado em 2007. Na sua versão atual o programa tem as seguintes modalidades: ProJovem Urbano, ProJovem Trabalhador e ProJovem Campo. Além disso, o público-alvo passou a ser de 18 a 29 anos e os alunos recebem uma bolsa auxílio de R\$ 100,00. Em 2008 foram previstos recursos para o programa de cerca de R\$ 1,2 bilhão. A meta do governo federal é oferecer 3,5 milhões de vagas por meio destes programas até 2010. Para tanto, anunciou-se a previsão de recursos públicos da ordem de R\$ 5,4 bilhões, como afirmam os autores.

Castro e Aquino (2008, p 142) fazem um balanço das políticas emergências voltadas para a juventude de 2005 a 2007, agregados de acordo com as principais atividades e benefícios ofertados em seis eixos temáticos: a) elevação de escolaridade, capacitação profissional e cidadania; b) qualificação e formação profissional; c) educação – ensino superior; d) financiamento e crédito rural; e) cultura, esporte e lazer; e f) meio ambiente.

A mudança no programa realizada em 2008 tem como objetivo ampliar o potencial de integração entre todas as modalidades do ProJovem. Desta forma, tanto o ProJovem Urbano quanto o ProJovem Trabalhador têm a função de formar os jovens para o trabalho através de cursos de capacitação onde ao ProJovem Urbano caberia a capacitação inicial e ao ProJovem Trabalhador os cursos mais avançados.

Em relação ao ProJovem Trabalhador, ele é executado pelo Ministério do Trabalho e Emprego tendo como público-alvo jovens com idade entre 18 e 29 anos que já concluíram o ensino fundamental, que estejam desempregados, e são membros de famílias com renda mensal de até um salário mínimo. “O principal objetivo do programa é preparar o jovem para o mercado de trabalho em ocupações alternativas e geradoras de renda, por meio da qualificação social e profissional”. Os alunos recebem um auxílio no valor de R\$ 600,00,

divididos em seis parcelas de R\$ 100,00, mediante comprovação da frequência aos cursos de qualificação.(CASTRO e AQUINO, 2008, p.146)

Na visão desses autores, (2008, p.59) apesar dos esforços para realização de uma Política mais orgânica, as modalidades do programa não se articulam, elas acontecem com “ênfases e intensidades diferentes” mesmo almejando atingir os mesmos objetivos, que são: promover a elevação da escolaridade; ampliar o repertório do jovem relacionado ao mundo do trabalho; e promover o desenvolvimento humano e a participação cidadã.

No entanto, a Secretaria Nacional de Juventude segundo Andrade e Coelho(2009, p. 60) tem estimulado à criação e fortalecimento dos órgãos estaduais e municipais de juventude, principalmente depois da I Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude, que ocorreu em abril de 2008, aumentando as iniciativas junto aos governos na difusão e na importância do segmento juvenil para obter espaço nas agendas dos poderes locais e estaduais.

O impacto das ações federais e municipais são variados em todo o país, não representando mudanças significativas no interior de uma agenda pública que veja a juventude e seus direitos como tema principal. “O que parece existir na verdade são inflexões que podem se constituir como novas arenas no âmbito da esfera pública, como locus de disputa em torno dos modelos normativos que orientam as representações sobre a condição juvenil no país, bem como as expectativas de sua inserção no mundo adulto”. (SPOSITO E ORROCHANO, (2005, p. 142-143).

Depois de apresentar a organização, objetivos e a opinião de vários autores a respeito do programa, nos propomos a esclarecer o conceito de saúde e apresentar algumas discussões importantes para essa investigação sobre os conceitos de saúde e de Política de Educação Profissional em Saúde do Ministério da Saúde, por considerarmos de grande relevância nesse trabalho, que pretende analisar um programa que por se intitular como “Arco saúde” e “qualificação em saúde” nos causa interesse em saber que concepção de saúde e de qualificação para o trabalho em saúde estamos falando.

4. SAÚDE E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM SAÚDE

4.1 Conceito de Saúde

O desenvolvimento e a expansão do capitalismo geraram importantes mudanças, no plano social possibilitando o nascimento da medicina científica, surgindo uma nova e moderna noção de Estado e de intervenção. Segundo Foucault (apud, BATISTELLA, 2007, p.52),

No século XVIII a **visão ontológica da doença** era entendida como um elemento da natureza, era uma concepção de medicina denominada de medicina das espécies que predominava naquele momento **influenciada da botânica**. Desta forma, as doenças foram agrupadas de forma classificatória e eram orientadas pelos sintomas, o que não conseguiu dar conta das epidemias que muito freqüentes nas grandes cidades industrializadas naquela época. (grifo nosso)

Os hospitais da época eram utilizados para atender os excluídos, os miseráveis que dependiam da caridade e que deveriam ficar isolados do meio social. Mas, quando da chegada da medicina moderna o hospital transforma-se em local de cura e tratamento e o poder antes religioso passa a ser dos médicos, assim como a organização dos hospitais é determinada pelos médicos. Os pacientes passam a ser separados de acordo com a classificação dos sintomas, são feitos registros permanentes de informações sobre os doentes, as doenças são acompanhadas através dos dados estatísticos possibilitando que o espaço hospitalar transforme-se em local de produção do conhecimento para médicos e aprendizes.

No século XIX a racionalidade médica passa a entender a especificidade da doença, a localizar e a intervir sobre ela com base na observação e na experiência em relação às mudanças morfológicas que ocorrem no organismo em cada tipo de doença. Neste momento a saúde passa a ser concebida como a total ausência de doença, ou como diz o autor, a inexistência de patologia. Essa passa a ser à base do modelo biomédico que permanece até os tempos atuais.

O modelo biomédico enfatiza os aspectos biológicos, individuais e mecanicistas, com uma visão de corpo humano fragmentado, dividido em sistemas de órgãos, células e tecidos, onde o conhecimento torna-se específico de cada sistema e suas funções. O filósofo Christopher Boorse (apud BATISTELLA, 2007, p.54) foi um dos primeiros a tentar definir a saúde dentro das perspectivas biomédicas. Fundamentado na epistemologia naturalista, esse autor também entendia a saúde como ausência de doença, ou seja, “a saúde dependia do

desempenho natural de cada parte do corpo” sua teoria era de base bioestatística da saúde. Como explicam os autores Almeida Filho & Jucá,

Ao defender que a classificação de estados humanos como saudáveis ou doentes deva ser realizada somente com base em dados objetivos a serem extraídos dos fatos biológicos da natureza sem necessidade de juízos de valor, **Boorse exclui as dimensões econômica, social, cultural e psicológica da base teórica da saúde-doença**, rejeitando também a experiência clínica como referência viável, reafirmando que somente a biologia e a patologia podem fornecer dados objetivos para sua definição (ALMEIDA FILHO & JUCÁ apud, BATISTELLA 2007, p.54). (grifo nosso).

Vale ressaltar que na visão biomédica a saúde é definida como ausência de doença, esse pensamento influencia na forma de entender a saúde como simplesmente não estar doente. Para Batistella (2007, p.55), a “ausência de sinais e sintomas nem sempre indica condições saudáveis. Esse é justamente o debate que surge nos tempos contemporâneos, onde muitos autores começam a criticar aquilo que chamam de “visão negativa da saúde”. Como afirmam os autores Almeida Filho e Andrade

Em uma perspectiva rigorosamente clínica (...) a saúde não é o oposto lógico da doença e, por isso, não poderá de modo algum ser definida como ‘ausência de doença’. (...) os estados individuais de saúde não são excludentes vis à vis a ocorrência de doença (ALMEIDA FILHO, JUCÁ apud BATISTELLA 2007, p.55).

Diante do exposto, observamos que a visão biomédica e seu conceito de saúde levanta as discussões em torno do conceito de saúde. Em 1986 na VIII Conferência Nacional de Saúde onde o conceito de saúde foi discutido, a Organização Mundial de Saúde (OMS) que é vinculada às Nações Unidas (ONU), passa a definir a saúde como “completo estado de bem estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença, permitindo então o que ficou conhecido como o “conceito ampliado” de saúde.

O conceito ampliado de saúde e sua relação com os direitos dos cidadãos e com o dever do Estado teve forte influência na Constituição de 1988 e o relatório final da 8ª CNS serviu de base para discussões em relação às reformas do setor saúde, possibilitando então a “reformulação da assistência à saúde a partir da constituição de um sistema único de saúde para fazer face às necessidades de estruturação do Estado” (GOMES 2009, p.30).

Portanto, a concepção positiva de saúde nesse momento, como afirma Teixeira (2004, p.17) passa a ser entendida como o “bem-estar físico, mental e social”, decorrente da existência de condições de vida saudável, ou seja, é ter as necessidades básicas de alimentação, habitação, educação, lazer, segurança, serviços de saúde, de emprego e de renda atendidas. Na concepção anterior chamada de “negativa” a saúde era considerada

apenas como um estado de ausência de doença. Neste sentido, a saúde passa a ser um direito social, universal, igualitário e equitativo garantido a todo e qualquer cidadão, contribuindo assim para melhor qualidade de vida de todos indivíduos ou grupos, através de ações voltadas para prevenção de doenças, promoção e recuperação da saúde. A nova concepção presente no “conceito ampliado de saúde”, o reconhecimento da saúde como direito universal, a proposta de criação de um Sistema Único de atendimento à saúde e a mudança no modelo de atenção, foram um dos temas apresentados na Conferência Nacional de Saúde em 1986.

Segundo Teixeira (2004, p.19) a VIII Conferência, contou com apoio de vários representantes do governo federal e dos estados, além dos sindicatos, igrejas, associações de profissionais, que defendiam a reforma nas políticas econômicas e sociais e principalmente na política de saúde. E o Relatório final dessa CNS resultou no documento de proposta de Reforma Sanitária que foi referência nos debates na Assembléia Nacional Constituinte em 1986, onde deputados tinham como tarefa elaborar uma nova Constituição para o país.

Desta forma, na nova Constituição Federal de 1988, a saúde foi reconhecida como um “direito de cidadania”, e as ações e serviços de saúde passam a ser realizadas pelo então criado Sistema Único de Saúde, que é universal e equitativo, organizado de forma descentralizada, como uma única direção em cada esfera do governo federal, estadual e municipal, garantindo assim o atendimento integral. (TEIXEIRA, 2004, P.19)

Na opinião de Paim (2007,p.272), a reforma geral que foi prometida no Movimento da Reforma Sanitária que teve seu início nos anos de 1970, não foi totalmente implementada, mas, ainda que sua realização tenha sido de forma “parcial”, a Reforma Sanitária contribuiu para difusão da consciência do direito à saúde, para cidadania e para realização ainda que parcial da reforma democrática do Estado, ao permitir a criação de dispositivos para participação social e controle sobre o Estado e para pactuação das relações intergovernamentais. Entretanto, considerando o direito universal a saúde e o Estado como responsável pela garantia desse direito, e por ser a “saúde um bem público, compete ao Estado dispor sobre a sua regulamentação, fiscalização e controle, adequando o interesse particular ao interesse público” cabe então este o papel de legislar e regulamentar o trabalho no setor da saúde como consta na carta dos direitos dos usuários da saúde (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2006, p.4).

A partir da VIII Conferência Nacional de Saúde em Brasília, o “conceito ampliado de saúde” foi resultado da mobilização que envolveu diversos países da América Latina nos anos de 1970 e 1980, “foi uma reação ao autoritarismo e a crise que atingiu os sistemas

públicos de saúde”.Segundo Batistella (2007,p.63),essas discussões ocorreram em pleno processo de redemocratização do país e do movimento da Reforma Sanitária brasileira, foi portanto, uma conquista social que passou a fazer parte do texto da Constituição de 1988,

Em sentido amplo, a saúde é a resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego,lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acesso aos serviços de saúde. Sendo assim, é principalmente resultado das formas de organização social, de produção, as quais podem gerar grandes desigualdades nos níveis de vida. (BATISTELLA 2007, P. 63).(grifo nosso)

Neste contexto, no dizer do autor “são resgatadas as dimensões econômicas, sociais e políticas na produção da saúde e da doença nas coletividades”.Essa visão é oposta ao modelo biomédico cuja base do conhecimento é anatomopatológico, que é uma maneira de abordar o corpo de forma mecanicista e, ao mesmo tempo, se colocar como modelo hegemônico.Para o autor:

O texto Constituinte traz outro fato importante, porque **“defende como princípios e diretrizes para o Sistema Único de Saúde a universalidade, integralidade, equidade, descentralização, regionalização e participação social.** Sendo assim, a Constituição de 1988 reflete o momento histórico da redemocratização do país e o poder que o Movimento Sanitário teve na defesa da “saúde como direito de todos e dever do Estado”,garantido através de políticas sociais e econômicas, tais políticas deveriam então se preocupar em “reduzir os riscos de doenças” e assegurar o acesso universal e igualitário “as ações e serviços de saúde” voltados para promoção, proteção e recuperação da saúde. (BATISTELLA 2007, p.64) (grifo nosso)

Muitas discussões e discordâncias ainda perpassam o conceito de saúde, e como diz Batistella (2007,p. 65) “a saúde reflete o contexto econômico, social e cultural de uma época e lugar”. Portanto, conhecer a história do conceito e neste sentido sua definição e como ela será utilizada na prática, depende da forma como o conceito será discutido e apresentado nas sociedades e até mesmo nos espaços de trabalho em saúde. Na visão deste autor “a imprecisão do conceito não impede que as práticas de saúde sejam reorientadas”, porque é nos debates em torno desse tema que se pretende tensionar e levantar reflexões que possibilitem a superação da hegemonia do modelo biomédico.

4.2 A formação para o trabalho em saúde

A formação dos trabalhadores da saúde segundo Pereira (2005, p.118), sempre esteve presente nas várias Conferências Nacionais de Saúde, demonstrando como as CNS privilegiavam em suas discussões, a concepção de saúde seja ela pública, individual, ou coletiva, o perfil dos trabalhadores da saúde e suas propostas de qualificação e formação

profissional. A VIII CNS que ocorreu em 1986 em âmbito nacional tinha essa temática e paralelamente acontecia a I Conferência Nacional de Recursos Humanos em Saúde (ICNRHS) com o mesmo debate.

Sendo assim, a discussão em torno da temática recursos humanos em saúde nasce profundamente “influenciada pela divulgação, no plano internacional, da teoria do capital humano com o propósito de designar uma mão-de-obra mais qualificada para o setor saúde”. (LIMA, P. 191)

E o marco internacional importante para adoção dessa concepção foi a Carta de Punta del Este em 1961, que no Brasil, foi ratificada pelo setor saúde em 1967.. Portanto, o trabalho em saúde tem especificidades que deve ser pensada como um processo que tem como finalidade uma ação terapêutica. Como nos alerta Pires:

Visando atender as necessidades de saúde; **como objeto, o indivíduo** doente ou grupos sadios ou expostos a risco, que necessitam de medidas preventivas e ou curativas para preservar a saúde ou com o objetivo de nível técnico do conhecimento; e o **produto final é a própria prestação da assistência de saúde** que é produzida no mesmo momento em que é consumida (PIRES apud LIMA2010, p.20). (grifo nosso)

Considerando que o trabalho em saúde envolve a articulação de vários saberes resultantes da formação geral que tem como base o conhecimento científico e a formação profissional que envolve os conhecimentos técnicos necessários para realização do trabalho Deluiz faz as seguintes observações:

As características do trabalho em saúde decorrem da complexidade nas diversificações das profissões, dos profissionais, dos usuários, das tecnologias utilizadas, das relações sociais e interpessoais, das formas de organizações do trabalho e dos espaços e ambientes de trabalho. (DELUIZ, 2001 p.10). (grifo nosso)

Justamente por ser complexo, específico e ao mesmo tempo diversificado, o trabalho em saúde exige uma formação que possibilite uma compreensão ampliada do conceito de saúde, conhecimentos gerais, técnicos e específicos das ocupações, possibilitando a compreensão “do todo” que envolve o processo de trabalho, gerado pelas inovações tecnológicas implicando no aumento da produtividade e favorecendo a busca de maior qualificação da força de trabalho.

A historicidade da formação do trabalhador de nível médio e fundamental em saúde demonstra, como enfatiza Pereira (2005, p.141) “a realização de ações naturalizadas e desqualificadas, e essa desqualificação do trabalho produz uma falsa realidade sobre a necessidade de qualificação profissional”, desta forma, a formação para o trabalho em saúde

precisa ser organizada com o objetivo de superar as “ações naturalizadas, mecanicistas e principalmente desqualificadas”.

No que se refere à regulamentação das profissões, podemos defini-la como um conjunto de regras e sanções que são estabelecidas entre governo, os grupos sociais, o setor econômico e a comunidade. E o exercício profissional de qualquer atividade profissional deve estar estabelecido legalmente. Na Constituição Federal no artigo 22, inciso XVI declara a União como responsável pela legislação e organização das profissões. Porém, segundo Girardi (2008, p.1), “a regulação das profissões tem obedecido muito mais às regras impostas pelo mercado do que propriamente a ações efetivas do governo e as iniciativas legislativas reproduzem, na maioria das vezes, resoluções internas dos Conselhos de Fiscalização do Exercício Profissional. Prevalece desta forma, os interesses corporativos. Segundo a Câmara de regulação do trabalho em saúde:

Numa análise mais aprofundada da situação, identifica-se uma característica básica do atual regime regulatório brasileiro: a existência de uma legislação que preserva monopólios corporativistas na regulação do trabalho, os quais, muitas vezes, extrapolam os seus próprios limites de atuação, disseminando conflitos que promovem a competição entre as profissões de saúde. Sendo assim, **é fundamental um Estado presente e atuante no papel de gestor e regulador do trabalho em saúde.** (MINISTÉRIO DA SAÚDE 2006, P.4) (grifo nosso)

Em relação aos órgãos que compõem a Câmara de regulamentação do trabalho em saúde destacamos: Ministério da Saúde, Ministério da Educação, Ministério do Trabalho e Emprego, Conselho Nacional de Secretários de Saúde – Conass, Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde – Conasems, Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa, Conselhos integrantes do Fórum Nacional dos Conselhos Federais da Área da Saúde, Entidades Científicas das Profissões da Área de Saúde, Mesa Nacional de Negociação Permanente do SUS. E o Ministério do Trabalho é quem relaciona e classifica a existência das ocupações na saúde na lista de Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).

As leis de regulamentação do exercício profissional determinam o código de ética, e as normas de trabalho, as atribuições e a intervenção do Estado quando tais procedimentos extrapolam o estabelecido. Desse modo, a Câmara de Regulação do Trabalho em Saúde, é uma instância permanente de caráter consultivo e de natureza colegiada que permitirá ao poder público reassumir seu papel na regulação do trabalho em saúde, conforme mandamento constitucional e em consonância com a Lei Orgânica da Saúde (Lei nº. 8.080/90).

Se a saúde é um bem público, o Estado tem como atribuição a regulamentação, fiscalização e controle de que o atendimento e o “cuidado” desse bem público sejam

oferecidos com qualidade e respeito para todos os cidadãos, como foi entendido a “saúde como direito universal”. Como determina a Lei de Bases da Saúde n.º 48/90, de 24 de Agosto, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 27/2002, de 8 de Novembro, onde declara que a Base XV – Profissionais de Saúde em regime liberal, Inciso I:

A lei estabelece os requisitos indispensáveis ao desempenho de funções e os direitos e deveres dos profissionais de saúde, designadamente os de natureza deontológica, tendo em atenção a relevância social das suas atividades. (CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE 1990, BASE XV).

O incentivo do governo em relação à formação para atender às demandas do mercado de trabalho, têm gerado cada vez mais o aumento das ocupações, principalmente no setor saúde, que influenciado pelas altas tecnologias, acaba gerando um número cada vez maior de ocupações nesse setor. Como resultado disso, temos o grande “boom” no mercado de trabalho da saúde, no aumento dos cursos de profissionalização, qualificação e até de “desqualificação” no mercado de trabalho em saúde, onde muitas vezes esses cursos são oferecidos de forma precária e suas ocupações nem se quer podem ser de fato regulamentadas. A “desregulamentação do trabalho em saúde” foge ao controle do Estado, e que torna necessário o diálogo entre os órgãos executores, fiscalizadores e regulamentadores sobre essa questão. Para Girardi (2008, p.4):

As **ocupações não regulamentadas** formam um importante contingente da **força de trabalho vinculada à atividades em saúde**, variável em suas proporções de acordo com a região do país, mas sempre considerável (em geral mais da metade). Neste segmento estão incluídas a maior parte dos trabalhadores **ocupados em postos e posições de apoio administrativo e de serviços gerais, bem como um contingente variável de pessoal** com funções técnicas de saúde, seja no cuidado de pacientes, seja **nas atividades de apoio diagnóstico e terapêutico**. (ESPAÇO SAÚDE¹¹ 2008)

Assim sendo, cabe aos órgãos Estaduais, municipais e secretarias fiscalizar e acompanhar os espaços que se dizem formadores de profissionais para o setor saúde. Independente de atuar na “porta de entrada” ou balcão nas unidades de saúde, esses profissionais precisam ser formados para dar respostas às reais demandas que fazem parte do cotidiano da saúde.

4.3 Educação Profissional em Saúde

A educação profissional em saúde surge no bojo dessas discussões sobre a formação de recursos humanos para saúde, como ressalta Lima (2010, 183) com o “propósito de

¹¹ Artigo: A regulamentação das profissões em saúde no Brasil: Autor: **Sabado Nicolau Girardi**. Revista Eletrônica: **Espaço Saúde**, versão on line 2008. Médico, Doutorando em Saúde Pública **ENSP-FIOCRUZ** e Coordenador da Estação de Pesquisa de Sinais de Mercado do NESCON-FMUFMG.

atender à demanda das propostas de promoção da saúde presente na reforma sanitária”. Neste sentido, a educação profissional em saúde materializa-se na década de 1970, com a Lei 5.692/71, que reformula o ensino médio de 1º e 2º graus no país, implantando compulsoriamente a terminalidade profissional atrelada a este último grau de ensino. Com isso, difunde-se a idéia da formação de técnicos da saúde de nível médio em função das necessidades do mercado de trabalho para esses profissionais. Com o Decreto 5.154/2004,

A educação profissional em saúde passa a ser compreendida em três níveis de ensino, o primeiro diz respeito à **formação inicial ou continuada**, podendo ser **executada em qualquer instituição de ensino**, a segunda é a **formação técnica** que compreende as forma de ensino integrado, podendo ser concomitante ou subsequente ao ensino médio, e finalmente a **formação tecnológica de nível superior tecnológico** (Brasil/ME,2000),tanto a formação técnica como a tecnológica se organizam atualmente em doze subáreas de formação em saúde, conforme os Referenciais Curriculares Nacionais da área (LIMA 2010,p.189). (grifo nosso)

Na atualidade podemos observar que o setor saúde com a introdução de novas tecnologias, cada vez mais oferece oportunidade de trabalho pela sua diversidade de ocupações, por isso, tornou-se alvo de projetos “conformadores que têm como finalidade formar para atender às demandas por produtividade e empregabilidade, mais recentemente lugar para realização de programas compensatórios de alívio à pobreza, diante da exclusão, e das desigualdades sociais”, e para inclusão de jovens no trabalho em saúde.(DELUIZ, 2010, p. 21)

Como podemos observar, as Conferências Nacionais de Saúde se preocuparam com a formação dos trabalhadores do setor saúde e com as políticas de recursos humanos em saúde, ou seja, com a formação de quem trabalha ou pretendia trabalhar no setor saúde. A reforma sanitária trouxe como proposta a promoção da saúde e, como consequência, a melhoria na formação daqueles que participam direta ou indiretamente dessa promoção.

Desse modo, as discussões em relação à formação para o trabalho em saúde teve seu início no âmbito Ministério da Saúde e resultou em políticas que nos tempos atuais norteiam e continuam produzindo discussões importantes sobre a questão da formação dos trabalhadores da saúde para o SUS. No entanto, entendemos que as ações e políticas desse Ministério influenciam direta ou indiretamente a formação dos profissionais de saúde que são qualificados para atuar tanto no setor público quanto no privado, ou seja, fora do âmbito do SUS. Neste contexto, para analisar o conceito de saúde e as bases que fundamentam a formação em saúde do Programa Projovem Trabalhador, optou-se por

recorrer à Política de Educação Profissional em Saúde do Ministério da Saúde como eixo norteador para fundamentar as análises nesse trabalho.

Para entendermos a Política de educação Profissional em Saúde é preciso retomar o percurso histórico das políticas sociais que deram origem ao Movimento da Reforma Sanitária e as políticas de saúde no Brasil. O primeiro passo importante, é entender o que é uma Política Social. A Política Social se constitui em ações permanentes ou não que são desenvolvidas para transformar o sistema de proteção social, envolvendo relações, processos e atividades com ou sem a responsabilidade do Estado cujo objetivo é a promoção da seguridade social e o bem-Estar. Como define Fleury:

Assim, a política social, como ação de proteção social, compreende relações, processos, atividades e instrumentos que visam a desenvolver as responsabilidades públicas (estatais ou não) na promoção da seguridade social e do bem-estar. Portanto, a política social apresenta uma dinâmica multifacetada que inclui ações intervencionistas na forma de distribuição de recursos e oportunidades, a promoção de igualdade e dos direitos de cidadania e a afirmação de valores humanos como ideais e a serem tomados como referência para a organização de nossas sociedades. (FLEURY e OUVENEY, 2008, P.16)

Tanto a Política Social quanto a Política de Saúde envolvem os aspectos político, econômico, o social, o ideológico, as relações entre atores sociais, grupos, cidadãos, e unidades governamentais. Segundo os autores Fleury e Ouveney (2008):

A construção da política de saúde como política social envolve diversos aspectos políticos, sociais, econômicos, institucionais, estratégicos, ideológicos, teóricos, técnicos, culturais, dentre outros, tornando-se muito difícil isolar a participação de cada um deles em um momento definido. Como atividade de proteção social, a política de saúde se coloca na fronteira de diversas formas de relação social, como a relação entre gestores e atores políticos de unidades governamentais e empresas, entre indivíduos e grupos sociais (famílias, grupos ocupacionais, religiosos, entre outros), entre cidadãos e os poderes públicos, entre consumidores e provedores de bens e serviços etc. A ação da política de saúde sobre essas formas de relação é diferente em cada caso e envolve estratégias, planos, instrumentos e processos mediados por instituições e significados culturais. (FLEURY e OUVENEY, 2008, P.17)

As Políticas Sociais, como enfatizam autores citados, é muito mais do que um acesso aos bens e serviços, ela também pode ser vista como possibilidade de transformação social, de participação e da cidadania. Enquanto as políticas de saúde determinam práticas e ações que visam a garantia do bem estar coletivo, segundo a OMS (Organização Mundial de Saúde) que é o órgão que define ações em resposta as necessidades de saúde, aos recursos e as pressões políticas através de leis e normas que orientam os serviços e programas. (apud FLEURY e OUVENEY, 2008, P.19).

Nesse contexto, a luta pelos direitos instituídos no âmbito da política social vai exigir dos sujeitos políticos o reconhecimento dos seus direitos sociais enquanto cidadãos no

sentido de “participar do processo decisório no que se refere a implementação das políticas públicas, garantindo o que for necessário para que possa usufruí-lo”.(CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS¹² 2009, p.18).

A história das políticas de saúde teve marcos importantes, como a luta pelo direito a saúde para todos, que foi um movimento social que contou com a participação de diversos atores sociais na luta pelo direito universal, cabendo ao Estado a responsabilidade pela garantia desse direito. Segundo Fleury (apud PAIM 2008, p.141) “Os primeiros movimentos rumo a Reforma Sanitária surgem nos anos 1970 com o movimento de democratização da saúde no qual novos sujeitos sociais lutavam contra ditadura do regime Vargas defendendo a mudanças na saúde, que levou a criação do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (CEBES). Foi esse movimento as sociedade civil que defendia os direitos sociais e um novo sistema de saúde que levou o “movimento sanitário” a se transformar em projeto depois da 8ª Conferência Nacional de Saúde em 1986. Segundo Paim:

A Reforma Sanitária, enquanto proposta foi resultante de um longo movimento da sociedade civil brasileira em defesa da democracia, dos direitos sociais e de um novo sistema de saúde. Transformou-se em projeto a partir da 8ª. CNS e desenvolveu-se como processo desde então, especialmente com a instalação da Comissão Nacional da Reforma Sanitária. Pode-se afirmar que a Reforma Sanitária é, simultaneamente, uma proposta, um projeto, um movimento e um processo.(PAIM 2008, p. 141)

A VIII Conferência Nacional de Saúde (1986) como ressalta Lima (2010, p.239), foi o principal marco desse processo de formulação de um novo modelo de saúde pública universal, visando romper com a cisão estrutural entre saúde pública e medicina curativa individual, e com a intensa privatização que então caracterizava o sistema de saúde brasileiro. A VIII CNS contou com a participação de milhares de representantes de diversas entidades da sociedade civil, profissionais de saúde, usuários do sistema e prestadores de serviços de saúde públicos. Essa Conferência Nacional de Saúde também foi importante para efetivar de fato o movimento da Reforma Sanitária, assim como o tema Recursos Humanos em saúde que já vinha sendo debatido nas CNS anteriores também entra na agenda de debates, e nesse momento é organizado então a 1ª Conferência Nacional de Recursos Humanos em Saúde também em 1986,tendo como eixo norteador o projeto de implementação do SUS, o que exigiria a preparação de profissionais para atuar no setor saúde dentro das novas perspectivas. Para Vieira:

No início da **Reforma Sanitária**, as questões mais sistematizadas da área de RHS **privilegiavam à temática da formação de pessoal**. As análises acerca de outros

¹² CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO.Disponível em: <http://www.consad.org.br/>

aspectos que integram o campo como **planejamento da força de trabalho, mercado de trabalho e regulação do exercício profissional**, eram apenas pontuais. É possível observar, nos documentos e relatórios elaborados a partir da segunda metade da **década de 1980**, uma maior preocupação com as **ações voltadas ao processo educativo dos trabalhadores do setor**. Em 1986, foi organizada a **I Conferência Nacional de Recursos Humanos para a Saúde**, quando se define uma agenda específica sobre o tema, **a partir dos principais aspectos identificados na implantação do SUS**. Entre essas questões receberam destaque a falta de **incentivos para a qualificação profissional**, a própria visão burocrática da área de recursos humanos, a baixa remuneração dos trabalhadores e as desfavoráveis condições de trabalho. (VIEIRA 2009, p.140) (grifo nosso).

A formação para o trabalho em saúde tem dois eixos norteadores, o primeiro está relacionado à Reforma Sanitária que dentre outros objetivos, defende a formação profissional dos trabalhadores da saúde. O segundo eixo norteador é o próprio Sistema Único de Saúde (SUS), onde a formação do trabalhador é uma proposta voltada para a promoção, atenção e humanização do atendimento em saúde. Portanto, a especificidade do processo de trabalho em saúde pode ser pensada, segundo Pires (a 2010):

É um processo que tem como finalidade uma ação terapêutica visando atender necessidades de saúde, tendo como objeto indivíduo doente ou indivíduo/grupos sadios ou expostos a risco que necessitam de medidas preventivas ou curativas para preservar a saúde ou com o objetivo de reabilitação e, como instrumento de trabalho, os instrumentos e as condutas que representam o nível técnico do conhecimento. O produto final que é a própria prestação da assistência de saúde que é produzida no mesmo momento em que é consumida (apud LIMA ,2010,p. 20).

Segundo Ramos (apud LIMA 2010,p. 41) a criação da Política de Recursos Humanos foi fundamental para levantar o debate sobre a necessidade de “maior articulação entre as instituições que oferecem serviços de saúde e as que formam o pessoal de saúde”. Dessa forma, os currículos como informa a autora, estavam inadequados para realidade dos serviços, havia “distorções em relação ao perfil do profissional formado e aquele que iria atuar nos serviços públicos”, o que demandou no Estado uma “articulação interinstitucional” possibilitando a criação da política de Recursos Humanos e definição do setor da saúde como orientador dos conteúdos curriculares a serem implementados pelo sistema educacional.

Esse marco na saúde levou a outra implementação, o Projeto Larga Escala, que foi criado com a proposta das escolas técnicas do SUS para atender em particular à demanda de qualificação dos profissionais do SUS. Como explica Ramos(2010):

É neste contexto, o mesmo que indicou a implementação do **Projeto Larga Escala**, que surge a proposta de criação de escolas técnicas específicas para o setor saúde, adequando-se o perfil dos profissionais de nível médio e elementar às necessidades do setor, com destaque para o auxiliar de enfermagem, na perspectiva da reforma sanitária. Propõe-se, ainda, **reconhecer e fortalecer os Centros de Formação de Recursos Humanos para a Saúde voltados para a qualificação profissional**, atendendo às necessidades imediatas e propiciando **formação ao trabalhador** que

não teve oportunidade pela via **regular e a participação do setor saúde na elaboração do conteúdo programático dos cursos**. (RAMOS apud LIMA et al 2010, p. 42) (grifo nosso)

O projeto Larga Escala foi criticado pela sua característica de ensino em serviço, haja vista que a formação esteve voltada para os profissionais já inseridos do setor saúde e que necessitavam melhorar sua qualificação em função das demandas do setor. E no final dos anos de 1990 o setor saúde implementou outro projeto de formação profissional, que foi o PROFAE, que também tinha como objetivo “profissionalizar os que não tinham escolarização de nível médio técnico na área de enfermagem”(RAMOS 2010, p.49).

As Políticas de Educação Profissional em Saúde foram sendo influenciadas pela hegemonia das Políticas educacionais, cujo discurso permanente até os tempos atuais, que a formação para as necessidades do mercado de trabalho, no caso dos trabalhadores da saúde a formação estava voltada para atender a realidade dos serviços de saúde, e ao mesmo tempo possibilitar a transformação das práticas em saúde numa concepção de saúde que tem como objetivo, a atenção e a promoção integral da saúde. Para Ramos:

As políticas de educação profissional em saúde se desenvolveram, hegemonicamente, sob a referência da integração da formação dos trabalhadores com a realidade dos serviços. O principal objetivo aparece, mesmo com diferentes nuances, como a transformação de práticas na perspectiva da atenção integral à saúde. Essa vertente, com suas contradições, orientou a concepção dos currículos integrados e correlacionados, da proposta de currículos baseados em competências e também da educação permanente. Respalhando essa preocupação está a crítica ao currículo fragmentado em disciplinas, descontextualizado da realidade social do aluno e desenvolvido por meio de uma prática pedagógica baseada na transmissão de conteúdos. (RAMOS 2010, p. 56)

Desse modo, o setor saúde segundo Machado et al (apud PEREIRA, 2007, p.169) tem grande “importância, não só pelos serviços prestados, mas pelo volume de empregos que são gerados”. Desta forma, a preocupação com a qualificação dos profissionais de nível médio e fundamental e inicial envolvidos nas “ações de saúde exige uma concepção de formação onde não seja uma adaptação ao existente, com informações fragmentadas e distorcidas da realidade do serviço”. É a naturalização do trabalho desses profissionais que leva realizações de meros treinamentos para que os trabalhadores desempenhem suas funções. Refletir criticamente sobre os “espaços de qualificação profissional” principalmente em saúde, segundo Pereira (2007, p.163), é “pensar no particular e no universal do mundo do trabalho em saúde”, na formação do trabalhador que vai realizar ações que exigem um saber específico, diferenciado, quer seja na prevenção, na assistência, na promoção ou na prestação de serviços em saúde.

Mas, qual seria a diferença entre qualificação e formação? Para as autoras Pereira e Ramos (2006, p.14) tanto a qualificação como a formação, são temas polissêmicos, que na educação profissional demonstram a diversidade de sentidos e concepções de qualificação profissional.

A concepção abrangente da formação profissional para Catanni (apud PEREIRA e RAMOS, 2006, p.14), “compreende a formação como uma relação envolvendo todos os processos educativos”, que são os conhecimentos teóricos, técnicos, operacionais sejam eles “desenvolvidos nas escolas ou nas empresas”. Dito de outra forma, a formação profissional se constitui no desenvolvimento de todos os processos de conhecimento e não a eleição de um único conhecimento como essencial na formação para o trabalho sejam eles teóricos ou técnicos.

Assim, “a formação profissional que é uma expressão recente que ressalta a importância dos processos históricos que dizem respeito a capacitação para e no trabalho” segundo Pereira e Ramos (2006,p.14). Neste contexto estamos falando de uma relação entre o trabalhador, e o trabalho na visão dos próprios trabalhadores sobre esse processo. Essa é uma perspectiva que propõe a autonomia e valorização dos trabalhadores, permitindo aos mesmos uma visão crítica sobre o sentido da educação e da formação para o trabalho.

Podemos dizer que a formação se diferencia da qualificação, porque no sentido mais amplo a formação pretende a formação humana para emancipação, reflexão do mundo em que vive, transformando os sujeitos em cidadãos capazes de interpretar as condições histórico-culturais da sociedade em que vive de forma crítica e reflexiva, impondo autonomia às suas próprias ações e pensamentos, e não o adestramento ou treinamentos para o mercado de trabalho. Neste sentido, formar para o mundo do trabalho é como diz Catanni:

Designar **todos os processos educativos** que permitam ao indivíduo adquirir e desenvolver conhecimentos teóricos, técnicos e operacionais relacionados à produção de bens e serviços, quer esses processos sejam desenvolvidos nas escolas ou nas empresas (...) A Formação Profissional é uma expressão recente, criada para designar processos históricos que digam respeito à capacitação para e no trabalho, portanto à relação permanente entre o trabalhador e o processo de trabalho (...) na ótica dos trabalhadores, a Formação Profissional assume um caráter associado às idéias de autonomia e de auto-valorização. Essa perspectiva contesta o sentido da educação ou da formação para o trabalho, bem como a política de integração do trabalhador nos projetos empresariais. Ela abre, ao mesmo tempo, um leque mais amplo de discussão, compreendido em temas como: Trabalho como Princípio Educativo e Formação Politécnica (apud, PEREIRA2007, p. 160).

Segundo o Termo de Referência do Programa Projovem Trabalhador¹³, a qualificação social é elemento orientador e facilitador do processo de qualificação e inserção dos jovens no mundo do trabalho.

Os autores George Friedmann e Pierre Naville afirmam que o processo de trabalho e a qualificação profissional “se dão no embate contra o taylorismo” e sua organização de trabalho, possibilitando ganhos produtivos através da “intensificação, fragmentação e padronização do trabalho na produção (apud PEREIRA, 2007, p.160).O que nos permite refletir sobre as qualificações para o trabalho estruturadas de forma rápida, fragmentada, que não passam de treinamentos para determinados postos de trabalho, sem articulação entre a teoria e a prática. Saviani nos ajuda a entender que:

Na sociedade capitalista a Ciência é incorporada ao trabalho produtivo, convertendo-se em potência material. O conhecimento se converte em força produtiva e, portanto, em meio de produção. Mas, a contradição do capitalismo atravessa também a questão relativa ao conhecimento: se essa sociedade é baseada na propriedade privada dos meios de produção, e se a Ciência, se o conhecimento é um meio de produção, uma força produtiva, ela deveria ser propriedade privada da classe dominante. No entanto, os trabalhadores não podem ser expropriados de forma absoluta dos conhecimentos, porque sem conhecimentos eles não podem também produzir, e, por conseqüência, não acrescentam valor ao capital. Desse modo, a sociedade capitalista desenvolveu mecanismos através dos quais ela procura expropriar o conhecimento dos trabalhadores e sistematizar, elaborar esses conhecimentos, e os desenvolver na forma parcelada. O taylorismo é a expressão mais típica do que foi assinalado. (apud PEREIRA, 2007, p.160).

Vale ressaltar que a “concepção marxista” de qualificação, que Machado (apud PEREIRA 2007,p.158), define como uma articulação entre as condições físicas e mentais que compõem a força de trabalho utilizadas nas atividades voltadas para valores de uso, “a capacidade de trabalho é condição fundamental da produção, tendo seu próprio valor de uso crucial representando a possibilidade de criação de um valor adicional ao seu próprio valor,que é a mais-valia”.Nesse processo, o conhecimento que é entendido com valor de uso, passa a ser apreendido como valor de troca e também se constitui como mercadoria.

Nádia Castro (apud PEREIRA e RAMOS 2006, p. 20) defende três concepções de qualificação, a primeira concepção de qualificação está ligada às características da rotina do trabalho, onde se define o tempo de aprendizagem necessária para realização de terminado trabalho e o tipo de conhecimento essencial para sua realização, essa visão de qualificação tem como foco o conhecimento básico da ocupação profissional. Neste sentido, a qualificação com possibilidade de autonomia, depende da relação e do controle do trabalhador em relação ao processo de transformação com um todo, ou seja, sua visão crítica em relação ao todo que envolve o seu processo de trabalho e suas relações históricas.

¹³ MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Disponível em : www.mte.gov.br/2008.

Nesse contexto, acreditamos que para analisar a formação em saúde do Programa Projovem Trabalhador que é uma política voltada para juventude que está fora do mercado de trabalho, precisamos buscar na Política de educação profissional em saúde os fundamentos teóricos da política que discute a importância de uma formação técnica de qualidade para todos os profissionais que atuam tanto no setor público como no setor privado da saúde.

O perfil profissional desenvolvido em uma proposta educacional segundo Ramos (2002,p.7) pode ser definido em três níveis de competência : a competência básica que pode ser desenvolvidas na educação básica , as competências profissionais gerais voltadas para o exercício de diversas atividades dentro de uma área profissional, independentemente da habilitação específica e as competências profissionais específicas, próprias de uma habilitação. Segundo Deluiz (2001 b) a noção de competência presente na organização das propostas educacionais, está fundamentadas em quatro matrizes teóricas: a primeira é a condutivista, em segundo a funcionalista, e finalmente a construtivista e a crítico-emancipatória, cada uma traz uma visão diferenciada em relação à competência e ao processo de ensino e aprendizagem.

A matriz funcionalista se fundamenta no pensamento funcionalista da sociologia, que na opinião de Ramos (2009, p.120), tem sido adotada pela teoria dos sistemas sociais.A análise sobre o processo de trabalho nessa perspectiva estabelece uma relação com os problemas e os resultados, e as competências acabam sendo deduzidas justamente das relações entre resultados, habilidades, conhecimentos e as atitudes dos trabalhadores. Deluiz (2001b) chama atenção para o fato em que nessa matriz as “tarefas se transformam nas próprias competências”que são construídas através da observação direta.

Entretanto, segundo Ramos (2009, p.121) essa foi a matriz que o Ministério da educação adotou na elaboração dos Referenciais Curriculares Nacionais para o ensino técnico. Assim, as matrizes foram organizadas por competências profissionais, onde se definem as funções, habilidades (saber-fazer) específicas do processo de trabalho e exigidas dos trabalhadores.

A matriz condutivista fundamenta-se na psicologia de Skinner e Bloom, onde a noção de competência está associada aos objetivos do ensino, condutas e práticas que podem ser observadas, essa concepção tem relação com as teorias comportamentais.Na visão de Araújo:

A noção de competência nessa matriz segundo Ramos (2009, p.120),é entendida como uma habilidade que descreve o que a pessoa deve fazer, e a avaliação confere se os

resultados esperados foram alcançados. A crítica feita por Deluiz (2001b) a essa matriz é justamente pela forma como se define a competência, reduzindo os “comportamentos” a situações observáveis. Neste sentido, análise do desempenho do trabalho realizado vai depender se todos os objetivos esperados foram de fato atingidos, é isto que determina se o trabalhador realizou bem ou não seu trabalho.

A matriz construtivista teve sua origem na França, cujo representante foi Bernard Schwartz. Essa nova perspectiva possibilitou a compreensão da relação entre a competência com o contexto, e como se constrói e evolui essa relação. Sendo assim,

as competências são estabelecidas não só com base nas funções exercidas, como também levando em conta as percepções e contribuições dos trabalhadores. Para os construtivistas, a construção de conhecimento representa um processo subjetivo, não se ressaltando o papel do contexto social para além da área do trabalho na aprendizagem dos sujeitos. Embora se apresente uma dimensão mais ampliada da formação, diminui-se a importância de sua dimensão sócio-política. (DELUIZ, 2001b).

Percebemos que nessa matriz, as contribuições dos sujeitos (trabalhadores) também são levadas em conta no processo de ensino aprendizagem, mas, a sua dimensão social e política não são consideradas. Na opinião de Ramos (2009,p.123), o currículo por competência foi elaborado para atender os objetivos de ensino e aprendizagem voltados para atender aos “princípios da eficiência social” e do mercado de trabalho.

Segundo Deluiz ((2001b) a matriz condutivista e a funcionalista estão estritamente ligadas à ótica do mercado e limitam-se à descrição de funções e tarefas dos processos produtivos. Assim,

a partir das investigações do processo de trabalho realizadas com estas orientações os objetivos de ensino são formulados em termos de condutas ou desempenhos observáveis, orientados para os resultados. A concepção de autonomia dos sujeitos fica, assim, restrita e prescrita pelas atividades e tarefas. Sua perspectiva economicista, individualizadora, descontextualizada e a-histórica limita e estreita a formação do trabalhador (DELUIZ,2001b).

A matriz crítico-emancipatória está fundamentada no pensamento crítico dialético e tem como objetivo transformar o significado da competência, onde considera os interesses dos sujeitos envolvidos. Segundo Deluiz (apud RAMOS 2009) “é uma concepção que procura indicar princípios orientadores para a investigação dos processos de trabalho, para a organização do currículo e para uma proposta de ampliação da educação profissional”. Nessa perspectiva, a competência profissional tem relação com “os aspectos individuais” no processo de construção e apropriação do conhecimento diante das exigências do mercado de trabalho. Como explica a autora:

Associada à matriz crítico-emancipatória há uma concepção de competência profissional que não só se relaciona com aspectos individuais, relativos ao processo de aquisição e construção de conhecimento frente às demandas de trabalho, como

também aspectos socioculturais e históricos de tal construção. Desse modo, trata-se de uma noção que ultrapassa a visão de competência como algo limitado ao mero desempenho, assim como enfatiza sua dimensão sócio-política (RAMOS, 2009,p.123).

Ramos (2009, p.123) entende a Matriz emancipatória da competência como uma forma de ver o processo de trabalho em sua totalidade, assim “o currículo fundamentado em bases epistemológicas que se preocupa com formação profissional, comporia as dimensões científico-tecnológica, as dimensões ético-políticas, sócio-históricas, ambientais, culturais e relacionais do trabalho”. E esclarece:

Trata-se de uma concepção teórico-metodológica e ético-política da formação de trabalhadores, e não é redutível a metodologias de análises de processo de trabalho. A descrição precisa e definitiva de qualquer processo de trabalho, não capta suas múltiplas determinações e muito menos a complexidade da ação humana que está em jogo na realidade.(RAMOS, 2009,p.123).

Analisando as diferentes matrizes, entendemos que a perspectiva da matriz crítico-emancipatória propõe uma formação profissional que considere todos conhecimentos acima citados como integrantes de uma formação integral necessária a todo e qualquer profissional e não apenas os conhecimentos básicos para realização de tarefas que tenha como objetivo alcançar resultados previstos. Existem de fato competências que são específicas de determinadas áreas profissionais, mas não é só o conhecimento específico de cada profissão que compreende o processo de trabalho.

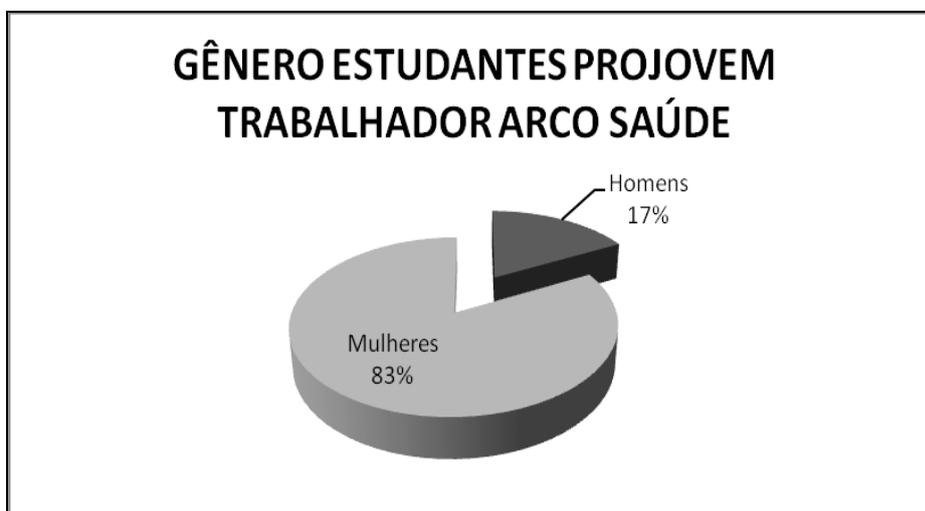
5. Analisando as ações do Programa Projovem trabalhador

5.1 O Perfil sócio-econômico e educacional dos alunos participantes do programa Projovem trabalhador e suas expectativas em relação ao curso.

A pesquisa teve início em 2010 e foram entrevistados o universo de 58 alunos que estavam freqüentando os cursos no arco ocupacional saúde nos pólos de Bento ribeiro, Campo Grande, realengo e Ricardo de Albuquerque, no município do Rio de Janeiro. A ONG Centro de Cidadania Cidade Maravilhosa foi contratada pela Secretaria Municipal de Trabalho da Prefeitura do Rio de Janeiro para ministrar os cursos de qualificação na saúde.

Constatamos que, no que se refere ao gênero, 83% dos participantes são do sexo feminino, enquanto 17% são do sexo masculino. Como demonstra o gráfico 3 a seguir:

Gráfico 3

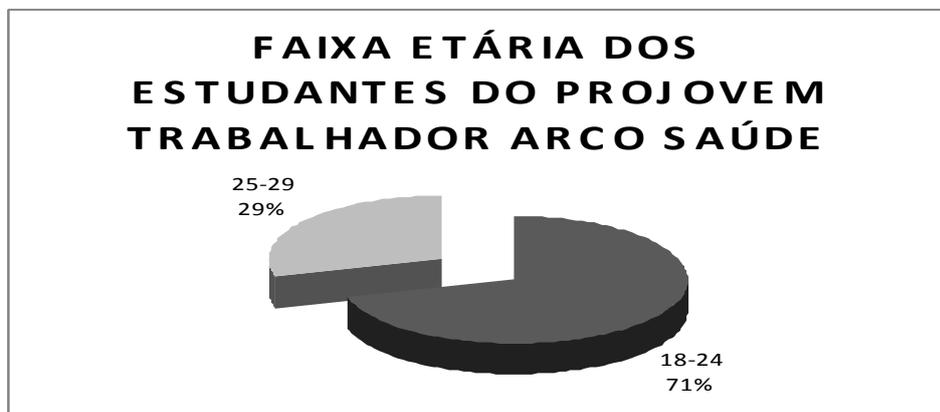


Fonte: O autor.

O perfil demonstrado nesse grupo de jovens, vem de encontro à pesquisa realizada por Andrade et al (2009) quando faz um estudo sobre o perfil dos participantes do Projovem Urbano. Segundo os autores, a presença de uma maioria feminina nesses programas, ressalta a necessidade de mais políticas públicas voltadas para o público feminino. Podemos também refletir sobre o fato de que, na maioria das vezes, as jovens deixam a escola muito cedo, não só pela necessidade de trabalhar, mas pela ocorrência de uma gravidez precoce, que resulta no abandono da escola para cuidar do filho, retardando assim os estudos, ao mesmo tempo em que entram no mercado de trabalho precocemente e de maneira informal. Os autores Castro e Aquino (2009) também chamam a atenção para a mudança nesse perfil, antes eram meninas que apresentam maior defasagem nos estudos em relação aos meninos, hoje são os meninos que estão em maioria significativa afastados do ambiente escolar, pela necessidade de trabalho e renda.

Nessa pesquisa, percebemos que 71% dos jovens que participam do programa estão na faixa etária entre 18 a 24 anos , ao contrário da pesquisa realizada por Andrade et al (2009), onde o maior grupo estava entre os jovens de 25 anos. Ver gráfico 4 a seguir:

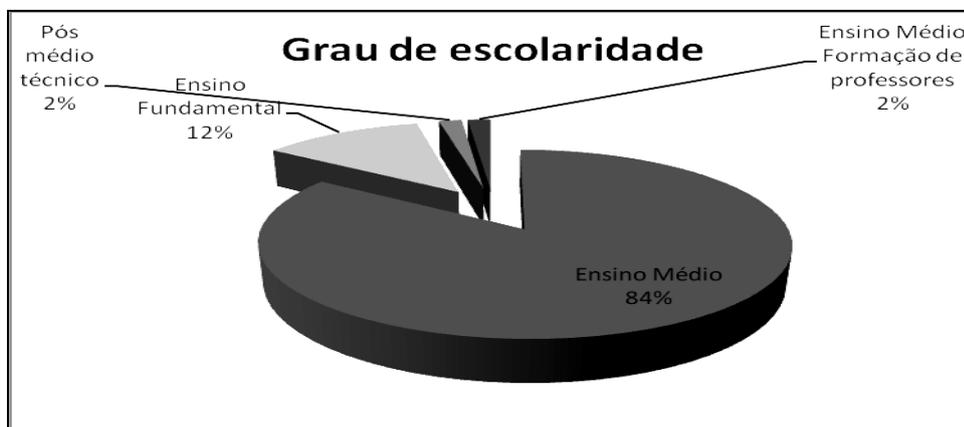
Gráfico 4



Fonte: O autor.

Grande parte dos jovens entrevistados (84%) dentro faixa etária de 18 a 29 anos tinham o ensino médio completo, 12% com ensino fundamental completo, 2% com pós-médio técnico e 2% com ensino médio na formação de professores. O que difere da análise de Andrade et al (2009) onde a faixa etária fica entre 18 e 25, e os jovens ainda não tinham concluído o ensino fundamental. Entretanto, precisamos salientar que a pesquisa dos autores, se tratava justamente do Projovem Urbano que tem como objetivo oferecer o ensino fundamental para quem não concluiu em tempo hábil, e no caso do Projovem Trabalhador o qual é analisado nessa pesquisa, a exigência era o ensino fundamental completo para participar do programa. Como observamos no gráfico 5 a seguir:

Gráfico 5



Fonte: O autor.

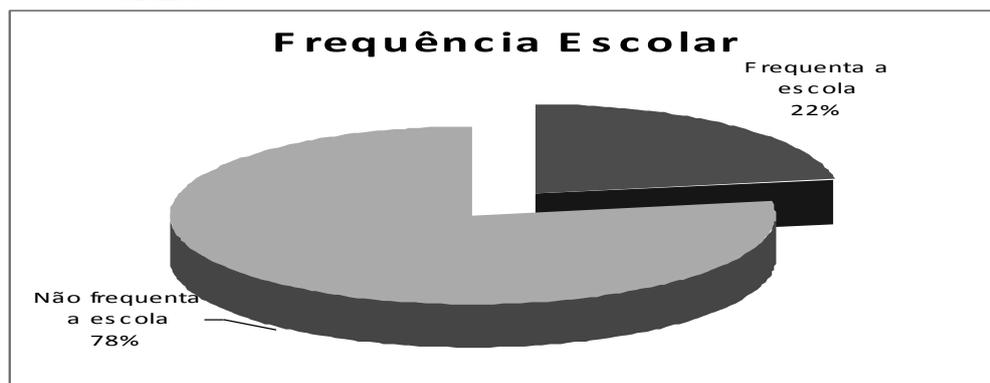
As variações nas idades dos jovens e ao mesmo tempo a surpresa em encontrar 84% desses jovens com o ensino médio completo nessa pesquisa, refletem a melhoria da situação de educação dos jovens apontada por Corbuci na pesquisa realizada pelo IPEA em 2009¹⁴.

Segundo esses autores:

Um dos aspectos que evidenciam a melhoria substancial da situação educacional dos jovens brasileiros é o aumento das taxas de frequência escolar. Aproximadamente 82% dos jovens de 15 a 17 anos frequentavam, em 2007, algum nível ou modalidade de ensino, mas apenas 48% deles cursavam o ensino médio, considerado o nível de ensino adequado à faixa etária. Embora esta situação ainda seja insatisfatória, o índice apurado em 2007 corresponde a quase o dobro do registrado em 1996. (CORBUCCI et al 2009, p.97).

Quando perguntamos quem ainda frequentava a escola constatamos que 22 % dos alunos ainda estavam frequentando a escola para terminar o ensino médio na faixa etária entre os 18 e 22 anos. Segundo Corrochano (2008) este fato se deve à expansão do acesso ao ensino publico. Como mostra o **gráfico 6** a seguir:

Gráfico 6



Fonte: O autor:

Em relação ao mercado de trabalho, fica evidente a busca pelo primeiro emprego entre os 40% dos jovens com idade de 18 a 24 anos e os desempregados que atingem a maioria com 60%, principalmente para aqueles que estão entre os 25 e 29 anos. Na pesquisa realizada pelo IPEA, os autores Gonzalez et al(2009,p.115) chamam atenção para o seguinte fato:

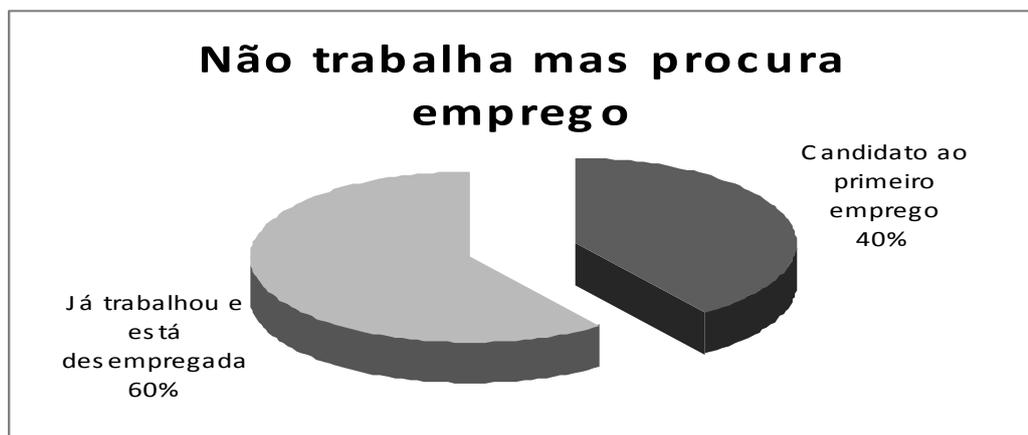
Há um expressivo contingente de jovens que não trabalham nem estudam. No caso das mulheres, em parte isto reflete ainda a dedicação de muitas jovens aos cuidados domésticos e familiares. Porém, em grande medida, o que ocorre é que os jovens que saem da escola encontram dificuldade tanto em se empregar como em manter o emprego. (BOLETIM IPEA, 2009).

Muito embora nessa pesquisa grande parte dos jovens tenham o ensino médio completo, os dados da investigação trazem importância significativa entre desempregados e candidatos ao primeiro emprego. Na opinião de Castro e Aquino (2009) na condição juvenil existem o que eles chamam de “desemprego oculto” ou seja, os jovens trabalharam e desistiram de

¹⁴ Juventude e Políticas Sociais no Brasil – IPEA 2009.

procurar emprego, o que poderia ser entendido como uma dificuldade destes em realizar a “transição” para vida adulta, quer seja pela escolarização deficiente ou pelas restrições impostas pelo mercado de trabalho. Como demonstra o **gráfico 7** a seguir a situação dos jovens desempregados e os que buscam o Primeiro Emprego:

Gráfico 7.



Fonte: O autor.

Na situação atual de trabalho dos jovens, a pesquisa demonstrou que 16% dos jovens estão nos trabalhos informais, 5% estão trabalhando com carteira assinada, e temos 10% dos jovens que não estão trabalhando e nem procuram emprego. Na pesquisa de Corrochano em 2008, grande parte dos jovens desempregados estão inseridos precariamente no mercado informal. Da mesma forma a pesquisa realizada por Deluiz em 2009, em que foram utilizados os dados do PNAD (2005), demonstrou que grande parte dos jovens de 18 a 24, não estavam inseridos no mercado de trabalho formal, como podemos observar no **gráfico 8** seguir.

Gráfico 8



Fonte: O autor.

No trabalho informal a pesquisa demonstrou que os jovens exercem diversas atividades informais das quais podemos destacar, garson, manicure, venda de roupas, venda

de utensílios, biscate, trabalho em obra, repositor da cola-cola, corretor de imóveis e trabalho eventual, e 69% dos jovens não estão trabalhando mas procuram emprego.

Para autoras Cacciamalli e Braga (apud Corrochano 2008, p.24) mais do que o incentivo da família para o ingresso na atividade laboral, é preciso considerar o próprio desejo do jovem de ter seus rendimentos para satisfazer seu próprio consumo e também ajudar a família. As autoras fazem a seguinte observação em relação ao trabalho juvenil:

A força de trabalho do jovem pode ser interessante para o mercado por causa de seu menor custo em relação à adulta, assim como por representações sociais vigentes em torno de sua maior incapacidade de organização, baixo poder de reivindicação e habilidades.

Na presente pesquisa observamos que os jovens nas mais variadas faixas etárias estão no mercado de trabalho informal, diferente da pesquisa de Corrochano em (2008), onde aponta os jovens de 14 a 17 anos eram os mais vulneráveis ao mercado de trabalho informal. Constatamos que, 24% dos jovens contribuem com a renda da familiar e 10% contribuem só às vezes, e 66% não contribuem com a renda familiar. Como demonstra o **gráfico 9** seguir.

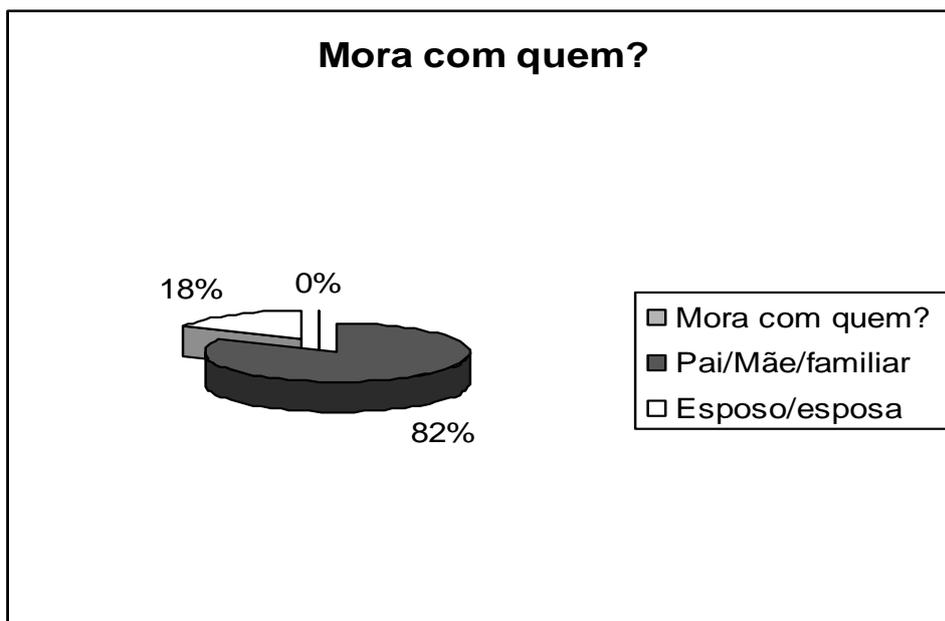
Gráfico 9



Fonte: O autor.

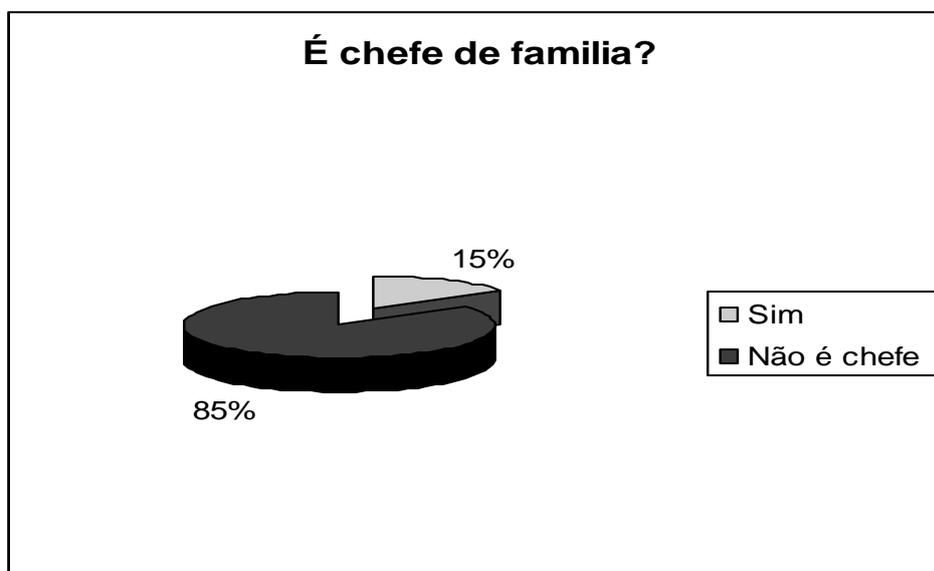
A pesquisa demonstrou que 82% dos jovens ainda moram com os pais ou família, e 18% dos jovens eram casados, e quando perguntados se eram chefes de família apenas 15% respondeu que sim, ou seja, a maioria dos jovens participantes do programa não era responsáveis diretos pela renda familiar, primeiro porque grande parte morava com os pais e segundo por que mesmo casados dependiam do companheiro. Veja no **gráfico 10** seguir:

Gráfico 10



Fonte: O autor.

Gráfico 11

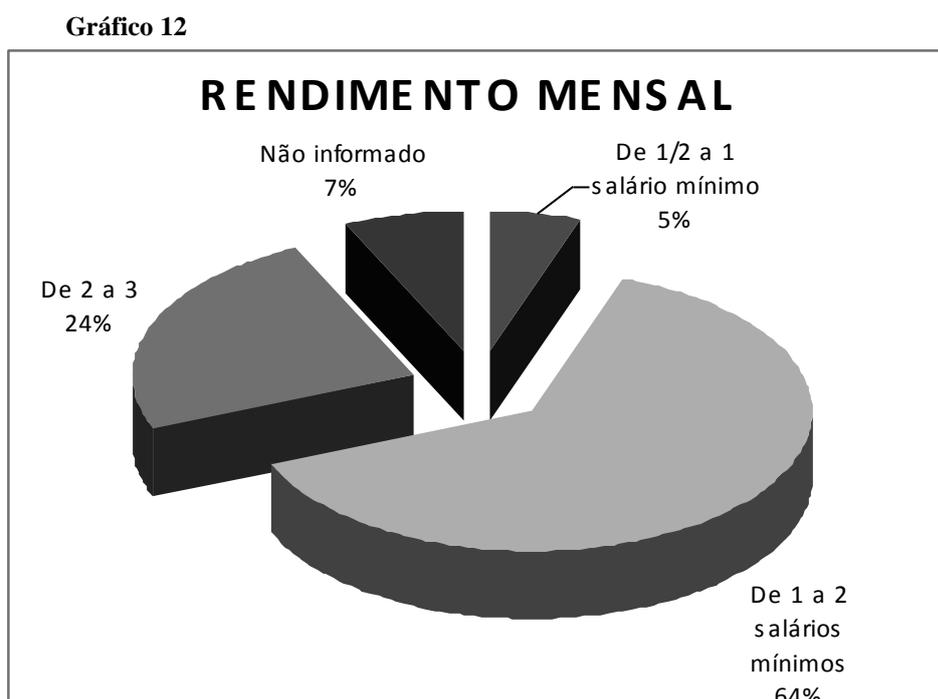


Fonte: O autor.

A pesquisa IPEA realizada por Gonzalez et al (2009, p.115) demonstra que os jovens que não trabalham e também não procuram trabalho não podem ser classificados como desempregados, porque eles fazem parte de dois grupos. O primeiro “o grupo majoritário é formado por jovens mulheres; em geral, mães e cônjuges e um grupo menor é formado por jovens do sexo masculino, geralmente na condição de filhos. Embora tal disposição indique uma conformação familiar “tradicional”, em que os jovens inativos são sustentados por pais ou esposos, a pesquisa também aponta que cresceu entre 1980 e 2000

a proporção de jovens que são pessoas de referência no domicílio e que simultaneamente estão inativas e não estudam.

Quando foi realizada a presente pesquisa o valor salário mínimo era de 545,00 (Quinhentos e quarenta e cinco reais). Perguntamos aos jovens sobre o valor da renda familiar mensal, e 64% responderam que era de 1 a 2 salários mínimos. Como indica o **gráfico 12 a seguir**.



Fonte: O autor.

A renda familiar influencia na continuidade dos estudos jovens. Quanto mais baixa a renda, mais jovens estão em ocupações informais, sem vínculo empregatício, porque ele precisa participar na renda familiar se distanciando dos estudos e muitas vezes da possibilidade de buscar uma formação profissional de qualidade que possibilite atender as exigências do mercado.

5.2 A Concepção de saúde e de formação para o trabalho em saúde desenvolvida nos cursos do Programa Projovem Trabalhador

Segundo consta na Lei 8.080¹⁵ de Setembro de 1990, em seu Art. 3º a saúde tem como determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais; os níveis de saúde da população expressam a organização social e econômica do país.

No Relatório Final da 8ª Conferência Nacional de Saúde encontramos o conceito saúde como sendo resultado das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acesso aos serviços de saúde. Dessa forma, a saúde é:

Resultado das formas de organização social da produção e define-se no contexto histórico de determinada sociedade e num dado momento de seu desenvolvimento e deve ser conquistada pela população em suas lutas cotidianas.(RELATÓRIO FINAL DA 8ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE 1986, p.04)

O conceito ampliado de saúde proposto pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e pela Organização Pan-Americana da saúde (Opas) pretende superar como lembra Luz (2009, p. 355) a concepção mecânica do homem como partes divididas pelas especialidades médicas, buscando “reassociar as dimensões” em que se insere a vida humana, social, biológica e psicológica.

Teixeira (2004, p.16) nos lembra que a concepção positiva de saúde passa a ser entendida como o “bem-estar físico, mental e social”, decorrente da existência de condições de vida saudável, ou seja, é ter as necessidades básicas de alimentação, habitação, educação, lazer, segurança, serviços de saúde, de emprego e de renda atendidas. Este conceito ampliado da saúde, está voltado para promoção, prevenção e recuperação da saúde. No que refere à concepção de promoção da saúde, encontramos no guia de estudo do aluno do Projovem Trabalhador:

A área da saúde é responsável pela **promoção, proteção e recuperação da saúde de indivíduos e comunidades. Isso inclui ações de educação em saúde**, nutrição adequada, vacinas, campanhas de conscientização, tratamentos para doenças e

¹⁵ Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção, recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/lei8080.pdf>

programas de reabilitação física e social. (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO 2006,p.9)

O conceito de saúde desenvolvido pelo Programa Projovem Trabalhador é o conceito ampliado de saúde definido durante o movimento de luta pela reforma das políticas sociais. Como consta na apostila para os alunos e elaborada pelo programa para utilização em sala de aula, a saúde é definida como:

Aluna 19 anos, desempregada{...} a saúde é um estado de bem-estar físico, mental e social, não apenas a ausência de doença. E isso depende muito dos fatores sociais (Informação Oral)¹⁶.

Segundo o material didático do programa, a saúde depende desses aspectos representados na pirâmide:



E acrescenta que: “muita gente pensa que saúde é o contrário de doença. Mas não é só isso. Há bastante tempo já se sabe que certos tipos de doenças e de formas de adoecer variam em função das diferenças de renda, condições de moradia, educação, tipo de trabalho e outros fatores sociais”. Verificamos, então que a abordagem sobre o conceito de saúde e da promoção no material didático busca uma aproximação com a saúde de forma superficial e sem análise do contexto histórico sobre as políticas sociais na área de saúde.

Quando perguntado aos alunos o que eles entendiam por saúde, eles responderam:

Aluno 19 anos desempregada - Saúde para mim é o bem estar físico e mental e emocional da pessoa. E todos os alunos concordaram com essa definição. Em seguida perguntamos a opinião dos alunos e que nota eles dariam para forma com o conceito saúde foi abordado na apostila do programa. E todos concordaram. (Informação Oral)¹⁷

¹⁶ Entrevista realizada com grupo focal de alunos em 2010.

¹⁷ Entrevista realizada com grupo Focal de alunos em 2010.

Perguntamos que **nota os alunos dariam para abordagem do tema saúde no programa**, e alguns responderam:

Aluno 21 anos desempregada “**nota cinco**, algumas coisas não foram aprofundadas”.

Aluno 22 desempregada “**nota sete**, pois estava repetitivo. Faltou se aprofundar nos conceitos”. (Informação Oral)

Gomes (2009) nos lembra o contexto histórico onde surgiram os debates sobre o “conceito ampliado” de saúde, envolvendo discussões importantes em relação à Reforma na Política Social, no Direito Universal a Saúde, à Reforma do Estado, e ao Movimento da Reforma Sanitária, entre outras discussões que não são abordadas pelo Programa. Para esse autor:

Esse momento histórico resultou no conceito ampliado de saúde e sua relação com os direitos dos cidadãos e com o dever do Estado teve forte influência na Constituição de 1988 e o relatório final da 8ª CNS serviu de base para discussões em relação às reformas do setor saúde, possibilitando então reformulação da assistência à saúde a partir da constituição de um sistema único de saúde para fazer face às necessidades de estruturação do Estado. (GOMES 2009, p.30)

O SUS é citado no material didático de maneira bem superficial para dizer quem é responsável pelas ações que envolvem a promoção da saúde.

O Brasil possui um **Sistema Público e outro Privado de Assistência à Saúde**. O sistema público, conhecido como **Sistema Único de Saúde (SUS)**, é responsável pelo atendimento a todo cidadão. Nos centros de saúde do SUS são oferecidos diversos **serviços dirigidos à promoção e proteção à saúde**, atendendo à gestante, à criança, ao adulto e ao idoso.. É o SUS que proporciona assistência à maior parte da população. (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO 2006, P. 17)

O contexto político em que o SUS foi debatido e implementado e o que representou para a população naquele momento e ainda hoje representa, não é levado em consideração pelo programa. O material também se refere aos “programas de Atenção à saúde” e destaca o Programa de Saúde da Família, e os profissionais como os agentes comunitários de saúde (ACS), auxiliares de enfermagem, visitantes sanitários e outros profissionais que estão envolvidos nos programas de promoção, prevenção e recuperação da saúde.

O Programa Saúde da Família é um caso de sucesso. Até hoje, mais de 60 milhões de pessoas já foram atendidas por quase 19.200 equipes, na maior parte dos municípios brasileiros. Cada equipe é composta, no mínimo, por um médico, um enfermeiro, um auxiliar de enfermagem e de quatro a seis agentes comunitários de saúde. Outros profissionais – dentistas, assistentes sociais e psicólogos – são incorporados à equipe, de acordo com as necessidades e possibilidades locais. A Unidade de Saúde da Família pode atuar com uma ou mais equipes, dependendo da concentração de famílias no Território sob sua responsabilidade. (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2006, P. 16)

Não identificamos no grupo focal de alunos nenhuma apropriação quanto aos temas promoção, contexto do SUS e programas voltados para esse fim. Os aspectos da promoção parecem estar mais ligados aos valores da solidariedade e da boa vontade no atendimento.

Quanto à formação para o trabalho em saúde, destacamos uma qualidade importante no Programa: “uma qualidade fundamental para trabalhar nessa área é a capacidade de compreender o outro”. Outros comportamentos também são apontados como específicos para o trabalho em saúde. Como a **Higiene Pessoal**, ou seja, o asseio segundo consta na apostila do aluno (2006,p.12),é um aspecto fundamental. A barba feita, o cabelo aparado reforçam o cuidado com a imagem pessoal. Manter as unhas limpas e cortadas é importante. Para as moças, um esmalte em cor suave. Mãos lavadas evitam a circulação das bactérias entre clientes e profissionais de saúde. **A educação** - É preciso memorizar os nomes e funções das pessoas com as quais você interage na empresa. Independentemente do cargo ou da função, todos merecem ser tratados de maneira adequada. **A organização** – Deixar as tarefas se acumularem e tentar resolvê-las na última hora sempre causa problemas na qualidade do trabalho. **Controle do tom de voz** – Falar baixo é uma questão de educação. **Capacidade de ouvir** – Essa é uma qualidade de ouro.

Desse modo, o Programa valoriza os aspectos comportamentais, subjetivos como fundamentais para que o alunos estejam aptos para atuar no mercado de trabalho em saúde. Como consta no projeto do Projovem:

A aprendizagem consiste na construção de competências, capacidades, valores e práticas sociais por meio da re-significação de elementos sociais e culturalmente transmitidos e da construção /reconstrução pessoal. É uma forma de apropriação e de re-significação da cultura pelo sujeito e interage com seu desenvolvimento psíquico. Como processo articulado à construção da subjetividade, mobiliza elementos cognitivos, afetivos, estéticos, lúdicos, sociais e físicos. (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO 2006, P. 14)

Evocamos Catanni (apud PEREIRA e RAMOS, 2006, p.14), para dizer que a concepção abrangente da formação profissional, “compreende a formação como uma relação envolvendo todos os processos educativos”, que são os conhecimentos teóricos, técnicos, operacionais sejam eles “desenvolvidos nas escolas ou nas empresas”. Dito de outra forma, a formação profissional se constitui no desenvolvimento de todos os processos de conhecimento e não a eleição de um único conhecimento como essencial na formação para o trabalho sejam eles comportamentais, higiênicos, teóricos ou técnicos.

Buscamos em Ramos (2002, p.2) fundamento para ressaltar que o trabalho em saúde “é um trabalho que tem suas especificidades, por ser um trabalho reflexivo nos qual exige a tomada de decisões onde a articulação de vários saberes provêm de várias instâncias”, ou seja, tanto o conhecimento científico, técnico, e a experiência profissional são todos mediados pela dimensão ético-política. Considerando que o trabalho em saúde envolve a articulação de vários saberes resultantes da formação geral que tem como base o

conhecimento científico e a formação profissional que envolve os conhecimentos técnicos necessários para realização do trabalho. Deluiz faz as seguintes observações:

As características do trabalho em saúde decorrem da complexidade nas diversificações das profissões, dos profissionais, dos usuários, das tecnologias utilizadas, das relações sociais e interpessoais, das formas de organizações do trabalho e dos espaços e ambientes de trabalho. (DELUIZ, 2001 p.10).(grifo nosso)

E mais: “ é importante para o profissional de saúde agir de modo a desempenhar bem suas funções” e “ com a prática adquire-se o domínio das técnicas e o trabalho se torna mais fácil”(MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO 2006, p. 9). Ressaltamos a questão da prática para demonstrar a contradição que o Programa traz quando enfatiza a prática como caminho para adquirir o domínio da técnica. Na opinião dos alunos:

Aluno 21 anos desempregado – “sobre o material, eu acho bom, mas acho que poderia ter um conteúdo melhor né!, com muito mais coisas, ainda mais na questão da prática, aula prática a gente não teve, eu acho importante e interessante que a gente tivesse, e assim pro tempo de curso que eles estipularam, seis meses, eu acho que o conteúdo foi muito pouco”. (Informação oral)

Aluna, 19 anos desempregada – “A parte teórica até estava interessante, mas o ideal é que a gente tivesse isso na prática também, entendeu? Porque tem coisas que só na prática mesmo pra gente poder ver, ainda mais que a gente está num curso, está aprendendo e a área de saúde é uma coisa delicada, a gente tem que estar pelo menos pronto para aquilo ali porque como eu disse as pessoas não estão ali porque elas querem e sim porque elas precisam, então a gente precisava dessa parte prática né. A parte do livro a gente conseguiu alcançar, falta a prática!”.(Informação Oral)

Aluno 22 anos desempregada – “ aprender a se comportar nós aprendemos, mas na parte específica da saúde eu acho que eles deixaram muita coisa a desejar, poderia ser melhor se nós tivéssemos mais recursos e oportunidade de conhecer e visitar lugares: hospitais, clínicas, eu acho, que nós teríamos mais oportunidade de saber, estar ali no convívio com as pessoas e presenciar aquilo tudo, nós teríamos uma noção maior, eu acho que na parte de como se comportar numa entrevista de emprego? Acho que isto foi bem claro para todo mundo”. (Informação Oral)¹⁸

E quando perguntamos aos alunos: **Na sua opinião o que deve ser feito para melhorar o curso? Eles responderam:**

Aluno 21 anos desempregada– “ aulas práticas e de estágio”. (Informação Oral)

Aluno 19 anos desempregada – também aulas práticas e de estágios.(Informação Oral)

Aluno 22 anos desempregada – “estágio um aprendizado a mais, a apostila poderia ser mais preparada pra gente em relação aos quatro módulos.”(Informação Oral)

Os autores George Friedmann e Pierre Naville (apud PEREIRA 2007, p.160) nos chamam atenção para fato em que o processo de trabalho e a qualificação profissional “se dão no embate contra o taylorismo” e sua organização de trabalho, possibilitando ganhos

¹⁸ Entrevistas realizadas com grupo focal de alunos em 2010.

produtivos através da “intensificação, fragmentação e padronização do trabalho na produção. O que nos leva a refletir sobre as qualificações para o trabalho, que são estruturadas para acontecer de maneira rápida e fragmentada, que não passam de treinamentos comportamentais básicos para determinados postos de trabalho, e mesmo assim sem articulação entre a teoria e a prática.

Em relação à qualificação profissional do ProJovem destacamos a sua finalidade como consta no projeto do Programa:

O ProJovem tem como finalidade proporcionar formação integral ao jovem, por meio de uma efetiva associação entre: elevação da escolaridade, tendo em vista a conclusão do ensino fundamental; qualificação profissional com certificação de formação inicial desenvolvimento de ações comunitárias de interesse público. (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2006, P.1)

Segundo o mesmo documento, o programa deverá contribuir especificamente para a re-inserção do jovem na escola; identificação de oportunidades de trabalho e capacitação dos jovens para o mundo do trabalho; a identificação, elaboração de planos e o desenvolvimento de experiências de ações comunitárias e a inclusão digital como instrumento de inserção produtiva e de comunicação.

No documento organizado pelo Conselho Nacional da Juventude intitulado de “Recomendações para o Governo Federal” (2010,p.2) podemos encontrar o objetivo do Programa:

O programa tem como objetivo preparar o jovem para ocupações com vínculo empregatício ou para outras atividades produtivas geradoras de renda, por meio da **qualificação social e profissional e do estímulo à sua inserção no mundo do trabalho**. O público prioritário é o **jovem em situação de desemprego**, pertencente a **famílias com renda per capita de até um salário mínimo** e que esteja cursando ou tenha concluído o ensino fundamental ou o ensino médio, mas que não esteja cursando ou não tenha concluído o ensino superior (artigos 37 e 38 do decreto nº 6.629). (CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE 2010) (grifo nosso)

Perguntamos então aos alunos: Você acha que está recebendo informação sobre o mercado de trabalho e como procurar emprego?

Aluna 28 anos, desempregada – a gente teve uma apostila para falar só sobre o mercado de trabalho, como se comportar no mercado de trabalho, postura, como se vestir. (Informação Oral)

Aluna 27 anos, desempregada- sim, ela traz (professora) endereços de sites e listas de oportunidades. (Informação Oral)

Perguntamos aos alunos: O que vocês acham desse curso em relação às quatro qualificações em saúde?

Aluno 18 anos, desempregado – eu acho legal! (Informação Oral)

Aluna 28 anos, desempregada – Acho ótimo porque, dá um incentivo a mais pra ter mais oportunidade no mercado em quatro áreas, você tem mais oportunidade.

Aluna 25 anos, desempregada – Acho que é bom sim, porque eu quero me informar em enfermeira ai eu já estou em quatro áreas, já é meio cainho pra eu chegar na enfermagem. (Informação Oral)

Aluna 19 anos, desempregada - Eu acho uma boa, porque assim eu vou ter quatro áreas para procurar emprego, no consultório, hospital, farmácia, laboratório.(Informação Oral)¹⁹

No sentido de perceber o que de fato aos alunos aprenderam sobre o trabalho em saúde perguntamos: **O que você acha que deveria saber para trabalhar na área de saúde?**

Aluno 25 anos, (trabalho informal) - principalmente gostar de trabalhar com pessoas, se não gostar ta indo pelo lado errado, e depois procurar emprego nessa área.(Informação Oral)

Aluno 27 anos – desempregada- acho que você tem que gostar do que ta fazendo, porque trabalhar numa coisa que não se identifica, porque pra trabalhar com pessoas, ser humano, a gente tem que ter educação e ser organizada.(Informação Oral)

Como podemos observar na fala dos alunos, os aspectos das competências comportamentais são exaltados como de grande relevância para o trabalho em saúde, sem considerar de fato toda a especificidade que envolve o processo de trabalho em saúde.Para perceber como eles avaliaram a qualificação perguntamos: Vocês se sentem preparados para trabalhar na área de saúde?

Aluno 22 anos desempregada – Sou capaz porque antes eu já vinha me aperfeiçoando na área de saúde. (Informação Oral)

Aluno 19 anos desempregada – Acho que estamos bem preparados, “**estamos humano**”, saber se comportar, um bom profissional se comporta!

Aluno 20 anos, desempregado – Ainda não tenho capacidade, pois ainda tenho coisas pra aprender nessa área.(Informação Oral)

Na tentativa de fazer a relação entre teoria e prática perguntamos: O curso ofereceu aulas práticas em quantidade suficiente?

- **Não**. Responderam todos.

Desse modo, os alunos demonstram bastante expectativa em relação à qualificação e principalmente no que se refere ao contexto da saúde. No que se refere à formação para o trabalho em saúde podemos dizer que o Programa se preocupou em preparar o alunos para as subjetividades comportamentais tais como, a solidariedade, a educação no atendimento, e o acolhimento ao paciente. Como o programa oferece quatro qualificações em saúde com duração de seis meses, levando-se em conta que os dois primeiros meses são da chamada

¹⁹ Entrevista realizada com grupo focal de alunos do Programa Projovem Trabalhador no Município do Rio de Janeiro em 2010.

“qualificação social”, com aulas de informática, português e matemática (básicos), de fato sobra muito pouco para se aprofundar no contexto específico de cada qualificação em saúde. Portanto, a ênfase fica nas competências comportamentais subjetivas básicas para o mercado de trabalho de uma maneira geral.

A concepção abrangente da formação profissional para Catanni (apud PEREIRA e RAMOS, 2006, p.14), “compreende a formação como uma relação envolvendo todos os processos educativos”, que são os conhecimentos teóricos, técnicos, operacionais sejam eles “desenvolvidos nas escolas ou nas empresas”. Dito de outra forma, a formação profissional se constitui no desenvolvimento de todos os processos de conhecimento e não a eleição de um único conhecimento como essencial na formação para o trabalho sejam eles teóricos ou técnicos.

Podemos dizer que a formação se diferencia da qualificação, porque no sentido mais amplo a formação pretende a formação humana para emancipação, reflexão do mundo em que vive, transformando os sujeitos em cidadãos capazes de interpretar as condições histórico-culturais da sociedade em que vive de forma crítica e reflexiva, impondo autonomia às suas próprias ações e pensamentos, e não o adiestramento ou treinamentos para o mercado de trabalho. Neste sentido, formar para o mundo do trabalho é como diz Catanni:

Designar **todos os processos educativos** que permitam ao indivíduo adquirir e desenvolver conhecimentos teóricos, técnicos e operacionais relacionados à produção de bens e serviços, quer esses processos sejam desenvolvidos nas escolas ou nas empresas (...) A Formação Profissional é uma expressão recente, criada para designar processos históricos que digam respeito à capacitação para e no trabalho, portanto à relação permanente entre o trabalhador e o processo de trabalho (...) na ótica dos trabalhadores, a Formação Profissional assume um caráter associado às idéias de autonomia e de auto-valorização. Essa perspectiva contesta o sentido da educação ou da formação para o trabalho, bem como a política de integração do trabalhador nos projetos empresariais. Ela abre, ao mesmo tempo, um leque mais amplo de discussão, compreendido em temas como: Trabalho como Princípio Educativo e Formação Politécnica (CATANNI apud, PEREIRA2007, p. 160).

Concluimos que mesmo apresentando o conceito ampliado de saúde e o SUS (Sistema Único de Saúde), esses conceitos foram abordados de forma superficial, sem considerar todo contexto histórico que envolve não só a criação do SUS, a formação dos profissionais de saúde, como as discussões que fizeram surgir o conceito ampliado de saúde. Desse modo, a saúde passa a ser apenas um detalhe, enquanto o foco mesmo da qualificação é preparar o jovem para saber se comportar no mercado de trabalho.

5.3 A Avaliação dos alunos em relação ao curso, ao conteúdo, ao material didático, a metodologia adotada

O Programa Projovem Trabalhador utiliza apostilas que são um material didático denominado “guia de estudo para o aluno”, e “manual do educador”, onde são abordados de forma superficial temas e conceitos das quatro qualificações, além de fotos que demonstram para o aluno o ambiente de trabalho das quatro áreas, ou seja, laboratório, hospital, consultório médico, e farmácia.

Possibilitamos aos 58 alunos que estavam fazendo o curso a fazer uma avaliação do próprio curso, para tal perguntamos qual seria a opinião deles em relação ao conteúdo, aos temas abordados, ao material didático, a metodologia do ensino, a atuação dos professores e da instituição que ofereceu o curso. A primeira pergunta foi: Dos temas, conteúdos, matérias desenvolvidas no curso, o que você achou importante para sua vida profissional? Contribuiu para melhorar a postura profissional e sua apresentação pessoal? Para o trabalho em equipe, em grupo? Tem possibilitado aos alunos ter mais liderança, mais iniciativa? Aumentou sua compreensão sobre os direitos do trabalhador e do cidadão? E os alunos responderam:

Aluno 27 anos e desempregada – Eu gostei muito de saber sobre os remédios genéricos e similares, eu fui a várias farmácias para perguntar o que era e o que não era. (Informação Oral)

Aluno 19 anos desempregada – Eu também achei legal a aula sobre exames, os exames que a gente deve fazer junto, os exames que deve fazer na gravidez, várias coisas, eu achei muito interessante, porque às vezes o médico passa exames pra gente e a gente nem sabe porque tá fazendo aqueles exames. (Informação Oral)

Aluna 23 anos desempregada e cursando o 3º ano do ensino médio.- Eu achei que foi a que passou o modo de se comportar, modo de trabalhar, o que usar, até a entrevista porque você não pode ir para uma entrevista igual a uma árvore de natal, toda pintada e enfeitada. (Informação Oral)

Aluno 19 anos, desempregada.- É o modo de vestir, de se comportar e você vai trabalhar no hospital não pode ficar nervosa, em que manter sempre a calma e manter o controle de toda situação, por mais tensa que seja. (Informação Oral).

Aluna 27 anos, desempregada. – eu era muito tímida, agora falo com todas elas. (Informação Oral).

Aluna 18 anos, desempregada. – A gente aprendeu a trabalhar em grupo e a lidar com todo mundo, e cada um aprendeu a ser líder a sua maneira. (Informação Oral)

Perguntamos aos alunos: O que vocês aprenderam contribuiu para sua postura profissional?

Aluno 24 anos, **desempregado**. – Em parte, eu acho que agora nesse momento ninguém está qualificado para emprego não. (Informação Oral).

Aluna 19 anos, **desempregada**. – Eu discordo, acho que sim, porque logo que a gente iniciou o curso foi questionado sobre o mercado de trabalho, como a gente deve se comportar, e pelo menos eu aprendi bastante coisa, aprendi como se comportar no mercado de trabalho, numa entrevista, essa pare de cidadania, que foi a primeira parte que a gente aprendeu. (Informação Oral).

Aluna 28, anos **desempregada**. – Bom o conteúdo da apostila em si em não achei muito bom não, eu achei muito fraco, porém a professora Poe ser formada na párea

de saúde trouxe outros métodos para ajudar a gente a aprender mais.(Informação Oral).

Aluna 26 anos, desempregada. _ aprender a se comportar nós aprendemos, mais na parte específica da saúde eu acho que eles deixaram a desejar, poderia ser melhor se nós tivéssemos mais recursos e oportunidades de conhecer e visitar lugares como, hospitais, clínicas, eu acho que nos teríamos uma noção maior, na parte de como se comportar numa entrevista de emprego e sobre trabalho de equipe foi claro.E todos concordam. (Informação Oral).

Entrevistador: O curso ajudou a vocês a compreenderem o direito de vocês como cidadãos?

Aluna 27 anos, desempregada. _ Sim, com certeza, inclusive aplicamos contra eles mesmos, a gente acabou correndo a trás do que era nosso, eles colocaram uma ferramenta na nossa mão e usamos procurando nossos direitos.(Informação Oral).

Aluna 28 anos, desempregada.- O curso ajudou bastante a gente a conhecer nossos direitos como trabalhador, a procurar saber o que é certo e o que não é e onde procurar.O curso começou abordando a Constituição e os direitos e a gente aprendeu muito,quando a nossa bolsa atrasou muito eu corri atrás reivindiquei os nossos direitos, aplicamos no próprio curso.(Informação Oral).

Aluna 20 anos, desempregada.- até porque é muito importante, eu estou procurando trabalho de carteira assinada, e a gente tem que saber dos nossos direitos, porque se for mandado embora a gente tem que estar Poe dentro dos nossos direitos e dos nossos deveres. (Informação Oral).

Aluna 22 anos, desempregada. – À parte da ética e da moral, eu aprendi mais ainda, não sabia distingui ética de moral. (Informação Oral).

Aluna 19 anos, desempregada. – Eu nem sabia dos meus direitos e deveres, agora já tenho um bom conhecimento.(Informação Oral).²⁰

Indagamos aos alunos: O que vocês acharam do material didático?

Compreenderam bem o que estava no material?

Aluna 19 anos desempregada. – Achei muito importante, porque tudo que a gente aprendeu aqui no curso a gente tem o material para estudar em casa, tirar dúvidas, pesquisar e acrescentar a nossa iniciativa.(Informação Oral).

Aluna 19 anos técnica em patologia clínica, desempregada. - Nós recebemos 03 apostilas, a primeira veio com falha, a segunda de informática só açulou papel, porque não tinha computador para a gente aprender, não temos acesso ao computador, a terceira é de saúde.(Informação Oral).

Aluna 23 anos, desempregada. – Eu achei bom mas, poderia ter um conteúdo melhor né, com mais coisas, e a questão da prática não teve, acho que o conteúdo foi pouco, não teve conteúdo para os seis meses. (Informação Oral).

Aluna 21 anos, desempregada. – {...} porque tem coisas que só prática se aprende e a área de saúde é uma coisa delicada, a gente tem que estar pelo menos pronto na parte prática né? (Informação Oral).

Aluna 28 anos desempregada. – É aquilo, as vezes eu acho que a gene está aqui de “fantoche”, só pra dizer que a Prefeitura fez uma “juventude cidadã”, na verdade não é assim entendeu? Eles têm que fazer direito vamos prestar um curso? Vamos prestar um curso direito. É pela Prefeitura?É, então vamos fazer direito.Hoje se você perguntar se o povo ta feliz, sim vai dizer que está porque recebeu uma bolsa, é uma ajuda de custo entendeu?Muita gente aqui está desempregada, muita gente aqui está precisando trabalhar e prestamos seis meses de curso e parece que estão brincando com a gente, e eu falei por meus colegas que tenho até medo de receber o certificado, porque eles parecem que estão brincando com a gente entendeu?A Prefeitura abriu isso aqui pra dizer que tem um projeto e fica brincando.

Aluna 20 anos desempregada. –A apostila tava bem básica, simplificada, simplificada até demais. . (Informação Oral).

²⁰ Entrevista realizada com grupo focal de alunos em 2010.

E ainda: Como as aulas são desenvolvidas (só o professor fala; os alunos participam; há trabalho de grupo? Os professores trabalharam bem os conhecimentos, tiraram dúvidas dos alunos?)

Aluna 23 anos desempregada. A professora tira as dúvidas, ela procura tirar na hora, e os alunos tem interesse em aprender. Teve trabalho de grupo, pesquisa sobre medicação, pra foi muito importante aprender sobre medicação. Os alunos participavam muito. (Informação Oral).

Aluna 28 anos desempregada. – teve dinâmica de grupo, apresentações de trabalhos, até pouco tempo teve uma entrevista com plano de saúde, fui eu e mais uma colega para poder fazer entrevista com algumas pessoas do plano de saúde.

Aluna 28 anos desempregada. Se não fosse a professora trazendo dinâmicas e outros conteúdos o curso seria um mais fraco. (Informação Oral).

Aluna 21 anos desempregada. – Aprendi várias com os professores, os professores são ótimos. (Informação Oral).

Perguntamos aos alunos que nota os alunos dariam para os professores?

Aluna 19 anos – desempregada. - Cinco para as apostilas e dez para os professores! (Informação Oral).²¹

Aluna 25 anos – desempregada. – aula sete professores dez.

Aluno 23 anos desempregado. – professores estão de parabéns, mesmo quando a prefeitura não liberava dinheiro de passagem, a professora veio de bicicleta para dar aula. (Informação Oral).

Como ficou claro no discurso dos alunos, o material didático utilizado não aprofundou conteúdos o suficiente para dar conta do tema saúde em nenhuma das quatro qualificações, além de possibilitar aulas práticas e visitas aos ambientes de saúde onde poderiam atuar esses jovens profissionais, se é que podemos chamar de formação profissional uma qualificação que oferece ao aluno fotos ilustrativas de medicamentos, exames, protocolos de atendimento e os ambientes do trabalho em saúde.

As poucas visitas que foram feitas em algumas instituições de saúde pelos alunos, foram incentivadas pelos professores que na dinâmica da sala de aula de aula percebiam a ansiedade dos alunos e ainda com muita dificuldade procuram pequenas unidades de saúde para que todos pudessem visitar. Alguns alunos tinham consciência de que essa qualificação não os habilitaria para uma atuação segura no trabalho em saúde.

²¹ Entrevista realizada com grupo focal de alunos em 2010.

Além de preocupar em desenvolver nos alunos as competências básicas e necessária para o mercado de trabalho de uma maneira geral, outro conteúdo também nos chama a atenção que é a questão da cidadania, dos direitos dos cidadãos, outra coisa que pelo visto marcou bastante a aprendizagem desses jovens, como eles mesmo dizem: “ aprenderam sobre seus direitos”, esse é de fato o tema que envolve a questão da juventude nos tempos atuais, onde são destacados “o jovem como sujeito de direitos” como defende Abramo (1997,p.32) e o “sujeito social” de Dayrell (2003,43), ambos defendem uma juventude conhecedora dos seus direitos e com participação importante nas questões sociais.

Reconhecemos que a consciência dos direitos e da cidadania teve com resultado aquilo que os jovens estudantes disseram: “usamos contra eles mesmo” ou seja, eles entenderam seus direitos e foram atrás do que foi prometido a eles nesse Programa. Mas, ainda assim, uma boa parcela dos jovens consideravam essa qualificação como uma possibilidade de inserção no mercado trabalho. Para Deluiz (2011,p.04), “ dentre os direitos de cidadania estão o direito à educação de qualidade e ao trabalho decente”.

Desse modo, considerar o jovem como sujeitos de direitos é reconhecê-los como capazes de fazer uma análise crítica e reflexiva em relação às políticas a eles direcionadas e ouvir as propostas por eles apresentadas no sentido de procurar melhorar as ações e os programas direcionados para uma juventude que, muito embora seja vista como “vulnerável,” e esses jovens sabe que são, nem por isso deixam de reivindicar os seus direitos. Como

5.4 As mudanças que a qualificação gerou na vida profissional e sócio-política dos egressos do Programa Projovem Trabalhador

Passados seis meses após o término da qualificação profissional convidamos o universo de alunos (58) que frequentaram os cursos no arco ocupacional saúde no segundo semestre de 2010, de todos os pólos onde se realizaram estes cursos, para um encontro realizado em Junho de 2011, na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), da FIOCRUZ. Os alunos foram contatados por telefone e e-mails.

Quatorze alunos egressos, (24,13% do total de 58 alunos) compareceram ao encontro. Dos quarenta e quatro egressos que não compareceram, alguns responderam por telefone e e-mails que não poderiam comparecer por estar trabalhando, outros não demonstraram interesse em participar e também não informaram se estavam trabalhando.

Foram aplicados questionários semi-estruturados com perguntas fechadas e abertas e, em seguida, foi realizado um grupo focal com esses egressos. Nosso objetivo era saber quais as mudanças que a qualificação do Projovem Trabalhador gerou na vida profissional, social e política desses alunos. Foi perguntado ao grupo se o curso atendeu às suas expectativas e 100% responderam que não. Dos 14 egressos, 9 referiram-se à organização do curso, como falta de compromisso dos órgãos envolvidos (5), desorganização e problemas com a bolsa (100,00 reais) e a passagem (4). Dois egressos disseram que faltou aulas práticas, 1 egresso disse que a área de saúde não foi aprofundada, 1 egresso reclamou que faltou encaminhamento para o mercado de trabalho, e 1 egresso respondeu que esperava professores mais qualificados.

Em relação à dimensão educacional, perguntamos aos jovens se eles acharam que a qualificação oferecida foi adequada e podemos observar a diversidade de respostas relacionadas também aos diversos problemas que ocorreram durante o curso. Oito egressos responderam que a qualificação profissional não foi adequada alegando que: faltou aula prática (2 egressos), não conseguiu trabalho com a qualificação (1 egresso), o ensino foi superficial (1), falta de material, ou seja, não foi passado todo conhecimento possível (1), problemas gerado pela ONG (1), faltou qualificação dos professores (1). Seis egressos consideraram a qualificação profissional recebida adequada, mas nenhum deles apontou justificativas.

Perguntamos aos alunos se tiveram aulas teóricas e práticas suficientes para exercer as ocupações oferecidas no curso, a maioria dos egressos, 13 entre os 14 respondentes, reconhece que não foi oferecido conhecimento teórico e prático suficiente para disputar o

mercado de trabalho em saúde, apenas 1 acredita que sim, recebeu conhecimento suficiente para atuar na área de saúde. O que causa mais estranhamento ainda é pensar que ainda há alunos que vão procurar emprego no mercado de trabalho acreditando que são profissionais de saúde.

No momento seguinte, perguntamos se os egressos estão utilizando os conhecimentos recebidos no curso. Oito egressos responderam que sim, estão utilizando no seu dia-dia (3), que os conhecimentos abriram a mente na questão da ética e moral (2), e que estão usando os conhecimentos em farmácias e hospitais públicos, como usuários (1). Os 6 egressos que responderam não, alegam que: faltou oportunidade (1), não está trabalhando, não está exercendo a função (3), e que os conhecimentos aplicados não tinham a ver com suas expectativas (1) e que “apagou da memória” os conhecimentos pelos problemas enfrentados (1).

Nosso interesse era perceber até que ponto o curso motivou os alunos a dar continuidade aos estudos. Constatamos que todos os egressos responderam sim, que pretendem dar continuidade aos estudos. Sete egressos querem fazer cursos, sendo que 3 apontaram que estes cursos seriam na área de saúde. Seis pretendem fazer faculdade e um mencionou querer se preparar para concursos públicos.

Entretanto, após o Projovem Trabalhador, dos 14 egressos, apenas 3 fizeram outros cursos de qualificação profissional na área da saúde, em radiologia e auxiliar de consultório dentário, e fora da área, no curso de bombeiro civil.

É evidente que os alunos que de fato querem a área de saúde, sentiram a necessidade de buscar os conhecimentos e práticas que não foram oferecidas no curso, eles sabem que precisam de mais conteúdos que não foram abordados. Eles parecem dispostos a buscar esses conhecimentos quer seja em cursos técnicos na área de saúde ou no nível superior, mas dizem que para chegar à faculdade precisam antes ter um emprego que garanta a continuidade dos estudos. Afinal, esses jovens foram buscar na qualificação uma formação que lhes permitisse um lugar no mercado de trabalho, uma qualificação que de fato qualificasse profissionais e não só ensinasse como se comportar no mercado de trabalho.

Esses jovens querem estudar sim e sabem que isso é importante no seu futuro profissional, são jovens cujas famílias não têm condições de sustentá-los na universidade, muito pelo contrário, precisam de sua contribuição na renda mensal familiar. Assim sendo, procuramos abordar as questões de emprego, trabalho e renda, e perguntamos aos jovens se eles procuraram trabalho após o curso, e 11 egressos responderam que sim, enquanto apenas 3 disseram que não.

Então fizemos a seguinte pergunta: Você conseguiu trabalho após o curso? E constatamos que 10 egressos responderam que não conseguiram, e apenas 3 conseguiram, mas apenas 1 na área de saúde. Os 2 egressos que conseguiram trabalho nesta área atribuíram este fato ao conteúdo do curso na saúde, na cidadania, ética e montagem de currículo. Dos 14 egressos 1 não respondeu à questão. Mesmo depois da “qualificação em quatro profissões vamos ter mais chances no mercado de trabalho” como disse o aluno no início dessa investigação.

Os jovens também responderam se foram informados sobre a situação do mercado de trabalho e se esse tema foi discutido em sala de aula. Doze responderam sim e destacaram aspectos como a postura profissional, como se comportar na entrevista e os direitos e deveres do trabalhador. Segundo a maioria dos alunos, essas foram as informações sobre o mercado de trabalho, além da promessa de que todos seriam encaminhados para possíveis empregos, o que não aconteceu. Do total de egressos 2 responderam que o curso não deu nenhuma informação sobre o mercado de trabalho.

A situação atual de trabalho dos egressos revela que dos 14 concluintes 9 estão desempregados, sendo que destes, 2 conseguiram emprego logo após o curso mas hoje estão desempregados. Dois egressos estão trabalhando, um com carteira assinada, na área de saúde, e um sem carteira assinada, em outra área. Três egressos não procuram trabalho, pois 2 fazem cursos e 1 não se sente preparado para procurar.

Tendo em vista que esses jovens estavam procurando trabalho e não encontravam, procuramos saber se conseguiram alguma renda após o curso. Constatamos mais uma vez que dos 14 egressos, 8 não têm nenhuma renda e 6 estão no trabalho informal, sem vínculo empregatício, porque precisam contribuir com a renda familiar. O que chama atenção nessa investigação é que são jovens que participaram de um curso de capacitação para o mercado de trabalho e não se encontram qualificados o suficiente para fazer a diferença no mercado. Os 6 que disseram ter alguma renda, fazem o chamado “bico” nas mais diversas áreas, como trabalho doméstico, manicure, artesão ou ajudante do lar, totalmente fora do setor saúde.

Segundo consta no Termo de Referência do Programa Projovem Trabalhador 30% dos alunos seriam encaminhados para o mercado de trabalho. Como os alunos geralmente faziam parte do mesmo bairro ou eram parentes, como primos ou vizinhos, ficamos sabendo que alguns estavam trabalhando, ou seja, estavam no mercado de trabalho informal de forma precarizada, como já foi anteriormente dito nessa pesquisa e como aparece na pesquisa de Corrochano em 2008.

Muito embora os alunos tenham demonstrado que suas expectativas não foram atendidas, porque o curso não ofereceu qualificação que de fato preparasse para o mercado de trabalho, 7 egressos responderam que indicariam o curso para outras pessoas, enquanto os outros 7 disseram que não indicariam, demonstrando que a metade dos alunos que indicam são aqueles que acreditam que o curso ensinou muito sobre cidadania, onde os alunos aprenderam sobre seus direitos como cidadãos e também aprenderam a se comportar no ambiente de trabalho e nas entrevistas para emprego. Aqueles que responderam que não indicariam, são os que têm uma visão mais crítica e que sabem muito bem que para trabalhar em qualquer área, principalmente na saúde é preciso muito mais que o conhecimento dos seus direitos como cidadãos e regras de bom comportamento. É preciso entender que o trabalho em saúde não pode ser “banalizado” ou “naturalizado”, quer seja como ocupação ou profissão.

Considerações finais

A presente pesquisa teve como objetivo analisar a concepção de saúde e a qualificação em saúde desenvolvida no Programa Projovem Trabalhador e suas implicações na vida profissional, sócio- econômica e política a partir da percepção dos alunos e egressos. Desse modo, no primeiro momento foi preciso retomar o contexto histórico de redemocratização do Estado, suas relações e seus desdobramentos nas políticas educacionais e sociais a partir dos anos de 1990.

Foram as mudanças iniciadas nos anos de 1970 pela crise do capitalismo que impulsionaram as transformações econômicas, políticas, sociais e a reestruturação da reforma do Estado no Brasil dos anos de 1990. Essa nova reconfiguração de base neoliberal leva o Estado a assumir parcerias onde a sociedade passa a executar ações que antes era responsabilidade do Estado, e ele agora exerce o papel de gestor das ações contratadas. Esse contexto histórico atinge as políticas educacionais, sociais e o mercado de trabalho que passa a ser mais competitivo e exigente.

Com o discurso da “justiça social” o Estado em parceria com a sociedade civil começa a executar ações voltadas para os menos favorecidos. Dentro dessas ações sociais, o jovem menos favorecido e excluído do mercado de trabalho passa a ser o foco das ações. A Política para juventude surge neste contexto buscando garantir aos jovens menos favorecidos os direitos antes negados, no que se refere a trabalho, educação, e direitos como cidadãos.

O Programa Projovem Trabalhador foi criado como uma política para atender às necessidades desses jovens a uma qualificação de qualidade que possibilitasse sua inserção no mercado de trabalho formal com todos os direitos que têm.

Porém, o que encontramos durante a pesquisa foram várias relações entre os órgãos oficiais, ONGs e instâncias religiosas oferecendo cursos voltados para saúde de uma forma totalmente desqualificada e aligeirada que nos leva a perguntar de que qualificações em saúde estão falando e para que mercado de trabalho?

Não tem como não se fazer esse questionamento, quando nos deparamos com cursos de atendente de farmácia, atendente de laboratório, de hospital e de consultório dentário oferecidos em seis meses, e pensar que esses jovens acreditavam que sairiam qualificados como profissionais de saúde nas quatro ocupações em seis meses.

Não podemos deixar de reconhecer o lado positivo da Política que é preocupação em olhar em olhar para juventude e suas necessidades procurando reconhecê-los, como alguns autores denominam, “sujeitos de direitos”, esse é de fato um grande ganho para os jovens. Mas, não terá essa juventude o direito a ter uma formação de qualidade?

O programa Projovem Trabalhador não apresenta um currículo desenhado no papel, mas a análise do seu material didático demonstra que tipo de profissional deve ser formado. O material didático é composto por apostilas onde são demonstrados os ambientes de saúde como: laboratórios, farmácias, consultórios e recepção hospitalar. E são claras as orientações que ensinam os alunos a como se comportar no ambiente de trabalho nesses setores. Tais orientações demonstram uma preocupação com as atividades comportamentais necessárias ao saber-fazer de cada área e não ao conhecimento científico e tecnológico exigido nas respectivas ocupações. O currículo em ação aqui demonstra ser de base funcionalista que investe no saber-fazer, na realização de tarefas para alcançar resultados previstos. Ao mesmo tempo em que as competências apresentam-se como de bases gerais e comportamentais voltadas para as atividades profissionais de uma forma geral, não considerando nenhuma especificidade da saúde.

Apesar das ocupações serem consideradas como qualificações da saúde, não parece haver a preocupação com o particular e o específico do trabalho em saúde, haja vista, que os cursos não oferecem estágio, o que reforça mais ainda aquilo que já é o grande desafio das formações em saúde, a fragmentação entre a teoria e prática.

O tema bastante abordado pelo programa é a construção da cidadania para juventude, como demonstram os materiais de aula, cidadania entendida como a conscientização dos direitos sociais e da participação crítica dos jovens nos meios sociais e na luta pelos seus direitos, o que se torna contraditório para a proposta de qualificação para o trabalho que deixa a desejar na própria construção de um currículo de formação profissional fragmentado. Entendemos que uma educação de qualidade é direito de todos, e quando uma proposta governamental se propõe a desenvolver nos jovens a consciência crítica sobre seus direitos e deveres, ela está agindo de forma contraditória em relação ao tipo de qualificação para inserção no mercado de trabalho que oferece. Essa consciência crítica é que irá possibilitar aos alunos o reconhecimento da educação que tem direito e a que está recebendo, podendo então cobrar das autoridades responsáveis o que de fato foi prometido.

É evidente que uma proposta para qualificar de forma aligeirada jovens para atender às demandas do mercado, não pretende realizar uma formação que desenvolva as dimensões científico-tecnológica, as dimensões ético-políticas, sócio-históricas, ambientais, culturais e relacionais do trabalho.

Porém na contramão do processo, ao mesmo tempo em que desperta nos alunos a consciência dos seus direitos enquanto cidadão, possibilita aos mesmos o posicionamento

crítico diante de uma qualificação oferecida de forma totalmente contraditória em relação à proposta apresentada pelos órgãos governamentais.

Seria esse o caminho para se repensar não só o Programa Projovem Trabalhador, mas a formação do mesmo para uma área tão específica como é a saúde? Seria essa consciência crítica que possibilitaria aos sujeitos (alunos) despertados do sonho de serem profissionais da saúde os primeiros passos para se caminhar rumo à matriz emancipatória, que acredita no posicionamento ético-político como um processo de reflexão e investigação dos trabalhadores para entender as relações que envolvem o processo de trabalho e lutar por um projeto de educação profissional de qualidade a que têm direito? E porque não tornar o Projovem trabalhador em formação técnica de nível médio de qualidade, tendo em vista os recursos utilizados na realização do mesmo?

Esse trabalho não esgota suas discussões aqui, o objetivo foi caminhar por dentro do programa para entendê-lo e não pretendemos aqui criticar as ações que tenham como objetivo ajudar na inserção no mercado de trabalho. Defendemos sim, que a saúde não pode ser banalizada, independente da ocupação, o processo de trabalho em saúde envolve vários sujeitos, especificidades e um saber agir imediato e preciso, que vai muito além das apresentações de fotos dos ambientes de saúde.

Acreditamos que para se continuar caminhando na direção de qualificar os jovens para o mercado de trabalho, é preciso criar qualificações que ofereçam todos os conhecimentos necessários para que o aluno possa desempenhar suas funções com total domínio dos conhecimentos adquiridos num tempo que lhes permita de fato se apropriar do mesmo.

E, finalmente, concluímos deixando várias indagações para aqueles que se interessem em dar continuidade a essas discussões. Existem alternativas para o Programa Projovem Trabalhador? Essas são as propostas de reflexões para os responsáveis pela organização curricular do programa, para quem participou do programa, para aqueles que defendem e até mesmo para quem critica o programa.

REFERÊNCIAS

ACANDA, J.L. **Sociedade civil e hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

ANDRADE, Eliane Ribeiro; ESTEVES, Luis Carlos Gil; OLIVEIRA, Edna Castro de. Composição social e percursos escolares dos sujeitos do Projovem: novos/velhos desafios para o campo da educação de jovens e adultos. **Em Aberto**, Brasília, v.22, n.82, p. 73-89, 2009. Disponível em: < <http://www.rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/1579/1271>>. Acesso em: 19 abr.2011.

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Carta dos direitos dos usuários da saúde. Brasília, 2006.

ABRAMO, H. W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n.5-6, p.25-36, 1997. Disponível em: http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/rbde05_6/rbde05_6_05_helena_wendel_abramo.pdf. Acesso Março 2011.

ABRAMOVAY, M. e CASTRO, M.G. Por um novo paradigma do fazer políticas de, para, com juventudes. **Revista Brasileira de Estudos da População**, São Paulo, v. 19. p. 143-176, 2002. Disponível em : http://www.miriamabramovay.com/site/index.php?option=com_content&view=section&layout=blog&id=6&Itemid=3. Acesso: Março 2011.

BANCO MUNDIAL. **Relatório Anual de 2010. Ano em perspectiva**. Disponível em <http://www.bancomundial.org/relatorioanual2010> . Acesso em 14 mar 2011.

----- **Relatório O Desenvolvimento e a Próxima Geração. 2007**. Disponível em <http://siteresources.worldbank.org/INTWDR2007/Resources/1489782-158107976655/overview-po.pdf>. Acesso: Março 2011.

BATISTELLA, Carlos. Abordagens contemporâneas do conceito de saúde. In **O território e o processo saúde-doença**. FONSECA, Angélica (Org.). Rio de Janeiro: Escola Politécnica Joaquim Venâncio - Fiocruz, 2007.p.51.

BRASIL. Ministério da Saúde. Carta dos direitos dos usuários da saúde. Brasília, 2006.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Ministério da Educação Ministério do Trabalho e Emprego. Projeto do programa Projovem. Maio. 2006. Disponível em: www.projetojuventude.org.br. Acesso: Novembro 2011.

BRASIL. SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Reflexões sobre a Política Nacional de Juventude 2003 – 2010. Secretaria Nacional da Juventude. Conselho Nacional de Juventude. Março 2011. Disponível em: <http://www.juventude.gov.br/conferencia/documentos/materiais-de-apoio/reflexoes-sobre-a-politica-nacional-de-juventude>. Acesso: Setembro 2011.

CANAVARRO, A, M.. Considerações sobre o enfoque epistemológico do materialismo histórico-dialético na pesquisa educacional. **Revista Ibero-americana de Educación / Revista Ibero-americana de Educação**. Setembro, 2009. Disponível em: <http://www.rioei.org/deloslectores/3024Benite.pdf> Acesso em 21 jun. 2010.

CAMARANO, Ana, A. et al. Um olhar demográfico sobre os jovens brasileiros. Juventude e Políticas Sociais no Brasil. Brasília. **IPEA**, 2009. Disponível em : http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/Livro_JuventudePoliticass.pdf. Acesso: Outubro 2011.

CORBUCI, Paulo Roberto et al. Situação educacional dos jovens Brasileiros. IPEA. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/pdf/20100119JUVENTUDE.pdf>.

CASTRO, Jorge Abrahão, AQUINO, Luseni (Orgs.). Juventude e Políticas Sociais no Brasil: Texto para Discussão n. 1335. Brasília: **IPEA**, Abr.2008 Disponível em: http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1335.pdf. Acesso em: 21 mar. 2010.

CASTRO, J. A. Aquino, Luseni, M. Andrade, Carla, C. **Juventude e Políticas Sócios no Brasil**. Brasília. **IPEA**, 2009. Disponível: http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/Livro_JuventudePoliticass.pdf. Acesso: Setembro 2011.

COUTINHO, C.N. e TEIXEIRA, A.P. **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira, 2003.

COUTINHO, C.N. **Gramsci**: Um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro 3ed. Editora Civilização Brasileira, 2007.

CONSELHO NACIONAL A JUVENTUDE: Diretrizes e Perspectivas. 2006. Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05611.pdf>. Acesso em 28 mar 2011.

CORROCHANO M. C. et al. **Jovens e trabalho no Brasil**: desigualdades e desafios para as políticas Públicas. São Paulo: **Ação Educativa**. Instituto IBI, 2008. Disponível em: http://www.acaoeducativa.org.br/portal/components/com_booklibrary/ebooks/JOVENS%20e%20TRABALHO%20NO%20BRASIL.pdf. Acesso em 21 mar.2010.

CORBUCI, Paulo Roberto et al. Situação educacional dos jovens Brasileiros. **IPEA**. Brasília, 2009.

-----, e SPOSITO, M. A Face oculta da transferência de renda para os jovens no Brasil. **Revista Tempo Social**. Revista de Sociologia da USP. V 17, n 2, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v17n2/a07v17n2.pdf> Acesso em 10 fev. 2011.

DIEESE. **Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda 2010/2011**: juventude. 3. ed. / Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. São Paulo: DIEESE, 2011.

DAYRELL, J. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**. n. 24. Set /Out /Nov /Dez 2003 No 24. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a04.pdf> Acesso em 14 mar.2011.

-----, Escola “Faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1105-1128, out. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2228100.pdf>. Acesso em 23 abr. 2011.

DECLARAÇÃO DO MILÊNIO. Disponível em: <http://www.unric.org/html/portuguese/uninfo/DecdoMil.pdf>. Acesso: Março 2011.

DELUIZ, Neise. O modelo das competências profissionais no mundo do trabalho e na educação: implicações para o currículo. **Boletim Técnico do Senac**, v.27, nº 3, set/dez, 2001a. Disponível em < <http://www.senac.br/BTS/273/boltec273b.htm>>. Acesso em 18 out.2011.

DELUIZ, Neise. **Formação do trabalhador: produtividade e cidadania**. Rio de Janeiro: Ed. Shape, 1995.

DELUIZ, Neise. Sociedade Civil e as Políticas de Educação de Jovens e Adultos: atuação das ONGs no Rio de Janeiro. **Relatório Final de Pesquisa**. Sociedade Civil e as políticas de Educação de Jovens e Adultos: A Atuação das ONGs no Rio de Janeiro : CNPq, 2009.

-----, Qualificação, competências e certificação: visão do mundo do trabalho. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão de Investimentos em Saúde. **Revista Formação**, n 2 p. 7. Maio 2001. Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/php/level.php?lang=pt&component=44&item=100>. Acesso em 2 maio 2011.

-----, **Projeto de Pesquisa: Juventude, Trabalho, Saúde e Educação Profissional em Saúde: o Projovem Trabalhador no Rio de Janeiro** CNPq Escola Politécnica Joaquim Venâncio. 2010. Fiocruz.

-----, Projovem trabalhador: avanço ou continuidade nas políticas de qualificação Profissional?. **Boletim Técnico do Senac**. Rio de Janeiro, v.36, n 2, Maio/Ago. 2010.

-----, GONZALEZ, Wânia, PINHEIRO, Beatriz M.A.A. ONGs e políticas públicas de educação profissional: propostas para a educação dos trabalhadores. **Boletim Técnico do Senac**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 29-41, 2003. Disponível em : <http://www.senac.br/BTS/292/boltec292d.htm>. Acesso em 20 mar. 2011.

DUARTE, M. R. (Org.) **Palavra de jovens sobre o Projovem**: estudos com egressos e a formação de pesquisadores em avaliação de programas educacionais. Belo Horizonte 2009.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ 2010.

FIDÉLIS, C; FALLEIROS, Ialê (Orgs.) **Na corda bamba de sombrinha** : a saúde no fio da história/ Carlos – Rio de Janeiro: Escola Politécnica Joaquim Venâncio. Fiocruz, 2010.

GRAMSCI, A. **Caderno do Cárcere**. volume 2. Tradução, Carlos Nelson Coutinho. Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2004.

GRAMSCI, A. **Caderno do Cárcere** volume 3. Tradução, Carlos Nelson Coutinho. Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro 2007.

GRAMSCI, A. **Caderno do Cárcere** volume 4. Tradução, Carlos Nelson Coutinho. Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro 2001.

GRAMSCI, A. **Caderno do Cárcere volume 1**. Tradução, Carlos Nelson Coutinho. Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro 2006.

GONZALEZ. Roberto. POLÍTICAS DE EMPREGO PARA JOVENS: ENTRAR NO MERCADO DE TRABALHO É A SAÍDA?. Políticas para Juventude no Brasil. **IPEA**. Brasília 2009.

HARVEY D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre a modernidade, São Paulo:Ed.Loyola,192.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **BOLETIM DE POLÍTICAS SOCIAIS** - acompanhamento e análise. n 18, 2010 .Disponível em:
http://www.ipea.gov.br/082/08201012.jsp?ttCD_CHAVE=6&btBuscar=Buscar.
Acesso: Outubro 2011.

IBGE/PNAD - **Síntese de Indicadores Sociais 2010**. Disponível em:
http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1717&id_pagina=. Acesso em 23 maio 2011.

IBGE/PNAD- **Síntese de Indicadores Sociais 2009**. Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/default.shtm>
Acesso em 4 maio 2011.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Políticas Sociais: Acompanhamento e Análise**. Brasília: IPEA Disponível em:
http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/politicas_sociais/bps_18_completo.pdf
Acesso em 21 abril 2011.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra ,1969.

LIMA, Julio César França. **Política de Saúde e Formação Profissional dos Trabalhadores Técnicos de Enfermagem**.- Tese de Doutorado. Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010.

MELO, Marcelo Paula de; FALLEIROS, Ialê. Reforma da aparelhagem estatal: novas estratégias de legitimação social. In: NEVES, Lúcia M. W. (Org.). **A nova pedagogia da**

hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005. p. 175-192.

MONTAÑO,C. **Terceiro setor e a questão social:**Crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.

MINAYO,M.C. **O desafio do conhecimento:**pesquisa qualitativa em saúde. 11ª Edição. São Paulo: Editora Hucitec. 2008.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Termo de Referência Projovem Trabalhador. n. 991. Disponível em : www.mte.gov.br/2008. Acesso em 23 maio 2011.

NOGUEIRA, Marco.A. As três concepções de sociedade civil, o Estado à politização. In: COUTINHO, C.N. e TEIXEIRA, A.P **Ler Gramsci, entender a realidade.** Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira, 2003. p. 215- 233.

NEVES, L. e PRONKO, M. A Atualidade das idéias de Nicos Poulantzas no Entendimento das políticas Sociais no Século XXI. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate,** Londrina, v. 1, n. 2, p. 97-111, jan, 2010.

NEVES, L. (Org.). **A Direita para o social e esquerda para o capital.**_São Paulo-Xamã 2010.

ONU. Organização das Nações Unidas –**Declaração do Milênio** 2000. Disponível em: <http://www.unric.org/html/portuguese/uninfo/DecdoMil.pdf>. Acesso em 2 mar. 2011.

OIT. **A OIT e o emprego de jovens.** Disponível em:

http://www.oitbrasil.org.br/prgatv/prg_esp/emp_form_jov.phpAcesso Março 2011.

OIT.**Tendências Globais de Emprego para juventude.** Disponível em:

http://www.oit.org.br/info/download/yen_leaflet.pdf. Acesso em 20 maio 2011.

OIT. **Trabalho decente para os jovens. Disponível em:**

<http://www.oitbrasil.org.br/content/trabalho-decente-para-jovens>.

Acesso em 20 Março 2011.

OIT. Os Jovens são a solução. O Problema é o Desemprego. 2005. Disponível em

http://www.oitbrasil.org.br/info/download/yen_leaflet.pdf .Acesso em 21 maio 2011.

POCHMANN, Márcio. CASTRO Abraão, Jorge. **Juventude e políticas sociais.** Jornal Valor Econômico. 15 de maio de 2008. São Paulo. Disponível em:

[http://www.boitempo.com/publicacoes_imprensa.php?isbn=978-85-7559-111-](http://www.boitempo.com/publicacoes_imprensa.php?isbn=978-85-7559-111-6&veiculo=Valor%20Econ%C3%B4mico)

[6&veiculo=Valor Econômico](http://www.boitempo.com/publicacoes_imprensa.php?isbn=978-85-7559-111-6&veiculo=Valor%20Econ%C3%B4mico).Acesso em 2 maio 2011.

POCHMANN, Márcio, CASTRO, Abrahão, Jorge. **Juventude e políticas sociais.**Diretoria de Ensino.IPEA. Maio, 2008. Disponível em:

http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1335.pdf. Acesso em 3 abr. 2011

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro. Editora Graal. 1980.

PEREIRA, Isabel.B. Políticas de saúde e a formação do trabalhador. In: **Textos de apoio em políticas de saúde**. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (org.). Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora .FIOCRUZ, 2005., p. 117.

PEREIRA, Isabel, Brasil. **O processo histórico do trabalho em saúde**. Organizado por Angélica Ferreira Fonseca e Anakeila de Barros Stauffer. Rio de Janeiro: EPSJV.Fiocruz, 2007.

RAMOS, M. **Trabalho, Educação e Correntes Pedagógicas no Brasil**: um estudo a partir da formação dos trabalhadores técnicos da saúde. Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ 2010.

RIBEIRO, Eliane, A., ESTEVES, Luiz, C. G., OLIVEIRA, Edna C. **Composição social e percursos escolares dos sujeitos do ProJovem**: novos/velhos desafios para o campo da educação de jovens e adultos. **Em Aberto**, Brasília, v. 22, n. 82, p. 73-89, nov. 2009. Disponível em: http://www.oei.es/pdf2/em_aberto82.pdf Acesso em 3 maio 2011.

RIBEIRO, José, A. C. Política social e desenvolvimento. In: **Políticas Sociais: acompanhamento e análise**. Brasília: IPEA 2011. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/politicas_sociais/bps_18_completo.pdf. Acesso 2 abr. 2011.

SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Reflexões sobre a Política Nacional de Juventude 2003 – 2010. Secretaria Nacional da Juventude. Conselho Nacional de Juventude. Março 2011. Disponível em: <http://www.juventude.gov.br/conferencia/documentos/materiais-de-apoio/reflexoes-sobre-a-politica-nacional-de-juventude>. Acesso: Setembro 2011.

SILVA, E. R.A; ANDRADE, C.C. A Política Nacional de Juventude: avanços e dificuldades. IN: CASTRO, J.A.; AQUINO, L.M.O.(Orgs.). **Juventude e Políticas Sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/Livro_JuventudePolíticas.pdf Acesso em 21 abril 2011.

SPOSITO, Marília, P. CARRANO, Paulo, C. R. **Juventude e políticas no Brasil. In: Juventude e Contemporaneidade**. Brasília: UNESCO, MEC, ANPED. 2007. (Coleção educação para todos) p.179. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001545/154569por.pdf>. Acesso em 3 abril 2011.

-----, Marília P. e CORROCHANO, Maria C.. A face oculta da transferência de renda para jovens no Brasil. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 17, n 2, nov. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v17n2/a07v17n2.pdf>. Acesso em 3 fev. 2011.

-----,Marília P.SILVA, HAMILTON, H. C.,SOUZA,NILSON. A. Juventude e poder local: um balanço de iniciativas voltadas para jovens em municípios de regiões metropolitanas.**Revista Brasileira de Educação**, v.11, n3 maio/ago.2006.
Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a03.pdf> Acesso em 23 abr. 2011.

-----, Marília Pontes (Coord.). **O estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira**: Educação, Ciências Sociais e Serviço Social (1999-2006). Vol. 1. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009. Disponível em:
<http://www.uff.br/observatoriojovem/sites/default/files/documentos/EstadoArte-Vol-1-LivroVirtual.pdf>. Acesso: em março. 2010.

-----, Marília Pontes (Coord.). **O estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira**: Educação, Ciências Sociais e Serviço Social (1999-2006). Vol. 2. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.Disponível em:
<http://www.uff.br/observatoriojovem/sites/default/files/documentos/EstadoArte-Vol-2-LivroVirtual.pdf>.Acesso em Março.2010.

VIEIRA,Mônica. Recursos humanos em saúde.In: LIMA, Júlio, C.F. PEREIRA, Isabel,P (Orgs.) **Dicionário de educação profissional em saúde**. LIMA, Júlio, C.F. PEREIRA, Isabel,P.Rio de Janeiro: EPSJV, 2009.

APÊNDICE A

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS ALUNOS

Ficha individual

- Sexo
- Idade
- Onde você **mora**? (perto/ longe do local do curso?)
- Frequenta **escola**?
- Qual o **grau de instrução**?
- Mora com quem? Você é **chefe de família**?
- Renda familiar
- Você **contribui** com a renda da sua família?
- Qual a sua **situação de trabalho** no momento? (está trabalhando; não está trabalhando, mas procura trabalho; não está trabalhando nem procura trabalho)
- Se **você trabalha**, o que você faz?
- Neste trabalho você tem carteira assinada? (sem carteira; conta próprio/autônomo; biscateiro/trabalhador eventual; trabalha em negócio familiar sem remuneração; outro (qual?))
- Se **você não está trabalhando**, é desempregado e recebe/não recebe seguro desemprego? É candidato ao primeiro emprego? É estudante? Outro (qual?)
- Nos últimos três anos você **fez algum curso** de qualificação profissional?
- Em que **área**?
- **Onde?** Em que **Programa**?
- Como você ficou sabendo do curso **na área da Saúde**?
- **O que você fazia** na ocasião?

APÊNDICE B

GRUPO FOCAL COM OS ALUNOS

ANTES DO CURSO

- a) O que o **motivou** para fazer o curso **na área da Saúde**?
- b) O que você **espera** deste curso?

SOBRE O CURSO

- a) Dos temas, conteúdos, matérias desenvolvidos no curso, o que você achou **importante para sua vida profissional?** (**contribui para melhorar a postura profissional** e sua apresentação pessoal? Para o **trabalho em equipe**, em grupo? tem possibilitado aos alunos ter mais **liderança, mais iniciativa?** aumentar sua compreensão sobre os **direitos do trabalhador e do cidadão?**)
- b) O que **você achou** do material didático (apostilas, textos, livros, vídeos) ? **Compreende bem** o que está neste material?
- c) Como as **aulas são desenvolvidas** (só o professor fala; os alunos participam; há trabalho de grupo? Os professores trabalham bem os conhecimentos, tiram as dúvidas dos alunos?)
- d) Você está **conseguindo compreender** o que está sendo ensinado? Você se considera **capaz de colocar em prática** o que foi ensinado?
- e) O curso **oferece aulas práticas** em quantidade suficiente?
- f) Como é o **relacionamento do professor** com os alunos na sala de aula (eles consideram o que alunos falam? Tratam os alunos com respeito e consideração? Demonstram interesse pela aprendizagem do aluno?)
- g) Como é o **relacionamento entre os alunos?**
- h) Você está recebendo **informações sobre o mercado de trabalho** e como procurar emprego?
- i) Quais os **aspectos positivos** do curso?
- j) Na sua opinião o que deve ser feito para **melhorar o curso?**

SOBRE A ÁREA DE SAÚDE

- a) O que você acha que **deveria saber** para trabalhar **na área de saúde?**
- b) De tudo o que você **aprendeu o que realmente importante ficou na sua cabeça** e chamou sua atenção? E sobre os **temas da área de saúde?**

APÓS O CURSO

- a) **Com o que aprendeu vai ser mais fácil** conseguir emprego? **Por que?**
- b) De que forma **este curso pode ajudar** no seu desenvolvimento pessoal? Familiar? Social?
- c) **O que você espera para o futuro**, a partir da conclusão do curso.
- d) Que **outros cursos** deveriam ser oferecidos nesta área de saúde?
- e) Você quer falar mais alguma coisa?

ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO COM EGRESSOS

Nome:**Idade:****Local onde fez o curso****E-mail****Endereço****Telefone para contato****DIMENSÃO EDUCACIONAL**

Formação profissional e ampliação da escolaridade

1. Você concluiu o curso?
 SIM
 NÃO. Por que? _____
2. O curso foi o que você imaginava? Atendeu às expectativas?
 SIM
 NÃO. Por que? _____
3. Você acha que a formação profissional recebida foi adequada?
 SIM
 NÃO. Por que? _____
4. Você teve aulas teóricas e práticas suficientes para exercer sua ocupação?
 SIM
 NÃO.
5. Você está utilizando os conhecimentos recebidos no curso?
 SIM
 NÃO. Onde? _____
6. Você pretende dar continuidade aos estudos?
 SIM. Como? _____
 NÃO. Por que? _____
8. Você indicaria este curso a outros jovens?
 SIM
 NÃO.
9. Cite 3 pontos positivos do curso?
10. Cite os 3 maiores problemas do curso?
- 11.

DIMENSÃO ECONÔMICA

Emprego/Trabalho e Renda

1. Logo após o curso você procurou trabalho?
 SIM

- () NÃO. Por que? _____
2. O trabalho estava relacionado ao curso?
 () SIM
 () NÃO.
3. Qual a sua situação de trabalho hoje:
 () empregado () com carteira () sem carteira
 () na área de saúde () outra área .Qual? _____
- () conseguiu emprego logo após o curso mas está desempregado
- () desempregado, buscando mas não conseguindo emprego
- () não procura emprego. () Voltou a estudar? O que? _____
4. Você acha que conseguiu emprego por causa do curso?
 () SIM
 () NÃO. Por que não? _____
5. Este é seu primeiro emprego?
 () SIM
 () NÃO.
6. Você conseguiu renda após o curso?
 () SIM. Em que? _____
 () NÃO.
7. O que você aprendeu na área de saúde está sendo utilizado?
 () SIM
 () NÃO. Por que não?
8. O curso possibilitou maiores informações sobre o trabalho?
 () postura profissional
 () direitos e deveres do trabalhador
 () financiamento para abrir o próprio negócio
 () outras informações. Quais? _____

DIMENSÃO PSICO-SOCIAL Reflexos na Vida Pessoal/Social

1. Quais as principais mudanças em sua vida após o curso?
 () maior oportunidade de conseguir emprego,
 () melhora nas relações familiares,
 () melhora nas relações com pessoas de seu meio social;
 () melhora na timidez,
 () melhora da auto-estima
 () melhora na iniciativa
 () melhora na comunicação com os outros
 () não mudou em nada a minha vida

DIMENSÃO POLÍTICO-SOCIAL
Participação comunitária e exercício da cidadania

1. Você passou a participar de atividades comunitárias após o curso?
 SIM. Quais? _____
 NÃO

2. Você mudou sua forma de ver a comunidade onde vive após o curso?
 SIM
 NÃO

3. O curso possibilitou maiores informações sobre seus direitos como cidadão?
 como ter acesso aos serviços de saúde
 como ter acesso aos serviços de educação
 como tirar documentos
 Outras informações? _____

Expectativas em relação ao futuro profissional e educacional

1. Analisando o antes e o depois do seu ingresso no Projovem Trabalhador,
 você se acha mais preparado para enfrentar a vida
 o Projovem Trabalhador não mudou em nada a minha vida

2. O que você espera do futuro profissional?

3. Você vai continuar fazendo cursos de qualificação profissional?

ANEXO A

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Alunos)

1. Você está sendo convidado a participar da pesquisa Juventude, Trabalho, Saúde e Educação Profissional: o Projovem Trabalhador no Rio de Janeiro.
2. Todos os alunos, professores e coordenadores estão sendo convidados, mas sua participação não é obrigatória.
3. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento.
4. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/FIOCRUZ).
5. Esta pesquisa tem como objetivo analisar as ações de qualificação profissional no arco ocupacional saúde implementadas por uma ONG no âmbito do Projovem Trabalhador no município do Rio de Janeiro, a partir da perspectiva dos alunos, professores e coordenadores.
6. Sua participação nesta pesquisa consistirá em participar de entrevistas qualitativas e de grupo focal.
7. Os riscos relacionados com sua participação são expor sua avaliação sobre os cursos de qualificação profissional do arco ocupacional saúde, ministrados pela ONG.
8. Os benefícios relacionados com a sua participação são contribuir efetivamente para o aperfeiçoamento das ações de qualificação profissional na área da saúde.
9. As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação.
10. Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação, pois as entrevistas e os grupos focais são anônimos.
11. Você receberá uma cópia deste Termo onde consta o telefone e o endereço do pesquisador principal, podendo tirar suas dúvidas sobre o Projeto de Pesquisa ou sobre sua participação, agora ou a qualquer momento.

DADOS DO PESQUISADOR PRINCIPAL (ORIENTADOR)

Nome: NEISE DELUIZ

Assinatura

Endereço: Rua Pinheiro Machado 99 apt 1702, Laranjeiras

Telefones: (21)2552 88926 e (21)9256 2569

Pesquisadores auxiliares: Bianca Ribeiro Veloso e Mercia Maria dos Santos

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV) da Fundação Oswaldo Cruz que funciona na EPSJV/FIOCRUZ, localizada na Avenida Brasil, 4365, sala 316, Manguinhos, Rio de Janeiro, CEP 21040-360, telefone (21) 3865 9710, FAX (21) 3865 9701– ENDEREÇO ELETRÔNICO: cep@epsjv.fiocruz.br

Rio, ____ de _____ de _____

Sujeito da pesquisa *

Pai / Mãe ou Responsável Legal (alunos)

TERMO DE REFERÊNCIA DO PROGRAMA PROJovem
TRABALHADOR
PROJOVE TRABALHADOR

1. INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem foi concebido pelo Governo Federal, com o objetivo de ampliar o atendimento aos jovens excluídos da escola e da formação profissional. O programa permitirá que os jovens sejam reintegrados ao processo educacional, recebam qualificação profissional e tenham acesso a ações de cidadania, inserção no mundo do trabalho, esporte, cultura e lazer.

Foram unificados seis programas já existentes voltados para a juventude – Agente Jovem, Projovem, Saberes da Terra, Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (Consórcio Social da Juventude e Juventude Cidadã) e Escola de Fábrica – em um único Programa, nos termos da Medida Provisória nº 411, de 28 de dezembro de 2007, convertida na Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, cuja regulamentação consta do Decreto nº 6.629, de 4 de novembro de 2008.

A gestão do Projovem é compartilhada entre a Secretaria-Geral da Presidência da República, por meio da Secretaria Nacional de Juventude e os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Educação e do Trabalho e Emprego.

O Programa tem quatro modalidades: Projovem Urbano; Projovem Campo – Saberes da Terra; Projovem Trabalhador; e Projovem Adolescente.

Cabe ao Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, por intermédio da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego – SPPE/MTE, a coordenação e a execução da modalidade Projovem Trabalhador que é composta pelas seguintes submodalidades: Juventude Cidadã, Consórcio Social da Juventude, Empreendedorismo e Escola de Fábrica.

Este Termo de Referência trata especificamente da submodalidade Juventude Cidadã de que trata o inciso II do art. 39 do Decreto nº 6.629, de 2008, doravante denominada Projovem Trabalhador – Juventude Cidadã, a ser executada em parceria com os Estados, Distrito Federal e Municípios, doravante denominados Entes.

2. PÚBLICO ALVO

O Projovem Trabalhador – Juventude Cidadã beneficiará jovens de 18 a 29 anos que estejam em situação de desemprego e sejam membros de famílias com renda mensal *per capita* de até um salário mínimo, que, em virtude de suas condições sócio-econômicas, têm maior dificuldade de inserção na atividade produtiva, ou seja, de maior vulnerabilidade frente ao mundo do trabalho e que:

I – estejam cursando ou tenham concluído o ensino fundamental; ou

II – estejam cursando ou tenham concluído o ensino médio, e não estejam cursando ou tenham concluído o ensino superior.

2 – OBJETIVOS

3.1 GERAL

Promover a criação de oportunidades de trabalho, emprego e renda para os jovens em situação de maior vulnerabilidade frente ao mundo do trabalho, por meio da qualificação sócio-profissional com vistas à inserção na atividade produtiva.

3.2 ESPECÍFICOS

I - promover ações que contribuam para o reconhecimento e valorização dos direitos humanos da cidadania e com a redução das desigualdades;

II - preparar e inserir os jovens no mundo do trabalho, em ocupações com vínculo empregatício ou em outras atividades produtivas legais geradoras de renda.

4. DEFINIÇÃO DE METAS

Com o intuito de fazer uma distribuição transparente e justa das ações de qualificação do Projovem Trabalhador, foi elaborado um modelo para a definição de distribuição das metas de qualificação, por unidade federativa, em conformidade com as disposições do art. 41 do Decreto nº 6.629, de 2008.

Após análise de diversos indicadores, decidiu-se utilizar no referido modelo as seguintes variáveis: taxa de desemprego juvenil; taxa de participação na vulnerabilidade sócio-econômica juvenil; a média do saldo do Cadastro-Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) dos últimos três anos e; Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), como indicadores para a ponderação da meta de qualificação para cada unidade federativa. A seguir, foi estabelecida uma proporção da população economicamente ativa (PEA) juvenil desocupada pela PEA total. Tais dados foram obtidos através da Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio (PNAD), de 2006, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. A taxa encontrada foi transformada em índice de ponderações.

Como indicador de mercado de trabalho local, foi utilizado o saldo CAGED dos últimos três anos por unidade da federação, servindo para ponderar a tendência de absorção dos jovens qualificados em relação ao mercado de trabalho.

O IDH foi utilizado devido à sua peculiaridade em mensurar a questão da renda, educação, longevidade e abrangência nacional. Com os indicadores definiu-se a meta para cada unidade federativa com base na seguinte fórmula:

$$\text{Meta por Unidade Federativa (MUF)} = \text{Meta Ponderada (MP)} \times \text{Meta Física Consignada (MF)}$$

Entende-se como Meta Física Consignada (MF) o número de jovens a serem atendidos pelo Projovem Trabalhador com base na Lei Orçamentária Anual – LOA. A Meta Ponderada (MP) será composta por indicadores sociais e econômicos .

Caso não exista demanda por parte de entes públicos ou privados, as Metas por Unidade Federativa (MUF) poderão ser redistribuídas de acordo com o quantitativo de demandas existentes.

Para fins de estabelecimento das metas do Distrito Federal serão acrescidos os municípios da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE/DF, sendo os mesmos excluídos do cálculo das respectivas metas dos estados de localização desses municípios.

5. Qualificação profissional

Como elemento orientador e facilitador do processo de qualificação e inserção dos jovens no mundo do trabalho, o Projovem Trabalhador – Juventude Cidadã utilizará a metodologia dos arcos ocupacionais, que já vem sendo utilizada pela Presidência da República, Ministério do Trabalho e Emprego e outros ministérios que trabalham com projetos de qualificação de jovens. Os arcos ocupacionais abrangem as esferas da produção e da circulação (indústria, comércio e prestação de serviço), garantindo assim um maior campo de atuação, visando aumentar as possibilidades de inserção ocupacional dos jovens.

Durante a execução das ações de qualificação social e profissional serão abordados temas transversais como empreendedorismo e economia solidária, equidade de gênero, gestão pública, terceiro setor, português, matemática e língua estrangeira.

Na programação dos cursos, o conteúdo da qualificação social será o primeiro a ser ministrado, e, na seqüência, o conteúdo da qualificação profissional, observadas as respectivas cargas horárias de que trata o item 5.1.

5.1. CARGA HORÁRIA

O Projovem Trabalhador – Juventude Cidadã terá uma carga horária de 350 horas/aula custeadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, sendo 100 horas/aula de Qualificação Social e 250 horas/aula de Qualificação Profissional. A carga horária será distribuída em 24 (vinte e quatro) semanas, sendo 15 (quinze) horas/aula por semana.

5.2. ITENS DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DAS AÇÕES DE QUALIFICAÇÃO SOCIAL

Os cursos de qualificação social do Projovem Trabalhador – Juventude Cidadã terão o seguinte conteúdo:

- Inclusão digital – 40 horas/aula.
- Valores humanos, ética e cidadania – 10 horas/aula.

- Educação ambiental, higiene pessoal, promoção da qualidade de vida – 10 horas/aula.
- Noções de direitos trabalhistas, formação de cooperativas, prevenção de acidentes de trabalho – 20 horas/aula.
- Estímulo e apoio à elevação da escolaridade: 20 horas/aula.

5.3. ITENS DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DAS AÇÕES DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

A oferta de cursos de qualificação profissional deverá estar em consonância com a demanda de empregabilidade que será parte integrante do Plano de Implementação do Projovem Trabalhador – Juventude Cidadã.

Caso haja aula prática, esta deverá ser desenvolvida em condições laboratoriais, ou seja, as pessoas jurídicas públicas ou privadas contratadas para prestarem os serviços de qualificação profissional poderão utilizar tanto instalações próprias com reprodução das condições reais, de acordo com o curso, bem como fazer parcerias com outras pessoas jurídicas, desde que, quando da execução das aulas, o parceiro não utilize os jovens para o funcionamento regular de suas atividades. O conteúdo da oferta dos cursos de qualificação profissional deverá ser elaborada com base na seguinte relação de arcos ocupacionais:

- Administração
- Agro Extrativista
- Alimentação
- Arte e Cultura
- Beleza e Estética
- Comunicação e Marketing Social
- Construção e Reparos
- Educação
- Esporte e Lazer
- Gráfica
- Joalheria
- Madeira e Móveis
- Metalmecânica
- Pesca / Piscicultura
- Saúde
- Serviços Domésticos

- Serviços Pessoais
- Telemática
- Transporte
- Turismo e Hospitalidade
- Vestuário

Outros.

O MTE disponibilizará a matriz do material pedagógico que será aplicada pelos Entes que aderirem ao Projovem Trabalhador – Juventude Cidadã.

6. INSERÇÃO DO JOVEM NO MUNDO DO TRABALHO

Fica estabelecida para os Entes Executores do Projovem Trabalhador – Juventude Cidadã a meta mínima obrigatória de 30% de inserção de jovens no mundo do trabalho.

Para fins de comprovação da inserção dos jovens no mundo do trabalho, discriminamos abaixo as modalidades de inserção aceitas pelo MTE e os documentos comprobatórios a serem apresentados:

I - Inserção via Emprego Formal. Serão aceitos como comprovantes cópias legíveis das páginas das carteiras de trabalho dos jovens, onde constam os dados (nome, CPF, Carteira de Identidade) e o registro pela empresa contratante. Serão aceitos, também, comprovantes originários dos sistemas informatizados disponibilizados pelo MTE;

II – Inserção via Estágio ou Jovem Aprendiz. Será aceito como comprovante cópia legível do contrato celebrado com a empresa ou órgão onde o jovem for inserido; e

III – Inserção via Formas Alternativas Geradoras de Renda (FAGR). Serão aceitos os seguintes comprovantes:

a) registro e abertura de microempresa pelo jovem ou participação como sócio ou cotista: comprovante de registro ou protocolo e ou licença municipal ou estadual de funcionamento;

b) registro como profissional autônomo: comprovante do registro ou inscrição;

c) financiamento para implantação de empreendimento próprio: comprovante do empréstimo, parecer favorável ou financiamento e/ou carta de aprovação do projeto;

d) aquisição de espaço físico para funcionamento do negócio: contrato de comodato do imóvel, contrato de aluguel do imóvel e/ou termo de parceria para concessão de espaço físico com comprovação da titularidade do imóvel;

- e) prestação de serviço a terceiros, mediante contrato de prestação de serviços;
- f) participação em associação ou cooperativa em funcionamento: contratos sociais, estatutos, ata de diretoria e/ou lista de associados; e
- g) aquisição, pelo jovem, de equipamentos e insumos produtivos: nota fiscal de compra e/ou termo de doação com especificação.

O não cumprimento da meta mínima de inserção de que trata o item anterior obrigará o Ente Executor a restituir cinquenta por cento do valor gasto na qualificação social e profissional por jovem não inserido no mundo do trabalho.

7. EVASÃO E SUBSTITUIÇÃO DE JOVENS

Para efeito do cumprimento da meta de inserção, será aceita a taxa de evasão de até 10% nos cursos de qualificação do Projovem Trabalhador – Juventude Cidadã.

O valor total da qualificação gasto com o que excedeu à taxa de evasão de que trata o parágrafo anterior será objeto de restituição pelo Ente Executor ao MTE.

A substituição dos jovens que porventura desistirem de frequentar os cursos, somente poderá ser efetivada caso tenha sido executado até 25% do total de horas/aula de qualificação social e/ou profissional.

8. EGRESSOS

Os jovens do Projovem Trabalhador – Juventude Cidadã que não foram inseridos no mundo do trabalho durante a participação no Programa, serão inscritos junto ao Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, no âmbito do Sistema Nacional de Emprego – SINE.

Esses jovens serão denominados de “Egressos do Projovem Trabalhador – Juventude Cidadã”, para efeitos de monitoramento, acompanhamento e avaliação da inserção posterior no mundo do trabalho.

Constitui obrigação do Ente Executor, providenciar a inscrição dos jovens egressos do Projovem Trabalhador – Juventude Cidadã junto às unidades de atendimento do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda.

9. AUXÍLIO FINANCEIRO

O MTE custeará o auxílio financeiro ao jovem participante do projeto, no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais), distribuídos em 6 (seis) parcelas de R\$ 100,00 (cem reais), comprovadas por meio da frequência de, no mínimo, 75% nas atividades do mês. Não haverá prejuízo da alocação adicional de recursos do proponente para também custear novos auxílios financeiros.

O jovem que venha a substituir outro jovem evadido, até o limite de 25%, conforme Item 6, receberá o número de parcelas do auxílio financeiro correspondentes a quantidade de horas que freqüentar.

É vedada a cumulatividade da percepção do auxílio financeiro do Projovem Trabalhador com benefícios de natureza semelhante recebidos em decorrência de outros programas federais, permitida a opção por um deles.

Consideram-se de natureza semelhante ao auxílio financeiro mensal a que se refere o parágrafo anterior os benefícios pagos por programas federais dirigidos a indivíduos da mesma faixa etária do Projovem.

10. AGENTES

10.1. São agentes do Projovem Trabalhador – Juventude Cidadã neste Termo de Referência:

I – o MTE, por intermédio da SPPE/MTE na condição de gestora do Projovem Trabalhador e executora de suas transferências financeiras; e

II – os Estados, os Municípios com população a partir de vinte mil habitantes e o Distrito Federal na condição de Entes Executores.

10.1.1. São obrigações do MTE:

I – supervisionar a execução do Projovem Trabalhador – Juventude Cidadã, mantendo o acompanhamento, o monitoramento, o controle, a fiscalização e a avaliação da execução do Plano de Implementação, inclusive no que diz respeito à qualidade dos serviços prestados;

II – analisar e aprovar as propostas de Planos de Implementação apresentados pelos Entes Executores que tenham aderido ao Projovem Trabalhador – Juventude Cidadã;

III – analisar e aprovar as propostas de reformulação do Plano de Implementação, mediante aditamento, desde que apresentadas, por escrito, dentro do prazo de execução do Plano, acompanhadas de justificativas e que não impliquem mudança do objeto do Plano ;

IV – fornecer dados, informações e orientações às equipes técnicas dos Entes Executores, para o bom desenvolvimento do Plano de Implementação e consecução dos objetivos nele explicitados;

V – providenciar, junto ao Banco do Brasil S/A, a abertura de conta específica para movimentação dos recursos do Plano de Implementação;

VI – transferir ao Ente Executor, depositando na conta específica do Plano de Implementação, os recursos financeiros previstos para a execução das ações, conforme cronograma de desembolso do Plano aprovado;

VII – exercer a atividade normativa, o controle e a fiscalização sobre a execução do Plano de Implementação, inclusive, se for o caso, reorientando as ações, transferindo a responsabilidade pela execução do mesmo, no caso de paralisação das atividades por força de qualquer fato relevante que venha a ocorrer, de modo a evitar a descontinuidade das ações pactuadas;

VIII – orientar a correta divulgação do Projovem Trabalhador – Juventude Cidadã;

IX – analisar e aprovar as prestações de contas encaminhadas pelo Ente Executor;

X – disponibilizar ao Ente Executor, bem como às pessoas jurídicas, públicas ou privadas, por ele contratadas para prestar serviços na qualificação social e profissional, o acesso ao Sistema de Informações do Projovem Trabalhador, para execução dos procedimentos 158 estabelecidos referente ao pagamento do auxílio financeiro e inserção de informações sobre a execução das ações;

XI – disponibilizar os recursos necessários na Conta Suprimento do Auxílio Financeiro, para pagamento das parcelas do auxílio financeiro aos jovens beneficiários do Projovem Trabalhador – Juventude Cidadã;

XII – formular orientações sobre os conteúdos de qualificação social e profissional do Projovem Trabalhador – Juventude Cidadã; e

XIII – outras obrigações que vierem a ser definida em atos normativos competentes.

11.1.2. São obrigações dos Entes Executores:

I – executar, com rigorosa observância do Plano de Implementação aprovado e das normas expedidas pelo MTE, o Projovem Trabalhador – Juventude Cidadã, zelando pela boa qualidade das ações e serviços prestados, buscando alcançar efetividade pedagógica e social;

II – cumprir os procedimentos estabelecidos pelo MTE referente ao pagamento do auxílio financeiro;

III – acompanhar e avaliar o cumprimento das ações de qualificação e inserção, mantendo cadastro individualizado e atualizado dos beneficiários, bem como listas de presença assinadas pelos jovens, que comprovem a frequência dos mesmos nos cursos realizados;

IV – utilizar os recursos de forma eficiente, observando o valor da hora aula não poderá ultrapassar a referência de valor estabelecida pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT no âmbito do Plano Nacional de Qualificação – PNQ;

V – promover as medidas necessárias para inserção no mundo do trabalho de, no mínimo, 30% dos jovens beneficiários;

VI – encaminhar ao MTE os relatórios indispensáveis ao acompanhamento e à avaliação das ações, bem como da aplicação dos recursos do Plano de Implementação;

VII – garantir a manutenção da equipe técnica em quantidade e qualidade adequadas ao bom desempenho das atividades;

VIII – arcar com quaisquer ônus de natureza trabalhista, previdenciária ou social, decorrentes dos recursos humanos utilizados nos trabalhos, bem como ônus tributários ou extraordinários decorrentes das atividades desenvolvidas para execução das ações;

IX – manter equipamento de informática suficiente para a utilização do sistema informatizado, disponibilizado pelo MTE;

X – garantir a frequência mínima obrigatória dos jovens beneficiários de 75% do total das 350 horas de qualificação social e profissional;

XI – lançar, nos prazos e condições fixados, as informações no Sistema disponibilizado pelo MTE, arcando com os ônus do uso inadequado do Sistema e das informações, por si ou pelos terceiros por ele contratados;

XII – efetuar os pagamentos aos contratados, após a efetiva realização das ações de qualificação ou entrega de produtos com a respectiva alimentação no Sistema disponibilizado pelo MTE, alimentação esta a ser procedida tanto pelo Ente Executor como pelos contratados, quando for o caso;

XIII – apresentar, relativamente à aplicação dos recursos do Plano de Implementação, prestação de contas conforme as normas estabelecidas pelo MTE;

XIV – especificar, nos contratos firmados com as pessoas jurídicas públicas e privadas para execução do Plano de Implementação, os serviços a serem prestados ou bens e

Produtos , os custos unitário e total de cada um, e, no caso de serviços prestados na execução dos cursos de qualificação, especificar por curso, o número de vagas oferecidas, a carga horária, o local, com endereço completo, os custos unitário e total, e o período de realização;

XV – atestar as notas fiscais/faturas somente após a comprovação da efetiva prestação de serviços ou entrega de bens/produtos contratados, desde que as notas fiscais/faturas contenham a identificação precisa dos serviços executados ou bens/produtos entregues, datas e locais de execução dos serviços ou entrega de bens/produtos, e, no caso dos serviços prestados na execução dos cursos de qualificação, deverá acompanhar as notas fiscais/faturas documento que explicita por curso contratado e realizado:

- a) ações de qualificação realizadas;
- b) quantidade de vagas contratadas, oferecidas, ocupadas e de objeto de evasão, informando-se o percentual de evasão;
- c) carga horária efetiva;
- d) número de jovens, com seus respectivos nomes, CPF, RG e percentual de frequência;
- e) apresentação de listas assinadas pelos jovens comprovando o fornecimento de vale-transporte e dos certificados de conclusão dos cursos;

XVI – assegurar a qualidade pedagógica das atividades de qualificação social e profissional desenvolvidas no âmbito Projovem Trabalhador – Juventude Cidadã;

XVII – comprovar junto ao MTE o cumprimento da frequência mínima exigida nos cursos de qualificação para fins de recebimento do auxílio financeiro;

XVIII – realizar as contratações com base nos procedimentos previstos na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002;

XIX – recolher, nos termos informados pelo MTE, o valor corrigido da contrapartida quando não comprovar a sua aplicação conforme previsto no Plano de Implementação;

XX – recolher, nos termos informados pelo MTE, o valor correspondente a rendimentos de aplicação no mercado financeiro, referentes ao período compreendido entre a liberação do recurso e a data prevista para sua utilização, quando não comprovar o seu emprego no objeto do Plano de Implementação, ainda que não tenha feito a aplicação;

XXI – incluir, em seu orçamento, os recursos transferidos pelo MTE e os rendimentos de sua aplicação no mercado financeiro, para execução do Plano de Implementação;

XXII – proceder à devolução de recursos nos casos apontados pelo MTE;

XXIII – movimentar os recursos transferidos pelo MTE, da contrapartida e oriundos de suas aplicações no mercado financeiro, em conta específica do Plano de Implementação cuja abertura será providenciada pelo MTE junto ao Banco do Brasil S/A;

XXIV – depositar, na conta específica do Plano de Implementação, os recursos da contrapartida, de acordo com o Cronograma de Desembolso constante do Plano aprovado;

XXV – aplicar e gerir os recursos transferidos pelo MTE concomitantemente com os correspondentes à sua contrapartida, bem como os rendimentos de suas aplicações no mercado financeiro, exclusivamente nas ações do Plano de Implementação aprovado;

XXVI – garantir que, servidores do MTE, do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, do Tribunal de Contas da União – TCU e do Ministério Público, ou representantes por eles indicados, e membros das Comissões Estaduais e Municipais de Emprego, todos devidamente identificados, tenham acesso aos documentos e informações relativas à execução do Plano de Implementação;

XXVII – fornecer, ao MTE, sempre que solicitadas, quaisquer informações relativas ao Plano de Implementação, estejam ou não previstas nas normas que regem o Projovem Trabalhador – Juventude Cidadã, garantida a concessão de razoável prazo para atendimento da solicitação;

XXVIII – manter registros, arquivos e controles contábeis para os dispêndios relativos ao Plano de Implementação;

XXIX – registrar, em sua contabilidade analítica, em conta específica do grupo vinculado ao ativo financeiro, os recursos transferidos pelo MTE, tendo como contrapartida, conta adequada no passivo financeiro, com subcontas identificando o Plano de Implementação e a especificação da despesa;

XXX – arquivar o cadastro dos beneficiários do Projovem Trabalhador – Juventude Cidadã e os documentos comprobatórios das receitas e despesas realizadas, em ordem cronológica, em sua sede, ainda que utilize serviços de contabilidade de terceiros, juntamente com os documentos de prestação de contas, pelo prazo de cinco anos contados da

data de aprovação da tomada de contas anual da SPPE/MTE pelo Tribunal de Contas da União – TCU referente ao exercício de transferência dos recursos, ficando toda essa documentação à disposição do MTE, do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, do Tribunal de Contas da União – TCU, do Ministério Público e das Comissões Estaduais e Municipais de Emprego;

XXXI – designar, formalmente, Gestor Estadual, ou Distrital, ou Municipal, conforme o nível do Ente, para o Projovem Trabalhador – Juventude Cidadã que ficará responsável pela execução do Plano de Implementação; e

XXXII – outras obrigações que vierem a ser definidas em atos normativos competentes.

12. OPERACIONALIZAÇÃO

Para se habilitarem a Entes Executores do Projovem Trabalhador – Juventude Cidadã, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão assinar Termo de Adesão e apresentar Plano de Implementação do Projovem Trabalhador – Juventude Cidadã, nos termos disciplinados em Portaria do MTE.

Após preenchido e assinado o Termo de Adesão pelo responsável pelo Ente ou seu representante legal, deverá ser encaminhada uma via impressa para a Secretaria de Políticas Públicas de Emprego – SPPE/MTE, acompanhada da proposta de Plano de Implementação do Projovem Trabalhador – Juventude Cidadã e documentação do seu responsável ou representante legal, para o seguinte endereço:

Ministério do Trabalho e Emprego

Secretaria de Políticas Públicas de Emprego

Departamento de Política de Trabalho e Emprego para Juventude

Projovem Trabalhador – Juventude Cidadã

Esplanada dos Ministérios, Bloco F, 2º andar, sala 217. 161 .

CEP: 70059-900 – Brasília – DF.

Assinado o Termo de Adesão e aprovado o Plano de Implementação pelo MTE, o Ente Executor receberá os recursos mediante transferência automática de recursos sem a necessidade de convênio, acordo, contrato, ajuste ou instrumento congêneres, por meio de depósito em conta-corrente específica aberta, sem prejuízo da devida prestação de contas da aplicação desses recursos, nos termos da Lei nº 11.692, de 2008, do Decreto nº 6.629, de 2008, e de normas estabelecidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Nas ações do Projovem Trabalhador – Juventude Cidadã, caso existam demandas concorrentes entre órgãos do mesmo Ente, serão priorizados aquelas oriundas das Secretarias de Juventude ou Trabalho.

As ações do Projovem Trabalhador – Juventude Cidadã constantes do Plano de Implementação aprovado poderão ser executadas diretamente pelo Ente Executor do Plano e/ou por pessoas jurídicas públicas ou privadas por ele contratadas, observada a norma vigente aplicável a contratos e licitações no âmbito da Administração Pública Federal.

Os Entes Executores deverão utilizar o Sistema de Informações Projovem Trabalhador, para cadastramento dos jovens, das entidades executoras, das oficinas-escolas de qualificação, bem como para liberação do pagamento do auxílio financeiro aos jovens, dentre outras ações necessárias para o acompanhamento da execução do objeto do Plano de Implementação. Esse sistema será disponibilizado pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

O MTE providenciará as orientações aos Entes Executores quanto à operacionalização e aos prazos para execução das ações no referido Sistema.

O lançamento de dados no Sistema de Informações Projovem Trabalhador será obrigatório tanto para os Entes Executores quanto para os contratados por eles para execução das ações previstas no Plano de Implementação.

O MTE disponibilizará aos Entes Executores manual de procedimentos para operacionalização do Sistema de Informações Projovem Trabalhador, bem como providenciará treinamento para os operadores do mesmo no início da execução do Plano de Implementação.

12. RECURSOS

As ações do Projovem Trabalhador – Juventude Cidadã serão custeadas com recursos alocados pelo MTE e com recursos de contrapartida dos Entes Executores.

12.1. Do MTE

As transferências de recursos do Ministério para os Entes Executores correrão à conta do Orçamento Geral da União, na Unidade Orçamentária 38101 – MTE, na Funcional Programática 11.366.8034.2A95.0001 – Elevação da Escolaridade e Qualificação Profissional, observada a disponibilidade orçamentária e financeira conforme a programação de execução de despesas estabelecida pelo Governo Federal.

12.2. Dos Entes Executores

Os Entes Executores deverão alocar ao Projovem Trabalhador – Juventude Cidadã contrapartida em recursos financeiros, observado o disposto na norma vigente sobre a matéria, cuja disponibilidade desses recursos deverá ser comprovada mediante programação constante da Lei Orçamentária do Ente. 162

O aporte de recursos adicionais pelo Ente Executor, para pagamento de auxílio financeiro, não se considerará como contrapartida.

13. TERMO DE ADESÃO E PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO

13.1. Do Termo de Adesão

O Termo de Adesão consiste na manifestação formal do Ente em aderir ao Projovem Trabalhador – Juventude Cidadã, submetendo-se, sem reserva de qualquer espécie, às normas regedoras dessa submodalidade. Esse instrumento deverá ser assinado e apresentado ao MTE uma única vez.

Nos caso em que for estabelecida pelo Ministério a necessidade de assinatura e apresentação de novo termo de adesão, o anterior deixará de ter vigência e o Ente não poderá receber novos recursos enquanto não assinar e apresentar o novo termo.

13.2. Do Plano de Implementação

O Plano de Implementação, elaborado de acordo com os critérios deste Termo de Referência, consiste no instrumento de materialização do planejamento das ações do Projovem Trabalhador – Juventude Cidadã propostas pelo Ente para serem executadas no âmbito da unidade federativa ou do município representado.

Diferentemente do Termo de Adesão, o Plano de Implementação deverá ser apresentado para cada novo período de execução das ações do Projovem Trabalhador – Juventude Cidadã, podendo ser aditado dentro do período de execução.

O Plano de Implementação do Projovem Trabalhador – Juventude Cidadã deverá possuir o detalhamento das planilhas orçamentárias contendo os serviços a serem contratados ou prestados para a execução do objeto do Plano. Os custos apresentados pelo Ente Executor deverão ainda estar de acordo com os valores estabelecidos por rubricas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, despesas que poderão ser executadas de forma direta pelo ente ou de forma indireta mediante contratação de pessoas física e jurídica:

I – **Despesas de Qualificação** – contempla as despesas com a oferta de trezentas e cinquenta horas/aula de qualificação social e profissional ao custo aluno/hora médio que não poderá ultrapassar a referência de valor estabelecida pelo CODEFAT no âmbito do PNQ.

Nesta rubrica estão contemplados os recursos destinados ao pagamento dos instrutores, material didático, lanche e transporte para os jovens; e

II – Despesas de Gestão e Apoio – nesta rubrica devem ser previstas obrigatoriamente as despesas com pessoal contratado, diárias e passagens, para participação nos Encontros Técnicos promovidos pelo MTE, seguro de vida e kit estudantil para os jovens, e despesas com publicidade e propaganda referente ao objeto do Plano de Implementação, podendo ainda haver previsão de contratação de outras despesas necessárias ao alcance dos objetivos e previstas no Plano, desde que o montante do custeio não ultrapasse a 15% do montante das despesas de qualificação.

A contratação de pessoal prevista nas despesas de gestão e apoio será para execução de serviços especializados, tais como: de coordenação pedagógica, de monitoramento e de inserção. Vedada a contratação de pessoal para as áreas administrativa, contábil, financeira, jurídica e gerencial.

Na contratação de pessoal, o ente deverá observar requisitos mínimos, como: currículo resumido, indicação de perfil do profissional a ser contratado, demonstração da imperiosa necessidade de tal profissional para a execução do Plano, vedada a indicação prévia de pessoal.

14. VIGÊNCIA

O termo de adesão ao Projovem Trabalhador – Juventude Cidadã terá vigência a partir da data de assinatura pelo Ente e até que haja cancelamento do termo pelo Ministério do Trabalho e Emprego ou a pedido do Ente.

O Plano de Implementação terá prazo de execução de até doze meses, sendo suas atividades assim previstas: até quatro meses de estruturação do projeto; seis meses de qualificação dos jovens e pagamento do auxílio financeiro; e, no mínimo, dois meses de inserção de jovens no mundo do trabalho.

No Plano de Implementação em que o procedimento licitatório para contratação das pessoas jurídicas públicas ou privadas, que irão prestar serviços na qualificação social e profissional dos jovens, não tenha se iniciado até o quarto mês, a contar da data de aprovação do Plano, o Ministério do Trabalho e Emprego poderá cancelá-lo unilateralmente. O mesmo se dará para os projetos em que a qualificação dos jovens não tenha se iniciado até o sexto mês, tendo como base a data anteriormente mencionada.

15. ACOMPANHAMENTO DESCENTRALIZADO

As Superintendências Regionais de Trabalho e Emprego – SRTE executarão, em articulação com a SPPE/MTE, atividades de acompanhamento descentralizado dos Planos de

Implementação, na condição de órgão de apoio na supervisão *in loco* da execução das ações do Projovem Trabalhador – Juventude Cidadã, mantendo o Ministério do Trabalho e Emprego informado de todos os fatos que lhe sejam pertinentes.

A SPPE/MTE também poderá firmar parcerias, em regime de mútua cooperação, para auxiliá-la na supervisão do Projovem Trabalhador – Juventude Cidadã, incluindo atividades de acompanhamento descentralizado.

16. CONTROLE SOCIAL

O controle social do Projovem Trabalhador – Juventude Cidadã se dará com a participação das Comissões Estaduais e Municipais de Emprego, devendo os Entes Executores apresentarem seus Planos de Implementação a essas Comissões, previamente ao início da execução das atividades, para fins de conhecimento e acompanhamento.

17. DEVOLUÇÃO DE RECURSOS

Os Entes Executores do Projovem Trabalhador – Juventude Cidadã ficarão sujeitos à devolução de recursos, com os devidos acréscimos legais, quando:

I – não executarem o Plano de Implementação nos termos aprovados pela SPPE/MTE;

II - realizarem despesas não previstas no Plano de Implementação;
não comprovarem a aplicação dos recursos da contrapartida;

IV – verificada a evasão de jovens superior a 10% do total da meta de qualificação pactuada;

V – não cumprirem a meta mínima de inserção dos jovens no mundo do trabalho em atividade assalariada, autônoma, empreendedora, aprendizagem, ou estágio conforme estabelecido neste Termo, obriga o Ente Executor a restituir 50% (cinquenta por cento) do valor gasto na qualificação social e profissional ; e

VI – ocorrem outras situações que acarretarem prejuízo ao Erário e/ou configurem desvio de finalidade na aplicação dos recursos do Plano de Implementação.

18. SANÇÕES

18.1. Quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos ou outras pendências de ordem técnica ou legal suspenderá a liberação de recursos, fixando-se prazo de até trinta dias para saneamento ou apresentação de informações ou esclarecimentos pelos Entes Executores;

18.2 Constituem motivos para cancelamento do Plano de Implementação e/ou Termo de Adesão:

I – o inadimplemento de qualquer das cláusulas e condições pactuadas;

II – constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção de informações em qualquer documento apresentado pelos Entes Executores; e

III – a verificação de qualquer circunstância que enseje a instauração de tomada de contas especial.

19. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

- Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, dispõe sobre o estágio de estudantes;
- Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem;
- Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, dispõe sobre a realização da modalidade de licitação Pregão;
- Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, dispõe sobre normas para licitações e contratos da Administração Pública;
- Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, aprova a Consolidação das Leis do Trabalho
- Decreto nº 6.629, de 04 de novembro de 2008, regulamenta o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem;
- Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns;
- Decreto nº 3.555, de 8 de agosto de 2000, aprova o regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns;
- Resolução CODEFAT nº 577, de 11 de junho de 2008, estabelece o custo aluno Hora aula no âmbito do Plano Nacional de Qualificação – PNQ.